



A internacionalização do Interior – do global ao local: uma revisão da literatura

Versão Final após defesa

Rafaela Catarina Andrade Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa

Covilhã, Abril de 2022

Folha em branco

Dedicatória

Aos meus pais a quem eu devo tudo, não apenas por me abrirem as portas do mundo como também pelos constantes ensinamentos que me concederam e fizeram de mim quem eu hoje sou.

Ao meu irmão Tiago pelas constantes partilhas, apoio e dedicação.

Aos meus avós e ao meu tio, que onde quer que estejam, estarão orgulhosos de mim.

Folha em branco

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foram muitos os que contribuíram através de incentivos, de palavras de apoio, inúmeras sugestões de professores, família e amigos. Não chegaria apenas uma página para agradecer a todos que de uma forma direta ou indireta, contribuíram para esta caminhada, sendo por isso necessário destacar algumas pessoas, dado à sua relevância e importância, não só a nível académico como também a nível pessoal.

Primeiramente, quero manifestar o meu profundo agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa pela sua constante disponibilidade ao longo deste trabalho até à revisão final mesmo em tempos de pandemia. Pela amizade que em muito me honra, bem como pela referência em termos profissionais e morais.

Ainda no quadro académico, quero prestar o meu agradecimento a todos os professores com quem tive o privilégio de me cruzar, ao longo destes anos, e que em muito contribuíram para os conhecimentos que fui adquirindo. Por esta razão devo agradecer à Universidade da Beira Interior pela forma como desde o início me acolheu, naquela que é hoje e sempre será a minha casa a nível académico. Nesta instituição foi possível a liberdade de discussão de ideias, sonhos e projetos.

Seguidamente, quero prestar o meu maior agradecimento, aos mais importantes da minha vida, aos meus pais que desde sempre fizeram os maiores esforços, desistiram dos seus próprios sonhos para eu ter a possibilidade de construir os meus, pela paciência em momentos de muita impaciência. Devo-lhes tudo, todos os momentos de apoio, afeto incondicional e a presença com que me contemplaram desde os inícios da minha vida.

Quero igualmente prestar a minha gratidão ao meu irmão Tiago por também ele ter desistido dos seus objetivos de vida para me ajudar. Ao meu irmão agradeço a resiliência, o esforço, alegria e a partilha. À minha família um sincero e humilde agradecimento por tudo.

Não poderia deixar de agradecer a todos os meus colegas pela partilha de ideias e perspetivas, por vezes divergentes que contribuíram de alguma maneira para a discussão de opiniões e perspetivas em diferentes domínios académicos.

Um sentido e especial agradecimento à amizade verdadeira, de quem desde cedo me acompanhou, à Patrícia Ferreira pelos incentivos, conselhos e constantes opiniões na finalização deste trabalho e claramente à sua lealdade e amizade. A Amélia Costa por todo o seu amor e carinho, por desde o momento em que conheci ter me tratado como se fosse sua filha. Quero também agradecer à Sara Isabel, Maria Rita

Noronha, Beatriz Boa e a todos os meus colegas e amigos, sobretudo pela amizade, preocupação e apoio.

Ao Tiago um sincero agradecimento pela espera e perseverança em ver este trabalho finalizado, simultaneamente de um pedido desculpas por todas as ausências.

A todos um sincero Bem-haja!

Folha em branco

Resumo

Perante um mundo em constante mudança e a imprimir um conjunto de assimetrias entre os diversos modos de vida e regiões, importa aprofundar o estudo das políticas de coesão territorial e a influência que fenómenos como a internacionalização e a globalização produzem sobre as oportunidades ao desenvolvimento.

O processo de globalização é atualmente um paradigma multidisciplinar e multidimensional, que implica na sua conjuntura diferentes temporalidades e espacialidades. Este estudo começa justamente por desenvolver este conceito, tendo em conta a sua amplitude e da bibliografia que nos últimos anos tem vindo a ser amplamente desenvolvida. Atendendo às consequências deste novo paradigma, salienta-se o conceito de internacionalização que muitas vezes é confundido com o conceito de globalização, apesar de emergirem em realidades e contextos completamente distintos. A internacionalização é um fenómeno que surge através da globalização e assume-se como um motor de crescimento económico, facilitado essencialmente pelas políticas liberais. A internacionalização é uma nova realidade económica, ou, talvez possamos designá-la como uma das consequências económicas da globalização.

O presente estudo visa dar um contributo para o reforço da sistematização da literatura em torno da problemática da internacionalização das regiões despovoadas, mais concretamente, as regiões situadas no interior do país. O principal objetivo incide sobre compreender as dinâmicas de investimento associadas ao interior, sendo que para esse efeito socorremo-nos de exemplos de ação no âmbito local, nacional e europeu, de modo a complementar o quadro teórico em torno da questão da coesão territorial. As divergências territoriais sempre foram um problema e no caso de Portugal, nos últimos anos, agravou-se essa tendência. As dicotomias entre o Litoral e o Interior representam um país a dois níveis totalmente desiguais. Tais diferenças territoriais e sociais no território português são sobretudo uma falácia na afirmação do país na cena internacional. Justamente nesta problemática é que se irá fazer um levantamento bibliográfico ao longo desta investigação.

Palavras-chave

Coesão Territorial; Globalização; Internacionalização; Portugal; Interior

Folha em branco

Abstract

Faced with a world in constant change and an imposing set of asymmetries between different ways of life and regions, it is important to deepen the study of territorial cohesion policies and the influence that phenomena such as internationalization and globalization produce on opportunities for development. The process of globalization is currently a multidisciplinary and multidimensional paradigm, which implies in its conjuncture different temporalities and spatialities. This study starts precisely by developing this concept, taking into account its amplitude and the bibliography that has been widely developed in recent years. Given the consequences of this new paradigm, we highlight the concept of internationalisation, which is often confused with the concept of globalisation, despite the fact that they emerge in completely different realities and contexts. Internationalisation is a phenomenon that arises from globalisation and is an economic growth driver, essentially facilitated by liberal policies. Internationalisation is a new economic reality, or perhaps we could call it one of the economic consequences of globalisation. The present study aims to contribute to reinforce the systematisation of the literature around the problem of internationalisation of depopulated regions, more specifically, the regions located in the interior of the country. The main objective is to understand the investment dynamics associated to the hinterland, using examples of local, national and European action to complement the theoretical framework around the issue of territorial cohesion. Territorial divergences have always been a problem and in the case of Portugal, in recent years, this trend has worsened. The dichotomies between the coast and the interior represent a country at two totally unequal levels. Such territorial and social differences in the Portuguese territory are, above all, a fallacy in the country's affirmation on the international scene. It is precisely on this problematic that a bibliographical survey will be made throughout this research.

Keywords

Territorial Cohesion; Globalization; Internationalization; Portugal; Interior.

Folha em branco

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento teórico e concetual	3
Enquadramento metodológico	23
Justificação e relevância do tema	23
Explicação da Problemática	25
Metodologia.....	26
Capítulo I. Globalização.....	27
1.1. Acontecimentos Históricos	27
1.2. Evolução da globalização	28
1.2.1. Globalização ao nível social.....	30
1.2.2. Globalização política	31
1.2.3. Globalização cultural.....	32
1.3. Vantagens e desvantagens	35
1.4. Fórum Social Mundial e os movimentos Antiglobalização.....	40
II Capítulo. O processo de Internacionalização.....	41
2.1. O papel de Portugal no Mundo.....	41
2.2. A internacionalização portuguesa.....	43
2.3. A competitividade em Portugal.....	47
2.3.1. A importância da internacionalização em Portugal	48
2.4. Internacionalização económica, política, social e cultural	49
Capítulo III. A internacionalização do Interior	60
3.1. Litoral vs Interior.....	61
3.2. A evolução da População e estrutura demográfica	64
3.3. Dinâmicas Socioeconómicas	68
3.4. Dinâmica Territorial	75
3.4. Património Cultural e histórico.....	80
3.5. A Estratégia do Turismo 2027.....	82
3.6. O interior na centralidade da Península Ibérica.....	86
Conclusão.....	90
Referências Bibliográficas	94

Folha em branco

Lista de Figuras

- Figura1. A “banana Azul” de Brunet. Retirado de (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017). Fonte: Brunet, 2002
- Figura 2. Condicionantes dos territórios do Interior
- Figura 3. “Quebra do círculo vicioso”
- Figura 4. Poder de Compra per capita e percentagem de compra.
- Figura 5. População Empregada e por classificações
- Figura.6 População inativa. Beneficiários PSS, PCGA e beneficiários RMG e RSI.
- Figura 7. Densidade Populacional Europeia
- Figura 8. Densidade populacional por atividade e uso do solo

Folha em branco

Lista de Gráficos

- Gráfico 1. “Dívida externa líquida em Portugal”
- Gráfico 2. Poupança em relação aos ordenados/salários das famílias portuguesas
- Gráfico 3. Balança Comercial Total. Exportações e importações em Portugal desde 1996 até 2020
- Gráfico 4. Dependência de importação energética dos países da EU entre 2000 e 2019
- Gráfico 5. “População Total em Portugal entre 1960 e 2020”
- Gráfico 6. “Destaque dos concelhos com as principais variações – maiores perdas e maiores ganhos”
- Gráfico 7. Indicadores de envelhecimento
- Gráfico 8. Índice Sintético de Fertilidade
- Gráfico 9. Taxa de analfabetismo
- Gráfico 10. Taxa de desemprego total em %
- Gráfico 11. População desempregada total e por nível de escolaridade
- Gráfico 12. Taxa de inatividade com 15 a mais anos por condição perante o trabalho
- Gráfico 13. “Capacidade dos alojamentos turísticos: total de camas e por tipo de estabelecimento
- Gráfico 14. Proveitos com dormidas em % dos proveitos totais dos alojamentos turísticos: total e por tipo de estabelecimento

Folha em branco

Lista de Acrónimos

AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMU	Áreas predominantemente urbanas
APEC	Cooperação Económica Ásia-Pacífico
APR	Áreas predominantemente rurais
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CdR	Comité das Regiões
COTER	Comissão Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRS	Complexo Regional de Segurança
ESPON	Programa de Cooperação Territorial Europeia
FEDER	Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FCS	Fórum Social Mundial
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NAFTA	Tratado Norte-Americano de livre-Comércio
NUT´S	Nomenclaturas das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não-Governamental
PCGA	Pensões da Caixa Geral de Aposentações
PNCT	Plano Nacional de Coesão Territorial
PSS	Pensões da Segurança Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Subsídio de Reinserção Social
TFUE	Tratado do Funcionamento da União Europeia
UE	União Europeia

Folha em branco

Introdução

A importância do crescimento económico e da produtividade nos diversos setores de atividade imbrica diretamente com a capacidade de afirmação do país na cena política e económica internacional. As assimetrias ao nível do crescimento económico e da criação de condições de vida entre o litoral e o interior do país, entre a vida no campo e a vida na cidade, constituem desafios significativos para a coesão social e territorial. Simultaneamente, estes desafios estão associados ao objetivo de atenuar as assimetrias regionais existentes, permitindo criar condições para a concretização do princípio da igualdade no acesso a serviços e bens por parte dos cidadãos.

A afirmação do interior do país e das suas valências corresponde a um verdadeiro desígnio nacional, sendo importante estabelecer um conjunto de sinergias entre os detentores dos órgãos públicos, as entidades privadas e as organizações do setor social e de voluntariado, com vista ao estabelecimento de um programa de crescimento e criação de condições para a fixação das populações nestes territórios. Este desafio é, ainda, mais premente quando se observa a aplicação de novos programas comunitários de apoio ao desenvolvimento, bem como a aplicação do novo Plano de Recuperação e Resiliência¹.

Considerando a atual ordem internacional, o processo de globalização e a quebra de barreiras físicas através das novas tecnologias, importa analisar a estratégia de internacionalização dos municípios e regiões localizados no interior do país, sempre numa perspetiva deste caminho poder assegurar uma maior igualdade de acesso a bens e serviços, bem como a oportunidades de emprego.

Atualmente a questão da coesão social e territorial, no contexto nacional e no contexto europeu, assume uma importância decisiva para o delinear das políticas públicas de desenvolvimento. Perante um processo progressivo de despovoamento e desertificação do interior (Almeida, 2018) importa estudar que caminho deve ser adotado para aumentar a atratividade desta região do país. O objetivo da presente investigação passa por analisar a importância da internacionalização para a sustentabilidade do interior do país e a forma como o poder político local encara este desígnio. Assim, como em qualquer investigação partimos de uma pergunta de partida que achamos pertinente para o seu desenvolvimento: Perante um processo de

¹ O plano pode ser consultado em: <https://recuperarportugal.gov.pt/>. Acesso a 30 de dezembro de 2021.

despovoamento e desertificação do interior, que caminho deve ser adotado para aumentar a atratividade destas regiões?

Para desenvolvermos este estudo começamos por abordar um conjunto de conceitos centrais e abordagens teóricas que incidem sobre a liberalização económica do comércio, o processo de globalização, a internacionalização e o processo de regionalização, sendo que estes elementos estão diretamente associados ao processo da coesão territorial.

A presente dissertação encontra-se estruturada em 3 capítulos. O primeiro diz respeito ao processo da globalização e de que modo este fenómeno alterou a forma como percebemos as relações entre as diferentes sociedades, sendo que optamos por um caminho histórico-cronológico que acompanha a evolução da globalização e as vantagens e desvantagens que estão associadas a este esbater de barreiras. O segundo capítulo diz respeito ao processo de internacionalização, percorrendo a sua definição e abrangência do fenómeno, com especial enfoque nas questões económicas e no caso português. Não é nosso objetivo efetuar, neste campo, uma abordagem exaustiva do papel de Portugal neste processo, no entanto, importa ter presente as dimensões e elementos que contribuem para compreender o papel de Portugal e dos vários setores económicos na criação de um ambiente verdadeiramente internacional e interdependente. O terceiro capítulo incide sobre a internacionalização do interior do país, sendo que para o efeito recorremos a um conjunto de dados disponibilizados por institutos e plataformas públicas de modo a compreender os desafios, as oportunidades e as características associadas à internacionalização do interior.

Partimos, por isso, de um caminho que valida o afinamento temático, numa perspetiva que visa dar um contributo efetivo para o estudo das políticas de internacionalização, para o estudo do papel das regiões do interior do país no desenvolvimento de Portugal, sendo que para o efeito consideramos ser necessário apresentar análises concretas sobre esta interdependência crónica: o papel dos municípios na promoção da internacionalização dos respetivos territórios, bem como o impacto/influência da internacionalização no desenvolvimento económico destas regiões.

Tratando-se de um trabalho de âmbito qualitativo, o foco e o nosso contributo residem na apresentação de uma sistematizada revisão de literatura sobre a internacionalização das regiões localizadas no interior do país, num caminho que abre

perspetivas para outros estudos que incidam sobre realidades mais concretas ou determinados setores.

Enquadramento teórico e concetual

O processo de investigação em ciências sociais exige um olhar “atento” e redobrado sobre as balizas concetuais e teóricas em que o mesmo se insere. De facto, o caminho de investigação implica uma revisitar constante de conceitos e teorias que facilitem a inserção do nosso estudo na dinâmica da produção científica na área das Relações Internacionais.

Com a globalização surgem perspetivas de um mundo melhor (Balão, 2014). No entanto, várias foram as consequências desse fenómeno. Em Portugal, tem-se verificado o crescimento do debate em torno das assimetrias regionais, tanto ao nível do povoamento das diferentes franjas do território nacional, como de questões relativas à qualidade de vida, às oportunidades de emprego, o acesso a serviços públicos ou à temática do investimento público como crucial para atenuar essas assimetrias (ação do poder político). Nesse sentido, verifica-se a importância de recentrar o debate em torno da temática da coesão, como pilar do crescimento e do sentimento de pertença, num contexto nacional e europeu.

A abordagem à temática da internacionalização do interior remete-nos para a necessidade de, enquanto apresentamos um Estado da Arte sobre a temática, abordarmos quatro conceitos centrais, a saber: internacionalização; globalização, interior e coesão. Ao abordarmos estes conceitos procuramos alicerçar a investigação num contexto que passa pela respetiva operacionalização dos conceitos, bem como pela clarificação dos mesmos à luz do nosso objeto de estudo. O nosso modelo de análise passa por explorar os conceitos que ao longo do trabalho se mostram essenciais para compreender a temática apresentada. Assim, “o modelo de análise prepara-se, na realidade, ao longo de toda a fase exploratória” (Campenhoudt e Quivy, 2008, p. 121). De acordo com os atores mencionados, uma investigação científica pode ser desenvolvida de duas maneiras distintas: ou evidencia o foco nas hipóteses ou se preocupa de maneira secundária com os conceitos que se inserem no estudo, ou de sentido inverso. Quanto à concetualização é mais do que uma definição, é uma construção abstrata do real embora não possamos admitir que se retém todos os aspetos da realidade, mas o que é especificamente necessário para o estudo. Deste modo, “construir o conceito é, em seguida, precisar os indicadores graças aos quais as dimensões poderão ser medidas. (...) O seu objetivo é conduzir-nos ao real e

confrontar-nos com ele. É este o papel dos indicadores” (Campenhoudt e Quivy, 2008, p. 121). A nossa opção passa por replicar este modelo de investigação, tendo presente a importância dos conceitos e a respetiva aplicabilidade no debate em torno da análise de fenómenos e factos políticos e sociais.

Para este objetivo, socorremo-nos da teoria liberal das relações internacionais, como fio condutor da apresentação do presente estudo. De facto, são diversos os contributos liberais para o estabelecimento e desenvolvimento do comércio internacional, sendo que a ideia do livre-comércio, como mecanismo e condição para a promoção da paz entre países e melhoria das condições de vida das populações encontra-se presente desde o século XVIII, numa evolução histórica marcada pelas consequências da época dos Descobrimentos, período de aproximação dos povos e de desenvolvimento de técnicas e ferramentas que contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações (Franco e Caetano, 2020; Torgal 2021).

O liberalismo é uma das principais correntes teóricas no âmbito das Relações Internacionais e teve maior influência após o fim da Guerra Fria. Esta teoria é uma tradição do pensamento ocidental, e baseia o seu estudo na importância do lugar do indivíduo na sociedade, sobre a natureza do Estado e a legitimidade das instituições. Assim, um dos problemas mais importantes para os liberais era construir uma sociedade bem organizada para assegurar melhores condições de vida aos indivíduos. Os liberais procuram indivíduos livres para terem oportunidades de realizar os seus interesses (riqueza, felicidade) de modo a obterem uma posição social positiva. Os indivíduos, que por natureza são egoístas, através do mercado conseguiriam o bem-estar geral, sendo que esse não é o seu objetivo inicial. Esta ideia do funcionamento dos Estados surge através da “mão invisível”² de Adam Smith. Neste contexto, as sociedades são capazes de corrigir os seus desequilíbrios e crises, ou seja, a razão humana é capaz de criar instituições através de princípios filosóficos e morais, capazes de regular o equilíbrio da sociedade (Nogueira e Messari, 2007).

Nesta linha de pensamento liberal, Kant (1795) acreditava que as trocas comerciais cumpririam uma função civilizadora, pelo incentivo ao contato e à tolerância entre as mais distintas culturas, permitindo desta maneira estabelecer redes de comunicação com os mesmos níveis de interesse e a cooperação com o objetivo de garantir a difusão dos mercados internacionais. Nesta lógica, e com o aprofundamento da interdependência económica, a reciprocidade seria cada vez mais a base dos

² “Mão invisível: “o mecanismo da competição fazia com que o desejo de melhorar as próprias condições de vida se tornasse em um agente benéfico para a sociedade ao contrapor o impulso de enriquecimento do indivíduo ao dos demais. Dessa competição, surge a mão invisível para equilibrar os preços das mercadorias em seus níveis “naturais” (Nogueira e Messari, 2007, p. 59).

relacionamentos entre Estados. O Estado não procura a guerra, mas sim, o poder económico que considera a maior arma de guerra (Kant, 1795).

Algo de todo diverso é defender-se a si e defender a Pátria dos ataques do exterior com o exercício militar voluntário dos cidadãos empreendido de forma periódica. O mesmo se passaria com a acumulação de um tesouro; considerado pelos outros Estados como uma ameaça de guerra, forçá-los-ia a um ataque antecipado, a tal não se opusesse a dificuldade de calcular a sua grandeza (pois os três poderes, o militar, o das alianças e o do dinheiro, este último poderia decerto ser o mais seguro instrumento de guerra) (Kant, 1795, p. 6)

Assim, é no “século das luzes” que se começa a ter uma noção de que os homens pertencem a uma comunidade mais ampla. O cosmopolitismo³ de Vattel, Montesquieu e Kant baseavam-se nas ideias iluministas de que o homem é racional, tendo por isso, capacidade de descobrir os seus interesses e o bem comum. Todos os indivíduos tinham obrigações e interesses para com o seu Estado, bem como para com o resto da humanidade. O problema era conciliar as obrigações para com o Estado com as que vinculam os indivíduos de outras nações. Por esta razão, neste período surgiram tratados fundamentais sobre o “Direito das Nações”, com o objetivo de estabelecer bases jurídicas e morais para relacionar indivíduos com os Estados e indivíduos de outros Estados. Como finalidade, alcançava-se o fim das guerras e a promovia-se a cooperação entre Estados, de modo a erigir uma sociedade internacional. Em defesa dessa sociedade destacou-se Hugo Grotius, através da sua obra “Sobre o direito da guerra e da paz”, na qual desenvolveu o conceito de sociedade internacional (Nogueira e Messari, 2007).

É no século XIX que surgem as primeiras organizações voltadas para a cooperação em áreas técnicas. Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) defenderam a criação de tribunais internacionais para terem capacidade de interpretar a lei, a fim de se alcançar uma ordem internacional pacífica. Segundo Mill, existia uma distribuição de riqueza mediante as leis (leis naturais) e os costumes na sociedade que se estivesse inserido. A visão destes filósofos veio trazer o liberalismo ao nível político (Nogueira e Messari, 2007).

³ Cosmopolitismo. Termo com origem na Grécia Antiga, entre os filósofos estoicos que rejeitavam a distinção entre gregos e bárbaros e afirmava ser membros de uma única humanidade e cidadãos do mundo. Na filosofia política, o termo refere-se à ideia de que “a humanidade faz parte de uma mesma comunidade moral cujo valor supera o das comunidades nacionais” (Nogueira e Messari, 2007, p. 67).

Todas estas ideias viriam a servir de base para as futuras organizações internacionais. No entanto, apenas após as consequências da I Guerra Mundial foi possível criar uma organização internacional de caráter permanente com a função de garantir a segurança coletiva dos Estados, contribuir para a cooperação econômica, social e humanitária, bem como a assegurar a execução do Tratado de Versalhes. Mesmo assim, esta primeira organização internacional viria a ser um fracasso com a eclosão da II Guerra Mundial. Resumidamente, o liberalismo veio afastar a política do centro do Estado, transformando a forma de governar numa ciência, em que a indústria e o comércio são os setores que ganharam a sua autonomia.

Prosseguindo as ideias liberais, as políticas neoliberais intensificam-se na década de setenta e oitenta do século XX. Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, a herdeira do acervo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a liberalização do comércio intensificou-se sobretudo pela redução e eliminação de determinadas tarifas alfandegárias. Até aqui, tais tarifas eram o principal entrave ao comércio internacional. O neoliberalismo veio sublinhar a importância da interação estratégica entre instituições já defendidas muito antes por Kant. Com o aumento do comércio externo e do livre comércio, juntamente com a cooperação entre Estados, assistiu-se a uma maior interdependência entre Estados (Mendes e Coutinho, 2014), sendo que esta ideia diz respeito à interdependência complexa desenvolvida por Keohane e Nye (1973).

Com a adoção de políticas neoliberais, em simultâneo com a eliminação de barreiras à liberação do comércio, rapidamente se verificou uma alteração significativa a nível internacional em domínios como a política, a economia ou as características sociais e culturais das sociedades. A emergência de uma nova sociedade, ou de um modo mais conservador, uma sociedade em constante evolução, veio permitir a construção da história através do que vivemos no presente.

A análise das nossas sociedades é caracterizada por uma premissa central. É expectável que o fim último da sociedade e da vida em comunidade possa garantir uma melhoria da qualidade de vida, ou dito de outra forma, a criação de condições que permitam aos cidadãos melhorar a sua qualidade de vida. Esta ideia de progresso e de desenvolvimento é central para compreender as ações da sociedade, bem como as políticas (públicas e sociais) adotadas.

É certo que essa lógica de progresso, desenvolvimento, manutenção da qualidade de vida e o equilíbrio numa vida de paz, é conferida em grande parte pelo fim da II Guerra Mundial. Verificava-se, neste período, a necessidade de assegurar um

período de paz, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento económico e político, sendo que alguns autores consideram que esse objetivo só seria alcançado através da adoção de políticas liberais, inicialmente delineadas e aplicadas no mundo ocidental. O conceito do “fim da história”, desenvolvido por Francis Fukuyama na sua obra “The End of History and the Last Man”, descreve o período pós-Guerra-fria, no sentido em que as democracias liberais se estenderiam à esmagadora maioria dos países, com um impacto significativo na satisfação das necessidades básicas aos indivíduos. Para este autor existiam dois bens necessários: a procura constante pela riqueza e bens materiais e o reconhecimento de todos os seres humanos que nos rodeiam, sendo certo que o capitalismo seria a melhor opção enquanto sistema dominante (Fukuyama, 1992). Esta ideia como garantia de mudança para um mundo mais pacífico e mais desenvolvido, viria a transformar o mundo naquilo a que chamamos Globalização, no entanto, a própria teoria viria a ser contestado face a emergência de novos modelos de governação, bem como ao declínio da qualidade da democracia em diversos contextos geográficos, algo que o próprio Fukuyama (1995) identifica como uma revisão ao seu próprio modelo.

Atualmente, é comum ouvirmos o termo Globalização nos discursos políticos e nas redes de comunicação, muito embora não exista um consenso face à sua definição ou significado (Balão, 2014). O conceito “globalização” encontra variadas expressões e em várias línguas do mundo. Operacionalizar este fenómeno é uma tarefa difícil, sendo assim, torna-se necessário analisar todas as aproximações à sua definição, desde as perspetivas de diversas organizações internacionais, bem com os contributos académicos para o estudo da globalização.

O conceito torna-se de uso corrente a partir de meados da década de 80 do século XX, tendo sido recriado por Theodore Levitt, em 1983⁴ e popularizado mais tarde por Kenichi Ohmae em 1990, no seu livro “The borderless world: power and strategy in interlinked Economy”. Várias são as heranças que formularam este conceito marcadamente multidimensional. Princípios doutrinários como o iluminismo, o imperialismo, o internacionalismo, o universalismo, o pacifismo, o mundialismo, o modernismo, e o pós-modernismo, serviram como inspiração para esta “elasticidade crescente” (Balão, 2014, p. 227).

Na sua concetualização, podemos sublinhar alguns aspetos, a saber: a sua dimensão à escala mundial, isto é, transversal a todos os Estados-Nação de todo o

⁴ Theodore Levitt refere que o mercado tem gostos e preferências comuns, num processo de partilha e homogeneização constante das preferências dos indivíduos. De facto, “everywhere everything gets more and more like everything else as the world’s preference structure is relentlessly homogenized” (Levitt, 1983, p. 93).

mundo (Campos e Canvezes, 2007), bem como a sua crescente interligação e interdependência de Estados, organizações e indivíduos, a ponto de os acontecimentos, decisões e atividades numa dada região do mundo poderem ser significantes noutras zonas distintas do globo (Held, McGrew, Goldblatt Perraton, 1999). Além disso, o constante aumento de interação entre países e povos, resultante dos desenvolvimentos das tecnologias que facilitaram a mobilidade e comunicação, bem como a consequente destruição de barreiras transfronteiriças de mercados bens e serviços, constituem um centro nevrálgico da globalização.

A globalização é enquadrada na categoria dos movimentos sociais, em que o seu exercício de análise é promovido não só através das pessoas ou dos partidos, mas também dos Estados. Estes passam a ser atores no Sistema Internacional, essencialmente no sistema político internacional, o qual se designa como *mainstream*. Segundo a abordagem contemporânea, a Globalização envolve dois processos distintos de “homogeneização e diferenciação” e uma interação entre “localismo e o globalismo” (Balão, 2014, p. 228) Portanto, a compreensão que se faz da Globalização e dos seus efeitos, é muito diferenciada mediante as leituras que são feitas pelo mundo contemporâneo, resultando em grande parte em movimentos de resistência.

Apesar das possibilidades de definição, optámos por acompanhar a visão de Sandra Balão sobre este fenómeno:

Globalização, pode considerar-se que ela designa a crescente amplitude, profundidade, e celeridade das interações mundiais em todos os aspetos da vida social contemporânea, desde o âmbito cultural ao criminal, do financeiro ao espiritual ou, ainda o aumento contínuo das interações económicas, sociais e culturais transnacionais que ultrapassam as fronteiras dos Estados do mundo, com a ajuda dos avanços tecnológicos. (Balão, 2014, p. 228)

As transformações resultantes deste processo foram visíveis para a ambição humana e produziram efeitos históricos na ordem social em geral, tanto no domínio do comércio, como na área da indústria naval e das armas, sendo que as suas operações financeiras foram os impulsionadores de lucro das várias globalizações. Por esta razão as grandes críticas a este fenómeno assentam na questão económica.

O papel desempenhado pela política é aqui incontornável. Só através da política é possível assegurar as regras do “jogo” e dos Estados enquanto atores na cena internacional. A articulação dos instrumentos explica a interação da economia com a política, sobretudo em Estados Democráticos, que procuram a sua eficiência e equidade por meios pacíficos. Segundo Sandra Balão (2014), recorrendo ao enquadramento

histórico, e tendo em consideração a forma como a Globalização afeta a cena internacional a nível político, pode-se identificar 3 grandes linhas que designam a “Escola” de pensamento que apresenta perspetivas interpretativas e analíticas do movimento, a saber: os “hiperglobistas”, os “céticos” e os “transformistas”. Os primeiros representam a morte do Estado Soberano em substituição por uma “sociedade civil global”. A escola cética conta com os contributos teóricos de referência como Hirst e Thompson (1998), que consideram a Globalização como um mito referindo que o grau de interação económico era muito superior no final do séc. XIX e início do séc. XX. A globalização não tem, pois, outro objetivo que não seja a criação de um “mercado global”. Os Estados, segundo estes autores, estão longe de perder o papel principal e são os grandes arquitetos da internacionalização (Hirst e Thompson, 1998). Por último, para os “transformistas” a ordem global tem de ser regulamentada para entrar em parceria com outros atores das relações internacionais. Deve existir o princípio da partilha de soberania, sendo que essa partilha perspetiva o Estado para novos desafios (Balão, 2014). Portanto, surge a ideia de governança. Por sua vez, fica evidente que os problemas e a interdependência que os Estados criaram entre si teriam de ser solucionados através de consenso, sendo que o Estado passa a ter uma participação ampliada, pelo que

o aumento da interdependência dos povos torna necessário a criação de novas instituições, que atendam às demandas resultantes da globalização económica e dos demais fenómenos. A resposta tem sido a criação de regimes internacionais em um sistema que pode ser denominado “governança⁵ global”. (Matias, 2005, p. 445)

Uma das características, e igualmente, resultado do fenómeno da globalização é, justamente, a deslocação de empresas. A livre circulação de pessoas, bens e serviços permitiu essa fácil deslocação, sendo que a trajetória inclui a transferência das unidades de produção de países desenvolvidos para países em desenvolvimento. Face ao ambiente internacional muitas empresas adotaram diferentes modelos de estratégias para fazer face aos desafios dos mercados globais. De facto, procuraram desenvolver novos produtos em diferentes países e adaptar a sua própria marca de acordo com o ambiente internacional. A internacionalização não é algo novo, pelo que tem vindo a sofrer mutações ao longo do tempo. Essas alterações não foram produto

⁵ “Governança é o fenómeno mais amplo do que o governo, abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas” (Rosenau, 2000, pp. 15-15).

apenas do fenômeno da globalização como também das interpretações que alguns autores fizeram do conceito (Ribau, Moreira e Raposo, 2015).

A internacionalização é um processo em que as organizações começam a desenvolver além das fronteiras, isto é, além do seu espaço geográfico do mercado de origem (Martins, 2013). Além disso, pode ser uma evolução gradual com etapas esquematizadas, pelas quais essas organizações adquirem recursos e entram nos mercados estrangeiros (Martins, 2013). Existem três fatores importantes para se atingir o processo de internacionalização: as motivações, a seleção de mercado e os modos de entrada.

As motivações que impulsionam esse mesmo processo podem ser de vários tipos. Com efeito, a possibilidade de aumento de competitividade pode ser uma das principais motivações, levando empresas a explorar novos recursos e novos mercados. Por outro lado, a procura por economias de localização, ou seja, mercados apropriados à realização das atividades centrais de uma dada empresa, corresponde a outra motivação organizacional, sendo que a possibilidade de encontrar economias de escala e, conseqüentemente, promover uma redução de custos, poderá ter um efeito no processo de decisão das empresas (Martins, 2013).

Outra motivação relevante incide sobre a necessidade de investir nos mercados externos, por forma a reaver os seus investimentos e reduzir o risco. Neste contexto, a proximidade geográfica ou cultural, podem ser fatores determinantes para a seleção de mercados internacionais. A necessidade pode também vir a ser uma motivação, principalmente quando a organização se vê praticamente “obrigada” a partir para o estrangeiro, como forma de sobrevivência ou, a seguir, os seus clientes quando estes igualmente se internacionalizam (Johnson, Scholes, Whittington, 2006).

Assim, as motivações podem ser pró-ativas ou reativas quando a organização ambiciona o aumento do lucro, as vantagens tecnológicas ou benefícios fiscais. São reativas quando a organização se vê obrigada a reagir perante a pressão da concorrência ou uma possível saturação do mercado.

Os processos de internacionalização têm sido amplamente estudados. O estudo intensivo nesta área levou a duas linhas de pesquisa: o modelo de Uppsala (escola nórdica) de Johanson e Vahlne em 1997, e os modelos de internacionalização de inovação (Dunning, 1998). Assim, a internacionalização divide-se em dois tipos de teorias: teoria comportamental e teorias económicas. A primeira vê a internacionalização como um processo construído por etapas (o modelo de Uppsala). Já a teoria económica preocupa-se em saber/identificar quais são os custos e o

investimento necessário de acordo com as suas possíveis vantagens, como pontos cruciais e estipuladas à internacionalização.

A internacionalização é um dos principais motores de crescimento económico. Por intermédio da globalização, baseada no livre comércio e pela redução de tarifas, a internacionalização contribui para o aumento do comércio ao nível mundial. Existe uma nova realidade de comércio, sendo que os países em desenvolvimento se tornaram mais competitivos que os países desenvolvidos, apresentando por isso melhores taxas de exportação e investimento direto (Baldwin, 2012).

A afirmação dos regionalismos como objeto de estudo na área das ciências sociais tem ganho espaço através de múltiplos contributos, tais como de Lake e Morgan (1997), Hettne, Onotai e Sunkel (1999), Soberbaunn e Shaw (2003) e Katzenstein (2005). Ao longo da literatura o conceito de “regionalismo” surge, muitas vezes, apresentado como sinónimo de “região” ou “regionalização”. No entanto, região e regionalismo são conceitos profundamente ambíguos e alvo de múltiplas interpretações no âmbito das relações internacionais. Apesar de próximas no âmbito da disciplina de geografia, existem ainda muitas disputas no que confere à sua definição. A palavra além de uma definição geográfica tem uma conotação política (Soberbaunn e Shaw, 2003). Assim, perceber o conceito de região é vital para que o estatuto analítico seja conferido. Esta noção surge inicialmente na Escola Francesa de Geografia a partir da formulação de Paul Vidal De La Blache, quando perspetiva “uma divisão cultural do mundo em zonas de civilização” (Correia, 2010, p. 153) Portanto, para Blache existe um elemento crucial, o homem, na relação “geografia-história-Estado” (Correia, 2010). Nesta medida, região pode ser entendida como um conjunto de “porções territoriais, articulados por atores estatais e não-estatais, que possuem uma perceção semelhante da sua distinção política de outros agregados físicos ou sistemas menores que a global” (Reis, 2007, p. 5).

Já regionalização conota processos de aumento das interações económicas, políticas, sociais ou culturais contíguos, ou seja, enfatiza as relações transnacionais entre Estados não-estatais, como fins ou grupos de interesse e organizações governamentais. Ou seja, a “regionalização - a região enquanto processo, em constante rearticulação” (Haesbaert, 2010, p. 5).

Ao falarmos de regionalismo falamos de diferentes pessoas, diferentes contextos e períodos históricos. Há continuidade e semelhanças no conceito de regionalismo num sentido diferente ao nível temporal, empírico e teórico. De acordo com Hurrell, o regionalismo

foi muitas vezes analisado em termos de intensidade de coesão social (etnia, raça, idioma, religião, cultura, história, consciência e herança comum), da coesão económica (padrões de comércio, complementaridade económica), da coesão política (tipo de regime, ideologia) e da coesão organizacional (existência de instituições regionais formais). (Hurrell, 1995, p. 333)

Regionalismo é, portanto, um conjunto de perceções, ideias, princípios estatais e não-estatais para a articulação de unidades políticas, que segundo Hurrell (1995) além de estar ligados à coesão social, é um fenómeno que engloba cinco categorias necessárias à sua formação. Para o autor são necessárias cinco etapas: “a regionalização”, “consciência e identidades regionais”; “cooperação regional entre estados”, “integração económica regional” e por fim “coesão regional” (Hurrell, 1995, pp. 334-338).

Na literatura sobre regionalismo podemos apontar para duas importantes etapas no plano teórico e prático. A primeira etapa que engloba uma série de trabalhos como de Deutsch (1957), Haas (1958), Lindberg (1963) e Nye (1958) e está ligada ao processo de institucionalização da cooperação europeia através da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A segunda etapa diz respeito ao período pós-Guerra-Fria e sucessivos alterações no mundo globalizado.

A Europa é talvez um dos grandes exemplos da construção de regionalismo. Identificam-se várias centenas de planos elaborados para a unificação da Europa e no sucessivo fortalecimento do Estado-Nação. Já no século XVI, humanistas de várias áreas exigiam a união de várias regras europeias sobretudo para fazer face à ameaça turca. Immanuel Kant, no século XVII, lutava por uma paz duradoura na Europa e exigia a fundação de Estados assentes nos princípios de Direito Internacional. Em 1849, Vitor Hugo defendeu a “criação de Estados Unidos da Europa” baseado na democracia e no respeito pelos Direitos do Homem. Todavia, estes ideais acabariam sem esperanças com a eclosão da I Guerra Mundial em 1914 (Börzel e Risse, 2016).

A elaboração da unidade e criação europeia concretizou-se apenas no final da II Guerra mundial, embora vários resquícios desse período se mantivessem nas décadas seguintes. O regionalismo aqui foi em parte “visto” como uma solução às crises de segurança. A Europa era palco de muitas guerras e a união destes Estados, outrora rivais políticos e económicos, parecia ser a solução dos problemas. No entanto, a nível político não havia muita abertura para a aceitação nesta comunidade. O caráter intergovernamental por parte dos países da Europa sempre foi um grande entrave. Na década de 40, após a II GM, surge uma mudança na Europa Ocidental que acabaria por influenciar a composição e organização da comunidade internacional. A experiência da

guerra levou ao aceso debate sobre os nacionalismos. O Estado-Nação passa a ser visto como um problema, e a integração regional passou a ser encarada como uma solução de se evitar outros cenários de guerra. Desta mudança, resultaram algumas iniciativas que foram suficientes para a criação da CECA em 1951. Mais tarde, em 1958, esses objetivos foram alargados para a criação da Comunidade Económica Europeia.

Um dos grandes críticos ao Estado-Nação foi David Mitrany, que em 1943, considera os Estados-Nação demasiado competitivos e responsáveis pelos conflitos internacionais. A solução seria de carater universal. Dever-se-iam identificar quais as funções que o Estado deveria desempenhar (ao nível económico e securitário) e os Estados transferiam progressivamente a sua autoridade para esses organismos internacionais. Por sua vez, os Estados tornar-se-iam cada vez menos suscetíveis de ações independentes; as divisões nacionais perderiam, gradualmente, a sua importância e a oposição ideológica das instituições internacionais fortes seria ultrapassada. Assim, esta integração funcional seria prática, tecnocrata e flexível, a ponto de mais tarde evoluir para um governo mundial (Mitrany, 1943).

Em 1957, Deutsch abordou o surgimento do regionalismo, tendo como foco os aspetos de segurança. Para este autor, o regionalismo poderia ser a criação de comunidades de segurança, no qual os membros resolveriam os seus problemas sem recorrer ao uso da força. Para ele a integração era, portanto, uma “comunidade de segurança”. Assim, a integração segundo Deutsch é “a consecução dentro de um território de um “sentido de comunidade” e de instituições e de práticas suficientemente fortes e generalizadas para assegurar, por um período “longo”, expectativas mútuas de “mudança pacífica” entre as suas populações” (Deutsch, 1957, p. 5).

Em direção a Deutsch, Ernst Haas (1968) construiu a teoria de integração. O neofuncionalismo herdou de Mitrany a lógica evolucionária com o objetivo da paz. O neofuncionalismo de Haas procurou explicar a integração política europeia e a integração política no seu geral, defendendo que a economia, a tecnologia e outros desenvolvimentos, conduziram os Estados para a integração económica e política. Segundo Haas, integração define-se como: “(...) processo pelo qual os atores políticos, em diferentes cenários nacionais, são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e atitudes políticas para um novo e mais largo centro (Haas, 1968, p. 16). Assim, para Haas era importante a transferência desses poderes para as instituições regionais, às quais reconhecia capacidade para a resolução de problemas entre Estados e considerava-as atores dotados de estratégia económica. Essas instituições deveriam

ser feitas pelos Estados e os responsáveis por essas regiões, seriam atores importantes no processo, o designado efeito *spill-over*⁶.

O conceito central do neofuncionalismo reside na existência de organismos de decisão que suplantam a identidade superior dos Estados, permitindo a construção de um caminho rumo ao novo centro de poder supranacional. A integração estabelece uma solidariedade entre os Estados que desenvolvida por áreas específicas acaba por se alastrar para outras áreas através de uma expansão por “pressões funcionais”. Desta forma, podemos referir que a integração regional está vinculada a um processo de interdependência internacional⁷. Resumidamente, podemos referir, que apesar do neofuncionalismo derivar do funcionalismo, existem claras diferenças entre as duas teorias. Para os neofuncionalistas pode-se referir que é uma teoria de integração regional e não global, tendo como base de estudo específico o processo político. Depois, os neofuncionalistas continuam a utilizar como unidade básica de análise o sistema estatal de base territorial, enquanto, para o funcionalismo não só se trataria de ultrapassar essa dimensão como complementá-la por organizações supranacionais igualmente de base territorial (Mendes e Coutinho, 2014).

No entanto, o debate académico fomentou um conjunto de visões opostas e críticas a este caminho. De facto, Stanley Hoffman (1996), enquanto principal autor do intergovernamentalismo, desenvolve esta teoria precisamente com o intuito de responder à inadequação parcial do modelo neofuncionalista para explicar os reveses do processo na integração europeia na década de 60 do século XX. Apoiado sobretudo nas ideias da teoria realista das relações internacionais, Hoffman rejeita a visão neofuncional na medida em que os governos seriam incapazes de resistir às pressões das elites no sentido de maior integração. Neste sentido, nas áreas consideradas de interesse nacional (*high politics*) não teriam interesse em trocar a segurança pela “insegurança” do processo de integração. Para Hoffman (1996) apenas os governos nacionais estavam reservados às decisões-chave no processo integração, sobretudo em assuntos de *high politics*. Desde Hoffman, a distinção *high politics* e *low politics* passou a ser importante para explicar por que razão a integração era mais importante em determinadas áreas. Esta teoria veio, tal como as anteriores, a ser alvo de críticas, nomeadamente pela crescente interdependência (Mendes e Coutinho, 2014).

⁶ O efeito *spill-over* pode ser entendido como os efeitos negativos e positivos que se pode gerar de uma determinada atividade sobre outra. Ou seja, “spill-over reporta-se a uma situação em que uma dada ação, relacionada com um objetivo específico, cria uma situação tal que o objetivo inicial só pode ser assegurado se se tomarem medidas subjacentes e assim sucessivamente” (Lindberg, 1963, p. 10).

⁷ Contrariamente às abordagens “de fora para dentro”, que entende o sistema como um todo, há um segundo grupo que acredita numa possível ligação entre regionalismo e interdependência regional. O regionalismo segundo esta linha de pensamento, é visto como uma resposta funcional dos Estados aos problemas criados pela interdependência, tendo para isso o papel das instituições como importante no que respeita a encorajar e desenvolver a coesão regional (Hurrell, 1995).

A maior crítica à proposta de Haas foi construída por Moravcsik (1998). Moravcsik estudou todo o processo que mais tarde levaria à criação do Ato Único Europeu (1986). A teoria desenvolvida por Moravcsik (1998), pode ser definida como um modelo de formação de preferências e de negociação internacional baseado na teoria de negociação internacional e jogo a dois níveis de Robert Putman. Apesar de partir da base do realismo, acaba por se distanciar do mesmo porque atribuiu uma importância aos processos de formação de interesse nacional no interior do Estado. Parte das premissas em que os Estados jogam um “jogo de dois níveis”, um doméstico e outro internacional. Assim, os Estados numa primeira fase estabeleceram um conjunto de preferências nacionais (ao nível doméstico), que os levaria numa segunda fase para uma negociação entre Estados e concluem uma escolha institucional, onde Moravcsik (1998) conclui que as instituições servem apenas para aumentar a eficiência das negociações interestatais reduzindo os custos do tipo de negociação em causa. Portanto, a transferência do poder de decisão, aqui, é em grande parte para alcançar compromissos credíveis. A delegação de competências não é nada mais que uma estratégia nacional adotada pelos Estados, não correspondendo necessariamente a uma defesa de ideologia ou crenças (Moravcsik, 1998).

Moravcsik (1998) estabelece uma visão pluralista nas relações internacionais. Reconhece que as preferências internas são de interesse nacional e alega que todas as tomadas de decisão pelas instituições são produto da negociação entre Estados. Desta forma, a instituição tem uma importância meramente consultiva e não decisiva.

O novo institucionalismo veio evidenciar o papel das instituições no processo de integração. É uma abordagem que surge como que uma reação às premissas de que os resultados políticos seriam apenas dependentes dos procedimentos dos atores, se não houvesse restrições impostas pelas instituições. Na década de 90, surgiram três grandes linhas deste pensamento que constituíram o neo-institucionalismo: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico.

Relativamente ao primeiro caracteriza-se por se vincular aos desenvolvimentos históricos, rejeitando o postulado tradicional e defendendo uma trajetória assente nas propriedades/características herdadas do passado. Aqui, as instituições são essa mesma herança, na medida em que, adquiriram ao longo do tempo um conjunto de procedimentos, protocolos, normas e convenções. Para Michael E. Smith (2004) devemos olhar para a alteração de normas ao longo do tempo. Smith (2004) acredita em não ser só importante o marco histórico, como também os tratados constitutivos e outras ações coletivas isoladas. Assim, de acordo com o institucionalismo histórico, as instituições desde a sua criação e evolução, podem afetar as preferências que seguindo

esta lógica, não são um dado imutável. É importante haver uma adaptação permanente e uma modificação dessas instituições ao longo do tempo. Tal é referido como “dependências históricas” (Warleigh, 2002, p. 23) que significa que as decisões tomadas podem influenciar outras decisões póstumas.

Em relação às teorias de integração, de acordo com Pierson (1996), a integração seria um processo “*path-dependent*”⁸ em que as instituições estabeleceriam regras que ao longo do tempo iriam resistir (Pierson, 1996).

Quanto ao institucionalismo da escolha racional as instituições são vistas como uma ferramenta nas mãos dos atores que controlam essas instituições, com o objetivo de atingir os seus próprios benefícios de uma maneira racional e estratégica. O institucionalismo da escolha racional explica, portanto, o motivo pelo qual os governos nacionais estão dispostos a construir as instituições ou inserir-se nas que já existem tendo em vista um cálculo estratégico. Os atores “usam” as instituições para atingirem da melhor forma os seus objetivos, do que se agissem sozinhos ao calcular as incertezas dos outros indivíduos, reduzindo as incertezas no jogo político, tal como acontece no dilema do prisioneiro⁹. Relativamente ao institucionalismo sociológico, e com o foco no estudo regional, este permite um estudo mais alargado das instituições devido à sua eficácia como também pela inserção cultural das práticas. Neste sentido, deixa de existir a dicotomia entre instituições e cultura e há uma junção de uma rede de “hábitos”, “símbolos”, “rituais”, “crenças”, como refere Warligh (2009, p. 9) “are conceived as a Gestalt of symbols, rituals, belief, and worldviews which allows actors to understand- or interpret- the context in which they find themselves”.

Em suma, as instituições poderiam promover comportamentos de acordo com um dado grupo social. É então, o institucionalismo sociológico que acaba por abrir o campo teórico do regionalismo para o estudo de identidades regionais. A aplicação desta corrente vai além dos interesses económicos e articula a importância da integração cultural e das respetivas identidades para pensar o regionalismo. É o

⁸ Para Pierson (1996, p. 242), path dependence significa “as to mean, if it mean anything, that once a country or region has started down a track, the costs of reversal are very high. There will be other choice points, but the entrenchments of certain institutional arrangements obstruct an easy reversal of the initial choice. Perhaps the better metaphor is a tree, rather than a path. From the same trunk, there are many different branches and smaller branches. Although it is possible to turn a round or to climber from one to the other-and essential if the chosen branch dies- the branch on which a climber begins is the one she tends to follow”.

⁹ O dilema do prisioneiro foi uma expressão utilizada para explicar justamente o que o nome indica, o dilema de dois cúmplices quando interrogados separadamente pela polícia. Apesar de serem considerados culpados por um crime, não havia provas concretas para indiciar qualquer um dos dois. Os polícias resolveram indiciá-los de um crime menor por porte de armas. Sem comunicação entre ambos, haveria várias hipóteses caso confessassem ou não. Este jogo foi muitas vezes, em relações internacionais, da escola realista onde os atores no panorama internacional são os Estados que agem em prol da segurança e do poder, e sempre predispostos à resolução de problemas através do conflito. Desta maneira negavam qualquer tipo de cooperação. Por esta razão, alguns Estados preferem viver armados outros não.

institucionalismo que reforça a importância da cooperação entre Estados para contribuir na criação do novo institucionalismo.

Nos anos 80 surge o novo institucionalismo como resposta às transformações no Sistema Internacional e face à necessidade crescente da proliferação de regionalismos quer económicos, quer políticos. O Sistema Internacional caracterizou-se por uma profunda mutação. Por um lado, o declínio dos Estados-Nação e consequentemente o aumento da interdependência entre Estados, por outro a crescente multipolaridade após a Guerra-fria e a emergência de regionalismos. Além disso, assistiu-se também à crescente adoção de economias políticas neoliberais por parte de países em desenvolvimento naquela época (Boas, Marchand e Shaw, 2005).

Este novo regionalismo pode ser entendido como uma abordagem de economia política contemporânea face às novas relações entre globalização e regionalismo, contribuindo para o estudo dos assuntos regionais, bem como a respetiva ligação com o novo fenómeno da globalização. No entanto tal ligação tem sido paradoxal no que respeita ao estudo de ambos os fenómenos.

Sob outra perspetiva, a globalização é uma forma melhorada que realça as múltiplas abordagens do plano das Relações Internacionais, e que, evidenciou os vínculos entre o plano regional e global para o estudo da economia, política e segurança. Sob esta perspetiva, existem, portanto, novos desafios para o regionalismo impostos pela globalização que nos remete para a necessidade de reavaliar o plano teórico. Encontram-se, portanto, novas formas de governança regionais, multilaterais, de grande interdependência, que justificam o estudo do novo regionalismo.

Este novo regionalismo requer uma avaliação quanto à sua teoria, dada à sua importância para explicar os novos fenómenos existentes no Sistema Internacional. Nos anos 80, assiste-se a um recorrente descolamento de uma determinada economia para um mercado emergente que cruza fronteiras, como o asiático e o americano. Por outro lado, existem também regionalismos que não são devidamente aprofundados, como a UE, em que o caráter intergovernamental marcadamente dos Estados-Membros não permite uma resposta a todos os níveis no seio da União Europeia. O caráter intergovernamental dos Estados-Membros da UE apenas permite colaborar entre Estados mediante os seus interesses e em esferas de “baixo poder” político.

Outro fenómeno que requer avaliação do novo regionalismo são as questões de segurança. Neste ambiente, o regionalismo é novamente “remodelado” dado que os problemas de segurança já não dizem respeito apenas a um, mas a todos. Neste sentido, os problemas de segurança não podem ser tratados de forma isolada, pelo que Buzan e

Weaver (2003) utilizam um conceito de Complexo Regional de Segurança¹⁰ (CRS) para se referir ao novo ambiente de segurança, ou seja, uma interdependência securitária. A este nível destaca-se, igualmente, um novo tipo de cooperação entre Estados com diferentes níveis de desenvolvimento, o que acarretou algumas críticas ao eurocentrismo (Boas, Marchand e Shaw, 2005).

Assim, destes novos modelos resultariam problemas nomeadamente ao nível da segurança, no sentido em que, a CSR seria ou não suficiente em questões como o terrorismo ou a proliferação de armas de destruição maciça, em determinadas regiões. Seria a interdependência suficiente para manter o equilíbrio securitário? Uma outra preocupação era com a distribuição da soberania no momento da institucionalização, como se verifica no caso da União Europeia. Até que ponto não teria consequências para o regionalismo em questão?

Estes novos problemas estão envolvidos no conceito de regionalidade, que é a repercussão multidimensional do processo de regionalização numa determinada área geográfica. Assim, a terceira fase do regionalismo implica não só envolver regiões emergentes como também a ordem mundial que acaba por fazer possível o regionalismo (Hettne e Soberbaunn, 2002). Esta fase não trata do regionalismo de uma dinâmica começada por a fase económica, mas sim, por meio *spill-over*. Claramente, não são também assuntos resolvidos apenas pelo Estado, mas através de uma perspetiva multidimensional.

Esta interdependência e os novos desafios associados à estrutura do sistema internacional impulsionaram um conjunto de novos acordos e estudos no âmbito do regionalismo. De facto, os acordos de Lomé (1975) e Cotonau (2000) conseguidos com oito Estados africanos, do Caribe e do Pacífico, são exemplo da intensificação das relações entre regiões. Falamos de interregionalismos quando estamos perante um processo desenvolvido por duas ou mais regiões, ou até mesmo atores não-estatais. No caso do envolvimento destes últimos, trata-se de transregionalismo. O transregionalismo pode envolver ligações com regiões, redes corporativas ou organizações não-governamentais, em direção à cooperação. O interregionalismo traz um importante ponto que é o da cooperação regional. Essa cooperação significa ganhos ao nível estratégico de expansão de poder, quer ao nível económico como político e, ou a difusão de normas e valores (Soderbaum e Van Langenhove, 2006).

¹⁰ O Complexo Regional de Segurança foi desenvolvido por Barry Buzan e Ole Waever, e tinha como objeto de estudo a segurança conjugada com o processo de Integração Regional. Nos finais da década de 70 e inícios dos anos 80, sentiu-se a importância de controlar as ameaças do continente americano, sobretudo durante a Guerra das Malvinas em 1982, sendo por isso importante a criação de um complexo regional de segurança. Este era uma estratégia multipolar com perspetiva o controlo securitário daquela área.

Em suma, dada a sua multiplicidade, o regionalismo diz respeito a outros campos da política como a governança monetária e financeira, saúde, género, política, social, migrações, democracia e direitos humanos.

O processo de integração europeia em consonância com a descentralização/regionalização dos Estados fez desenvolver aquilo que designamos de “governança multinível”. Considerando todos os problemas que surgiram com o mundo globalizado, e como foi referido, os Estados reconheceram as suas incapacidades em adquirir os meios necessários para realizar as finalidades da sua soberania e adversidades (Mendes e Coutinho, 2014).

Assim, entende-se por

Governança multinível” - “processo de criação política no qual a autoridade e a decisão políticas são partilhadas por meios de governação-subnacional (regional e local) nacional e supranacional. Consubstancia um modelo de decisão política dispersa pelos diferentes níveis territoriais e esferas públicas, garantindo, por um lado, uma estrutura articulada de relações de poder, e por outro, a interdependência e cooperação de relações institucionais (formais e não formais). (Mendes e Coutinho, 2014, pp.229-230)

A governança multinível é, portanto, o novo mecanismo de governação após o surgimento de alguns regionalismos nomeadamente o caso da UE. Assim, com o regionalismo, surge a emergência de uma nova ordem política, de toda a sua reformulação “os processos de integração (...) encorajam novas formas de mobilização e ação políticas, dinamizaram a participação política dos cidadãos e a competição política em contexto europeu” (Mendes e Coutinho, 2014, p. 231).

Toda a transformação em torno do Sistema Internacional fez surgir um outro conceito - Governança Global. Segundo, a Comissão sobre a governança global criada pela Organização das Nações Unidas em 1996, Governança global define-se como

...] a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pela qual é possível acomodar interesses conflitantes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições. (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2)

Esta expressão começou a assumir, desde meados da década de 90, uma considerável relevância nos estudos em Relações Internacionais. Dada a multiplicidade de problemas que surgiram, quer ao nível cultural, social, político e económico, o Estado já não é o centro da resolução dos problemas de comunidade, admitindo que outros atores e instituições assumam um papel ativo/decisivo. Neste sentido, e como já foi referido, criaram-se níveis de interdependência entre povos, na qual a solução é a governação global (Matias, 2005).

Assim, para a prática de uma “boa-governança” é necessário o reconhecimento dos problemas mútuos, que exigem o trabalho conjunto dos Estados, as instituições e outros atores não estatais. Não é um processo de exclusão de participação dos Estados, mas sim, um processo ampliado a todos os atores para a procura de soluções. Nesta medida, a palavra consenso pode não ser atingida por unanimidade. O importante é procurar soluções viáveis e aceites pela maioria. Neste contexto, a

Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendem aos interesses de pessoas e instituições [...]. No plano global, a governança foi vista primeiramente como conjunto de relações intergovernamentais, mas agora deve ser entendida de forma mais ampla, envolvendo organizações não governamentais (ONG), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capital globais. Com estes interagem os meios de comunicação de massa, que exercem hoje enorme influência. (Biermann e Pattberg, 2012, p. 281)

Perante as novas fórmulas de solução de problemas, a governança distingue-se por não se limitar a uma atuação estatal e adquirir um grande leque de atores. Tal como defende Rosenau (2000, pp. 15-16) “governança é um fenómeno mais amplo do que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais, de carácter não-governamental”. É uma agregação de atores no Sistema Internacional com o intuito de resolver problemas em comum.

O regionalismo é definido pela criação de redes de interdependência em prol de soluções conjuntas, com princípios à boa-governança entre Estados. Para Hurrell (1995) existem cinco variantes do regionalismo: a regionalização, consciência e identidades regionais, cooperação regional, integração económica e a coesão regional. Esta última é, no entanto, a que mais se destaca nas Relações Internacionais. A coesão regional é a que pode permitir a unidade regional “coesa” e “consolidada”. Tal como Hurrell (1995, p. 337) refere a “coesão regional refere-se à possibilidade de que, em algum momento, a combinação dos primeiros quatro processos descritos, desembarque no surgimento de uma unidade regional coesa e consolidada”. Assim, coesão pode

significar dois sentidos: quando a região exerce o papel nas relações entre Estados, e também outros atores importantes dessa região ou quando a região define políticas para inúmeras questões. Um indicador de coesão regional é o nível em que, os acontecimentos regionais e política regional definem e moldam todo o sistema político dessa região, como tem vindo acontecer na UE. A coesão regional pode acontecer em todos os níveis sociais, económicos e territoriais.

Foi precisamente nestes vínculos que a UE se baseou. Conforme o art.174, do Tratado do Funcionamento da EU (TFUE),

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União, esta desenvolverá e prosseguirá a sua ação no sentido de reforçar a sua coesão económica, social e territorial. Em especial, a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas. Entre as regiões em causa, é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha. (União Europeia, 2009, p. 159)

A política de coesão é a principal política de investimento da UE e a medida que proporciona benefícios a todos as regiões e cidades da Comunidade, tanto do ponto de vista económico, social e cultural. Na Comunidade Europeia sempre existiram divergências territoriais e demográficas, que estorvaram o caminho da integração e do desenvolvimento da Europa. Assim, o Tratado de Roma (1957) criou mecanismos de solidariedade através de dois fundos: o Fundo Social Europeu e o Fundo de Orientação e de Garantia Agrícola. Mais tarde, em 1975, criou-se o Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER). Já em 1986, a coesão económica e social tornou-se uma competência de Comunidade Europeia. Em 2006, surge a importância da coesão territorial nas “orientações estratégicas comunitárias” adotadas pelo conselho, embora só em 2008 a mesma fosse ampliada à dimensão de coesão territorial (Comissão Europeia, 2008, p. 5).

Ao Fundo Social Europeu compete a criação de medidas que promovam o elevado nível de emprego, igualdade de oportunidades, desenvolvimento sustentável e todo o tipo de medidas que contribuam para a coesão social e económica. Quanto ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objetivo evitar e corrigir os desequilíbrios regionais, apoiando regiões mais desfavorecidas e fomentando a reconversão de regiões em declínio. Além disso, apoia ações de cooperação

transfronteiriça, cooperação transnacional e cooperação inter-regional. A cooperação territorial europeia é também outro instrumento da política de coesão que visa dar respostas aos problemas transfronteiriços. Já o Fundo de Coesão dá o seu contributo financeiro para projetos que envolvam o ambiente e redes transeuropeias, tal como se pode comprovar pelos artigos 176º a 178º do Tratado do Funcionamento da União Europeia (União Europeia, 2009).

É importante salientar o estabelecimento da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) que tem como objetivo recolher, tratar e difundir estatísticas regionais no seio da UE. É uma maneira de fazer análises socioeconómicas e a elaboração das intervenções no contexto de política de coesão UE. Não menos importante é de referir a importância do Comité das Regiões (CdR) da UE, criado em 1994, e que representa as autoridades regionais e locais de toda a União Europeia (territórios, regiões, cidades, municípios). O CdR atua como porta-voz junto ao Conselho e da Comissão da UE. Segundo os Art. 300º e 305º a 307º do TFUE, elege 350 membros, podendo os membros ser, por exemplo, presidentes de Câmara, representantes eleitos dessas mesmas regiões. No caso de Portugal, são eleitos 12 membros efetivos e 12 membros suplentes.

No domínio da política de coesão, o Comité das Regiões, avalia o resultado das negociações sobre os contratos de parceria e programas operacionais e os relativos de coesão da comissão através da Comissão da Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER).

No Livro Verde Sobre a Coesão Territorial

a coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a EU. (Comissão das Comunidades Europeias, 2008)

Ultimamente, a UE definiu no Plano da Estratégia da Europa 2020, o objetivo de um crescimento “inteligente”, através do desenvolvimento de conhecimento e inovação; “sustentável” com o objetivo numa economia mais ecológica; e o “inclusivo” com o intuito de reforçar a coesão social e territorial. A partir daqui cada estado-membro adotou os seus objetivos específicos para melhorar as suas assimetrias.

Além das assimetrias, existem hoje cidades que atingem dinâmicas mais elevadas, onde daí conseguem interligaram-se em fluxos económicos no âmbito

internacional. Com a globalização, o fim de bipolaridade mundial, o Estado compartilha a sua autoridade ao longo de uma rede. Existe assim o reaparecimento da paradiplomacia¹¹. As cidades e regiões assumem novos papéis económicos e políticos no quadro internacional. No entanto, as cidades por concentrarem algumas atividades económicas podem contribuir para atrair pessoas para trabalho em busca de uma vida melhor, essa mesma atração por ser em grandes quantidades pode levar à criação de vários problemas, como o aumento das diferenças sociais, o desemprego. Por esta razão é tão importante quer a nível europeu, quer a nível nacional atingir uma boa distribuição territorial.

Enquadramento metodológico

Justificação e relevância do tema

O presente trabalho enquadra-se numa dinâmica e numa área de estudo e intervenção no delinear de caminhos sobre as políticas de integração e coesão social e económica. Considerando os conceitos centrais do presente estudo, bem como as teorias que contribuem para a afirmação desta temática, importa referir quais são os motivos que estão na base da escolha deste tema.

Em Portugal, a importância do crescimento económico e da produtividade imbrica diretamente com a capacidade de afirmação do país na cena internacional e com a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A dicotomia que existe ao nível económico e social entre o “litoral/interior” constitui um dos maiores desafios para a coesão social e territorial em Portugal. Desta forma, a afirmação do interior do país e a aposta nas suas valências correspondem a verdadeiros desígnios nacionais. De acordo com esta situação e tendo em conta a ordem internacional, num mundo globalizado que quebra barreiras físicas através de novas tecnologias, importa analisar a estratégia de internacionalização para atingir este desiderato. Dito de outra forma, poderá o interior do país adotar uma estratégia específica de promoção destas suas valências num contexto de cada vez maior competitividade?

Este tema é central e está relacionado com uma problemática que se vem arrastando ao longo dos anos, principalmente se avaliarmos o desenvolvimento do país

¹¹ Segundo Moita *et al.* (2007), o conceito de paradiplomacia diz respeito à capacidade que os atores não estatais para adquirirem acordos de cooperação internacional para atingir os seus interesses seja como for a sua forma de atuação. No fundo, é a maneira como governos subnacionais e regionais dirigem as suas relações em prol dos seus interesses. Este conceito está ainda em expansão devido à lógica associada da globalização económica aumentar a competitividade.

nos últimos 40 anos, que é a desertificação/des povoamento do interior em contraciclo com uma maior densidade populacional nos territórios do litoral e com a necessidade de se encontrar uma estratégia para desfazer ou, pelo menos, atenuar esta tendência¹² (PORDATA, 2021)

Partimos para esta investigação cientes da sua importância e plenamente conscientes de todas as fórmulas que têm sido adotadas pelos governos na tentativa de resolver esta problemática, ainda que sem sucesso dado ao facto de haver cada vez mais diferenças entre o “litoral e o interior” (Almeida, 2021). Não procuramos aqui efetuar uma avaliação dessas políticas, nem tão pouco determinar caminhos que possam ser adotados pelos próximos executivos. Uma investigação científica tem como objetivo conhecer e apresentar de forma mais detalhada uma determinada realidade, sendo esse o contributo que procuramos dar ao analisar a importância da internacionalização como vetor de desenvolvimento do interior.

Assim, e tendo em conta o que acima é referido, este estudo enquadra-se no conjunto de estudos que visam encontrar soluções ou estratégias para de alguma maneira poder contribuir para a promoção da coesão territorial e importância da internacionalização enquanto fenómeno de relevância económica, política, social e cultural em Portugal (Almeida, 2018). Conjuntamente, a questão da coesão social e territorial no contexto nacional e europeu, assume uma importância decisiva que importa abordar, num contexto de maior globalização e interdependência económica.

Justifica-se este tema numa dissertação de mestrado em Relações Internacionais pelo facto de a internacionalização ser um resultado do mundo globalizado, bem como a reestruturação dos espaços num mundo cada vez mais citadino e a necessidade de assegurar uma maior coesão territorial e social, como pilar decisivo para a pacificação do ambiente social interno num dado território. O estudo da internacionalização em contextos de menor dimensão e de dependência contribuiu para identificar e aprofundar novas áreas de investigação, partindo da análise de um contexto macro para uma dimensão de pequena comunidade. Diga-se, aliás, que essa tem sido a tendência de diversos estudos, apresentando casos concretos de análise (estudos de caso), como mecanismos de compreensão do impacto de políticas macro sobre realidades de menor dimensão (Johnson e Lichter, 2018 e Bruno *et al.*, 2021).

¹² PORDATA, 2021. Censos 2021. “População residente”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452>. Consultado a 12 de janeiro de 2022.

Explicação da Problemática

Esta investigação tem como foco analisar a importância da internacionalização para o desenvolvimento e a afirmação do interior de Portugal, face a um processo de desertificação/despovoamento desta parcela do território, bem como a um nível de investimento inferior em comparação com o litoral do país (Pereira e Andraz, 2009). A existência de um nível desigual entre o litoral e o interior do país constitui uma problemática central quando se aborda a questão da igualdade de oportunidades e o processo de desenvolvimento de todo o território. Assim, o objetivo principal é analisar a importância de internacionalização para a sustentabilidade do interior do país. Além disso, procuramos compreender algumas medidas que têm sido adotadas para promover a coesão territorial, tanto ao nível local, nacional como europeu.

Deste modo, no decurso da investigação, procuramos analisar um conjunto de perspetivas e caminhos de desenvolvimento assentes na especificidade dos territórios do interior. De que modo o interior do país beneficiou do crescimento do turismo internacional na última década? Deverá a análise incidir sobre um contexto nacional, ou no contexto português, atendendo que, é cada vez mais relevante analisar as regiões numa escala “europeia”, como um mecanismo otimização dos recursos disponíveis? Partiremos para esta análise tendo presente a necessidade de identificar os fatores que promovem a internacionalização, bem como descodificar o contributo das novas tecnologias para a criação de espaços atrativos para a edificação de empresas e investimentos em regiões afetadas pela problemática do despovoamento.

Em qualquer processo de investigação importa estabelecer um caminho delineador assente numa pergunta de partida clara e concisa, deste modo centramos a investigação na seguinte questão:

- ✓ Qual a importância da internacionalização para a afirmação e a sustentabilidade do interior do país?

Temos noção da abrangência desta questão e como tal, partimos de um modelo geral, com recurso à análise ao fenómeno do liberalismo como promotor de um mundo mais flexível a nível económico, político, social e cultural. Este caminho resultaria na necessidade de estudar o fenómeno da “globalização” e o seu impacto nas regiões do interior. Seguidamente, explicamos através dessa modificação, o conceito de internacionalização que surge como resultado da globalização. Posteriormente, analisamos o regionalismo enquanto conceito que nos permite descodificar e aprofundar os estudos que incidem sobre a temática da coesão social e territorial. Por fim, enveredamos por um estudo mais centrado na atualidade do interior bem como as

possíveis estratégias disponíveis para promover e aproveitar o impacto da internacionalização nestes territórios.

Trata-se de um estudo iminentemente qualitativo, de reflexão teórica e baseado no objetivo de apresentar uma detalhada revisão de literatura sobre a importância da internacionalização para a dinamização de territórios despovoados e que enfrentam dificuldades de captação de cidadãos e empresas.

Metodologia

A opção para a execução deste trabalho teve presente dois pilares centrais: a abrangência da temática, sendo importante contribuir para a respetiva sistematização e agregação dos diversos contributos que se dedicam ao estudo da internacionalização em regiões periféricas. Face à dimensão temporal para a execução da dissertação, não foi possível afinar o estudo para a apresentação de um estudo de caso, que pudesse, por exemplo, socorrer-se de entrevistas para compreender a ação dos atores políticos e sociais na promoção da internacionalização do interior. Deste modo, opta-se por uma abordagem descritiva, de âmbito qualitativo, com o objetivo de contribuir para o reforço do debate em torno das oportunidades associadas à internacionalização.

Face a esta opção, o recurso a dados secundários torna-se fundamental para compreender as políticas de coesão social e territorial, bem como o impacto da internacionalização sobre os modelos de desenvolvimento no interior do país.

Desta forma, recolheu-se informação aos estudos já feitos, ainda que de forma mais abrangente, com especial atenção a revistas científicas e principais autores no domínio dos temas presentes na dissertação, desde os fundadores das teorias e conceitos, a contributos mais recentes e aplicáveis a realidades similares a territórios de baixa densidade populacional ou localizados num contexto de distanciamento face a grandes aglomerados populacionais.

O recurso a obras fundamentais (Porter, 1994; Hurrell, 1995; Soderbaum e Shaw, 2003; Balão, 2014; Ribau e Raposo, 2015 e Stiglitz, 2017) assegura a necessária sustentação teórica e enquadramento da temática, sendo que ao nível das escolhas bibliográficas tivemos, igualmente, atenção aos conceitos centrais, bem como a obras publicadas nos últimos anos, acompanhando, deste modo, o debate científico da temática.

Para a recolha dos dados relativos à política de internacionalização do país, bem como para efetuar a divisão entre o litoral e o interior, recorremos a textos e publicações oficiais, bem como aos indicadores estatais e de organismos públicos referentes ao investimento nos territórios analisados, essencialmente no Interior. Sendo um estudo exploratório, que cruza estas duas dimensões (interior e internacionalização), temos presente a dificuldade de conciliar e agregar os múltiplos contributos existentes, correspondendo esse desafio a uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento do presente estudo.

Capítulo I. Globalização

Ao longo deste capítulo e atendendo ao facto de este trabalho se tratar de uma revisão da literatura, é abordado o conceito de globalização de forma mais aprofundada. Destaca-se alguns autores, muito embora, todos tenham sido claramente necessários para este estudo e sem querer menosprezar nenhum deles.

Assim, sobre a sua concetualização e as respetivas mutações que este conceito acarreta é de salientar os contributos de Froebel, Heinrichs e Kreye (1980) que referem a importância da divisão do trabalho. Com o aumento das novas tecnologias e sucessivamente, com o aumento dos movimentos migratórios Sassen (1994) destaca as alterações geográficas. Quanto às mutações sociais, Sousa Santos (2002) e Becker e Skylar (1987) salientam a nova classe social que surgiu como resultado essencialmente das empresas transnacionais bem como a nova distribuição de riqueza. Relativamente às mudanças políticas, salienta-se os contributos de Tilly que além de trazer a ideia de que a globalização é um fenómeno que já se verificou noutros séculos, indica as grandes mudanças e distinções no que respeita à globalização de hoje.

Também na cultura se verifica novos aspetos da globalização, e muito contribuíram os estudos de Ritzer (1995).

Na última secção deste capítulo é feita uma análise das vantagens e desvantagens deste fenómeno, destaca-se os estudos de Sousa Santos (2002) e Rodrik (2011).

Acontecimentos Históricos

O processo de globalização trouxe um conjunto de transformações económicas, políticas, sociais e culturais a nível mundial. Tais transformações são associadas, de forma sistemática, às inovações tecnológicas, sendo que a proliferação das mesmas leva a crer que a globalização é um fenómeno novo (Campos e Canavezes, 2007).

Como já foi referido, o termo globalização apenas surge no final da década de 80, do século XX. No entanto, já no século XIX alguns intelectuais adotaram o termo globalização para se referirem à ideia de modernização e suas integrações no mundo (Campos e Canavezes, 2007). Ao inserir a globalização na história pode-se descortinar contextos e acontecimentos que contribuíram para aquilo que hoje designamos de globalização¹³.

A globalização pode ser entendida como o produto do desenvolvimento do capitalismo à escala mundial, e a continuidade de uma lógica civilizacional designada como modernidade e não é propriamente recente, uma vez que a sua origem data desde a revolução industrial inglesa no século XVIII conjugada com as transformações sociopolíticas da Revolução Francesa (1789).

No entanto, referir que a globalização se insere num processo histórico e marcadamente contínuo, não é retirar-lhe o seu carácter de novidade. A globalização trouxe consigo novas dinâmicas económicas, políticas e culturais com alargada dimensão e impacto, resultando em grandes transformações no mundo que hoje se vive.

1.1. Evolução da globalização

A globalização acarretou consigo um conjunto significativo de mudanças na sociedade internacional. Froebel, Heinrichs e Kreye (1980) foram dos primeiros autores a abordar, no início da década de 80, a emergência de uma Divisão

¹³ No entanto, este fenómeno pode remontar ao século XV, aquando da expansão ultramarina empreendida pelo mundo ocidental, nomeadamente portugueses e espanhóis, e além disso, muito antes deste período, já existiam contactos comerciais entre povos e viagens intercontinentais.

Internacional do Trabalho¹⁴ baseada na produção das empresas multinacionais, que gradualmente, se converteram como atores na cena internacional (Froebel, 1980).

Este novo modelo económico era caracterizado por uma economia dominada à escala mundial; produções flexíveis e multilocais; baixos custos dos transportes; desenvolvimento e difusão de tecnologias e comunicações; as economias nacionais foram desajustadas e surgiram três grandes blocos comerciais: o americano, o japonês e o europeu (Sousa Santos, 2002). Estas transformações alteraram o Sistema Internacional e tiveram uma intensidade desigual mediante a posição de cada país na cena internacional.

Para as políticas nacionais tais transformações tiveram varias orientações, nomeadamente: as economias nacionais tiveram que se expor ao mercado mundial adaptando-se aos preços internacionais; verificou-se o aumento do volume das exportações; as políticas fiscais devem ser baseadas na redução da inflação e de dívida pública e consequentemente vigia da balança de pagamentos; a afirmação de direitos claros e invioláveis à propriedade privada; a defesa de que o setor empresarial do Estado deveria ser privatizado; a promoção da mobilidade de recursos, investimentos e lucros; e a perspectiva que deveria ser reduzido gradualmente o peso das políticas sociais nos orçamentos do Estado, sendo por isso, meras medidas compensatórias (Sousa Santos, 2002).

Relativamente à questão urbana, também se fazem sentir muitas alterações ao nível da geografia com a globalização económica. Tendo em atenção os argumentos de Saskia Sassen (1994) a geografia sofre fortes alterações, comparativamente com os anos noventa. Nos anos 80 assistiu-se a um estreitamento da economia global, entre o Este e o Leste. Tal crescimento foi impulsionado pela “Tríade” (EUA, Japão, Europa Ocidental) (Sassen, 1994). Além disso, de acordo com Sassen (1994), ao nível da estrutura institucional estamos perante um novo regime internacional, com ascendência da banca e dos serviços internacionais. Sassen (1994) centra-se no impacto urbano deste tipo da globalização e destaca mudanças profundas na geografia, na sua composição e na sua estrutura institucional da economia global. As empresas multinacionais são o elemento importante desta estrutura juntamente com os mercados financeiros globais bem como os blocos comerciais. Como resultado desta

¹⁴ Watson (1985) referiu três formas sucessivas de “divisões internacionais do trabalho”, caracterizando-se a última e a atual pela globalização da produção feita pelas multinacionais.

nova estrutura surgiram locais estratégicos de mercado como as “zonas de exportação”, centros financeiros “offshores”¹⁵ e “cidades-globais”¹⁶ (Sassen, 1994).

Resumidamente, a globalização económica assenta essencialmente nas políticas neoliberais sendo as principais inovações as restrições à regulação estatal das economias, direitos para os investigadores estrangeiros e criadores de inovação plausíveis de serem “objeto de propriedade intelectual” (Sousa Santos, 2002, p.31).

1.1.1. Globalização ao nível social

O sistema mundial moderno sempre foi estruturado segundo um sistema de classes e com a globalização, emerge a classe “capitalista transnacional” (Sousa Santos, 2002, p. 32) que ultrapassou organizações nacionais dos trabalhadores e os Estados quer da periferia quer da semiperiferia. Tal estrutura é amplamente relacionada com as empresas multinacionais dada a magnitude das transformações que trouxeram à economia mundial, sendo um terço do produto industrial do mundo produzido e transacionado por estas empresas. A sua eficácia e eficiência são inegáveis e eleva-a para a característica de “empresas internacionais” (Becker, 1987). Contudo, estas empresas são também resultado de um forte desequilíbrio na formação de classes resultando assim numa acentuada desigualdade.

Becker e Skylar (1987) recorreram à teoria do pós-imperialismo e referem a emergente burguesia de executivos, como uma nova classe social entre o sector administrativo dos Estados bem como entre as empresas privadas.

Assim, existe uma nova classe quer ao nível local quer ao nível internacional. Por um lado, ao nível local temos os empresários, dirigentes de empresas, líderes políticos e tantos outros profissionais executivos. Todos eles partilham de um conjunto de interesses socioeconómicos e poder político, que são intrínsecos no modo de produção capitalista. Já relativamente ao ramo internacional, temos a “burguesia internacional”, composta por gestores das empresas multinacionais e os dirigentes das instituições financeiras. Apesar disto, as desigualdades provenientes desta estrutura têm sido reconhecidas pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial e Fundo

¹⁵ Centros Financeiros Offshores-são centros de empresas ou entidades financeiras onde a contabilidade é feita fora das fronteiras do país onde operam, com o intuito de obter benefícios fiscais. Esta empresa para ser considerada Offshore deve estar registada fora do seu território e exercer a atividade fora do local de registo.

¹⁶ De acordo com Sassen, cidades-globais são algumas cidades mundiais que dominam as finanças internacionais, e também, serviços de consultoria empresariais no âmbito internacional. É destas que parte todo o tipo de estratégias com o objetivo principal de alargar o crescimento em todos os níveis de atividade (Sassen, 1994).

Monetário Internacional. Há assim uma concentração de riqueza pelos países que lideram este novo modelo económico (Sousa Santos, 2002).

Este novo modelo económico assenta na estabilidade e crescimento económico e consequentemente na redução dos custos salariais, reduzindo os direitos liberais inibindo a fixação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustes em relação ao custo de vida e a legislação dos salários mínimos. É assim imperioso que se evite “o impacto dos salários”. Desta forma, podemos referir que nova pobreza é resultado, não pela falta de recursos humanos ou materiais, mas sim, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais (Sousa Santos, 2002).

Segundo Boaventura Sousa Santos “a economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser direito para passar a solvência” (Sousa Santos, 2002, p. 35).

1.1.2. Globalização política

A nova economia política juntamente com a divisão do trabalho trouxe transformações para o sistema político à escala mundial. Os Estados hegemónicos através das instituições financeiras controlavam e reduziam a autonomia e soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos, apesar da sua capacidade de negociação e resistência por estes últimos (Sousa Santos, 2002). Paralelamente, existe um aumento do estabelecimento de acordos políticos interestatais como a NAFTA¹⁷, Mercosul¹⁸ e União Europeia, sendo que neste último caso verificou-se a estratégia de partilha de soberania em diversas áreas.

O Estado-Nação acabou por perder gradualmente a centralidade tradicional. As intensificações das interações transcenderam as fronteiras e as práticas transnacionais.

A globalização não é para muitos autores algo novo. Tilly reconhece quatro ondas da globalização: nos séculos XIII, XVI, XIX e o final do século XX (Tilly, 1995). Contudo, o impacto da globalização nas formas políticas parece algo novo por duas ordens de razão. Por um lado, por ser um fenómeno amplo e vasto, requer como resposta com a mesma dimensão na intervenção estatal. Para Tilly (1995) existe uma

¹⁷ NAFTA, ou Tratado norte-americano de livre comércio, foi assinado entre o Canadá, México e Estados Unidos com intuito de acordarem políticas de livre comércio para obterem um custo reduzido na troca de mercadorias entre estes três países.

¹⁸ O Mercado Comum do Sul é uma organização intergovernamental e atual, união aduaneira que teve por função estabelecer um conjunto de políticas de livre comércio entre os países-membros, tal como a NAFTA e a CEE.

grande diferença entre a onda da globalização do século XIX pelo fortalecimento do papel dos Estados, já a atual globalização produz um enfraquecimento dos mesmos. Os Estados têm hoje uma pressão monolítica. O “Consenso de Washington”¹⁹ é o modelo considerado compatível ao novo regime global, sendo assim plausível medidas de ajustamento estrutural à escala mundial. Quanto à segunda novidade da globalização política atual são as assimetrias do poder transnacional entre o centro e periferia, entre Norte e Sul, que se acentua de maneira drástica. A soberania dos Estados mais fracos não é uma ameaça apenas pelos Estados mais poderosos como também pelas agências financeiras internacionais e empresas multinacionais.

Baseado na situação da Europa e América do Norte, Bob Jessop (1995) identifica três tendências na transformação de poder. A primeira é a desnacionalização do Estado, que representa um esvaziamento do aparelho do Estado nacional, sendo que se assiste ao emergir de novas capacidades de reorganização territorial como o nível subnacional e supranacional. Em segundo lugar a de-estabilização dos regimes políticos que diz respeito à transição do conceito governo (government) para a governação (governance). Por fim, a tendência de internacionalização do Estado nacional que expressa a estratégia no contexto internacional de atuação do Estado.

Importa referir também outro tema de análise, quanto às dimensões políticas da globalização que são a crescente forma de governo supraestatal, isto é, das agências financeiras multilaterais, blocos político-econômicos supranacionais, instituições políticas internacionais e das restantes formas de direito global. Existe hoje uma grande amplitude e poder da institucionalidade transnacional. Por este motivo, fala-se da “emergência de um governo global” (global governance) (Murphy, 1994). Fala-se mesmo da necessidade de um “Estado mundial” ou “federação mundial”, com o intuito de resolver pacificamente conflitos entre Estados e agentes globais.

1.1.3. Globalização cultural

¹⁹ O Consenso de Washington é o conjunto da promulgação de medidas com dez regras básicas, formuladas em 1989, por economistas de instituições financeiras de Washington D.C, do FMI, Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos baseadas nas ideias de John Williamson “International Institute for Economy”. Este documento tornar-se-ia na política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990. Este documento dá a responsabilidade ao Estado que tem por objetivo criar um quadro legal e condições de funcionamento às instituições jurídicas e judiciais para as infinitas interações entre cidadãos, agentes econômicos e o próprio Estado (Washington Consensus, Center for international Development at University Havard).

Na década de 80 do século XX, a globalização cultural veio assumir um relevo especial com a designada “viragem cultural”. Por um lado, há autores que defendem que a globalização cultural desempenhou um papel secundário sendo que a economia mundial é mais integrada através do poder político-militar e respetiva interdependência dos mercados do que pelas dimensões normativas culturais (Chase-Dunn, 1991). Por outro lado, encontramos opiniões de que esta globalização desenvolveu um papel primário, ou seja, o poder político, as normas culturais valores bem como as normas institucionais antecedem a dependência de mercado ao longo do desenvolvimento do sistema mundial e contribuem para a respetiva estabilidade (Meyer, 1987 e Bergensen, 1990).

É na dimensão cultural que a globalização se sente com maior intensidade e frequência. Para alguns atores falar de globalização cultural é a possibilidade de designar como sinónimo de ocidentalização ou até mesmo americanização tendo em conta que, os valores, os universos simbólicos são ocidentais e muitas vezes especificamente norte-americanos, desde as ideias políticos e económicos, publicidade, internet, televisão e entre outros (Ritzer, 1995).

Por esta razão, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na disseminação de valores e ideias. Embora os meios de comunicação tenham sido salientados por todos, nem todos tem as mesmas consequências. Seguindo o pensamento de Appadurai (1997) vê nela e entre outros, a razão pela rutura entre o período que acabamos de sair (a modernização) e o período que vivenciamos (mundo pós-eletrónico). Este novo período é onde a imaginação deixa de estar confinada no individuo romântico e passa agora para o facto social, isto é, a imaginação pertence agora ao quotidiano do indivíduo. Esta imaginação combinada com as desterritorializações das migrações, resultou na possibilidade de criação de universos simbólicos, isto é, a partilha de gostos, prazeres, aspirações aos quais Appadurai (1997, p. 4) designa como “esferas publicas diaspóricas”.

Esta ideia leva-nos à importância de saber se a globalização acarreta homogeneização. Para alguns autores as culturas locais e nacionais estão em risco (Ritzer, 1995), mas para outros a globalização é resultado de homogeneização e diversidade (Robertson e Khondker, 1998). Paralelamente, verifica-se também uma discussão central sobre as dimensões culturais, o facto de se ter ou não emergido numa cultural global (Featherstone, 1990 e Waters, 1995).

Appadurai (1997) identifica como “mediascapes e ideoscapes” como a cultura-ideologia do consumismo, isto é, a teoria de regimes internacionais deu atenção aos processos de formação ao nível mundial e a emergência de uma nova ordem normativa global. A ideia de cultura global é um dos principais projetos da modernidade. A intensificação dos fluxos transfronteiriços de bens, serviços, capital, pessoas e informações, resultou na convergência de isomorfismos entre as diferenças nacionais (Sousa Santos, 2002).

A cultura pode ser considerada a intersecção do universal e particular; o campo das diferenças, contrastes e das comparações segundo Appadurai (1997). Contudo o processo de difusão de culturas, definidas sob uma matriz imperial como universais, tem sido confrontada por inúmeros e engenhosos processos de resistência, identificação e indigenação culturais. Portanto, a luta pela homogeneização e uniformização culturais transcendem a configuração territorial, o Estado-Nação.

Os Estado-nação tem tido um papel ambíguo. A nível externo, defendem a diversidade cultural, contribuindo para a cultura nacional e já a nível interno, têm promovido a homogeneização e a uniformidade, atropelando as culturas locais no território nacional. Este é o papel desempenhado por muitos Estados quer no centro, quer na periferia ou semiperiferia (Sousa Santos, 2002). Apenas parece haver espaço para as culturas globais sob as condições da economia mundial e sistema capitalista. Aqui é importante referir a diferença entre o conceito de globalização e mundialização. Muitas vezes são confundidos, no entanto, não tem o mesmo significado. A mundialização envolve a esfera cultural, no sentido de incorporar e assimilar hábitos e costumes das outras partes do mundo e alterando os modos de vida no plano mundial. A globalização enfatiza o processo tecnológico, económico e político, a mundialização surge como uma consequência das interações sociais impulsionadas pela Globalização, os processos culturais e sociais. Há um universo habituado por objetos compartilhados em grande escala, como por exemplo a coca cola, McDonalds (Ortiz, 1994). Para Smith (1990), existe mesmo “uma família de culturas” europeia que é o conjunto de tradições políticas e culturais abrangentes e transnacionais que emergiram em vários pontos do continente em diferentes períodos. Tendo em conta a hierarquia do sistema mundial, é importante identificar grupos, classes, interesses e Estados com culturas parciais enquanto culturas globais. Se com a intensificação de contactos, houve maior exercício pela tolerância e da solidariedade, houve em simultâneas novas formas de manifestar o racismo, a xenofobia e a intolerância. Assim na questão cultural, o consenso neoliberal é muito seletivo. O fenómeno cultural tem importância caso se tornem “mercadorias” que devemos seguir o rumo da globalização económica.

1.2. Vantagens e desvantagens

De acordo com Boaventura Sousa Santos, a ideia de uma globalização “linear”, “monolítica” e “inequívoca” é falsa embora possa ser isso que se transpareça nos dias de hoje, essencialmente no discurso político e na prática económica (Sousa Santos, 2002, p. 49). A ideia da globalização obscurece o que se passa no mundo, sobretudo quando é analisada numa outra perspectiva, pelo que muitas vezes tende a ser considerada um meio de ideologias e políticas com intenções específicas. Podemos identificar como uma dessas intencionalidades a falácia do determinismo. Este consiste na ideia de que a globalização é um processo automático, irreversível e invencível capaz de se impor a qualquer interferência externa. Para Castells (1996) a globalização é o resultado da revolução das tecnologias de informação. Ainda de acordo com este autor “a nova economia é informacional porque a produtividade e competitividade assentaram na capacidade para gerar e aplicar eficientemente informação baseada em conhecimento” sendo que é também global por as atividades centrais de produção, distribuição e consumo serem à escala mundial (Castells, 1996, p. 66). A falácia é, portanto, a questão de transportar as causas da globalização em efeitos da mesma.

A Globalização Hegemónica²⁰ é produto das decisões dos Estados nacionais, nomeadamente as que foram dispostas no Consenso de Washington, quer ao nível político como económico. Nestas decisões tomadas em curto espaço de tempo, os Estados não tiveram alternativa para se afirmarem de forma diferente, foram decisões convergentes e que não elimina o caráter político das mesmas apenas desloca o centro e o processo político destas. Além disso, estão a surgir novas formas do Estado, ao nível das distribuições políticas e práticas nacionais, internacionais e globais, sobre o novo formato das políticas públicas em prol das novas questões sociais, ambientais e de redistribuição.

²⁰ Globalização Hegemónica - Boaventura Sousa Santos distingue dois tipos de Globalização: a Globalização hegemónica ou neoliberal e a Globalização contra-hegemónica sendo que esta última oposta à primeira. Designa “Globalização contra-hegemónica o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências económicas, sociais e políticas da Globalização hegemónica e que se opõem às conceções de desenvolvimento mundial a estas subjacentes, ao mesmo tempo que propõem conceções alternativas” (Sousa Santos, 2005, p. 7). Este tipo de Globalização centra-se em lutas contra a exclusão social baseadas no princípio da igualdade e no reconhecimento da diferença. Paralelamente, centra-se em lutas políticas e jurídicas através dos princípios político-jurídicos alternativos. Dentro destas lutas pode-se ainda distinguir dois tipos de lutas: a ação coletiva global, que operam segundo este autor através “de redes transnacionais de ligações locais/nacionais/globais; e as lutas locais ou nacionais, cujo êxito induz a reprodução noutros lugares ou o funcionamento em rede com lutas paralelas em curso noutras paragens” (2005, p. 8).

A segunda intencionalidade política da globalização é a falácia do “desaparecimento do Sul”. Em tempos “o Norte” e “o Sul” eram facilmente identificáveis sendo que o Norte era responsável por produzir “produtos manufaturados” e o Sul o fornecedor de matérias-primas. Tal situação começou a inverter-se nas décadas de setenta e oitenta. Tanto a nível financeiro, como ao nível de produção e consumo, o mundo pertence a uma economia global que perante a multiplicidade de interdependências promove o esbatimento das diferenças entre “Norte e Sul”. Existe, portanto, segundo Boaventura Sousa Santos “um impacto uniforme em todas as regiões do mundo e em todos os setores de atividade” (Sousa Santos, 2002, p. 51). Todavia, é importante analisar neste contexto a comunidade científica tanto a Norte como a Sul para analisar possíveis assimetrias e iniquidades no sistema mundial entre o Norte e o Sul.

O desígnio do “fim do Sul” ou do Terceiro Mundo não resulta de análises específicas do Sul, mas sim, resulta do esquecimento a que estes são votados. A globalização é analisada a partir de países centrais e as suas realidades. A título de exemplo, podemos começar por analisar os autores que estudam e abordam a globalização económica. Giddens refere que a globalização é a “modernização reflexiva”²¹ esquecendo-se de que a modernidade trouxe muitas desvantagens para muita população em detrimento de muitos operários que vivem num regime de acumulação (Giddens, 1991, p. 44).

Tanto a falácia do determinismo como a falácia do desaparecimento do “Sul” têm vindo a perder credibilidade à medida que a globalização é criticada e contestada. Enquanto para alguns continua a ser considerada como um grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade com capacidade de reproduzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros, é sinónimo de miséria, exclusão e marginalização.

A pluralidade dos discursos sobre globalização derrota a importância pela produção de uma reflexão crítica sobre a globalização. De entre essa reflexão crítica pode-se salientar três contradições. A primeira remete para a contradição de globalização e localização. Nos dias que correm existe talvez um movimento dialético nos processos de globalização que ocorrem a par com os processos de localização. À medida que se intensificam as interdependências globais à cada vez mais uma

²¹ A modernização reflexiva é um termo utilizado por Giddens para caracterizar a sociedade moderna/contemporânea. Para Giddens o conceito de reflexividade é central, pois representa a possibilidade de reinvenção da modernidade e das suas técnicas industriais. Este termo visa debruçar-se sobre o mundo atual, o processo das crises e as suas consequências. Este fenómeno envolveria assim um processo de individualização e um descrédito de tradição sendo que a tradição muda e é constantemente contestada (Giddens, 1991).

desterritorialização, abrindo novos caminhos aos direitos de opção pela tradição, pelo nacionalismo, linguagem ou ideologia. Opostamente, estão igualmente a surgir novas identidades regionais, nacionais e locais com tendência ao “direito às raízes” (Sousa Santos, 2002).

Quanto à segunda contradição é o Estado-Nação e o Não-Estado/transnacional. Um dos pontos de maior controvérsia no debate sobre a globalização é sobre o papel do Estado. Para uns o Estado é uma instituição fragilizada na capacidade de organização da sociedade de centro do poder, não só pela erosão da soberania ser muito seletiva, mas sobretudo pela instituição da globalização ser desde a criação das agências multilaterais à desregulação da economia, serem feitas pelos Estados nacionais.

Já a terceira contradição diz respeito à natureza político-ideológica da globalização. Aqui existe uma parte que entende a globalização como uma nova energia imbatível do capitalismo e outra parte acredita que é uma oportunidade de ampliar a solidariedade e as lutas anticapitalistas.

Todas estas contradições são importantes para salientar as diferentes percepções e significados do conceito de globalização. Não existe apenas uma globalização, mas vários tipos de globalização.

Na questão das relações sociais da globalização há um conjunto de conflitos e por isso, “vencedores e vencidos”. Tal como refere Boaventura Sousa Santos:

Frequentemente, o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena. (Sousa Santos, 2002, p. 56)

De acordo com esta linha de pensamento é errado pensar que as transições transnacionais produzidas pela globalização eliminaram as hierarquias no sistema mundial. Contrariamente ao que era esperado, intensificou-se as desigualdades e hierarquias do sistema mundial. Por outro lado, umas das muitas transformações da globalização é a compreensão tempo-espço, ou seja, o processo pelo qual os fenómenos se desenvolvem e difundem pelo mundo (Harvey, 1989).

Paralelamente temos a sociedade capitalista capaz de controlar essa mobilidade tempo-espço e classes e grupos subordinados como por exemplo migrantes e refugiados, e até mesmo turistas tem produzido essa compreensão tempo-espço. Refira-se, aliás, que a competência global requer acentuar um conjunto de especificidades locais na análise. A produção de globalização é a produção de

localização. Importa referir que a globalização é tão sucedida mediante o seu localismo, embora seja sempre referido como globalização, este facto justifica-se pelo discurso científico ser redigido na maioria pelo discurso hegemónico que tende a privilegiar o mundo dos “vencedores”.²²

Existem assim quatro tipos de produção de globalização. O primeiro é o “localismo Globalizado”²³, ou seja, é quando determinado fenómeno local é globalizado com êxito, por exemplo, as atividades das multinacionais ou a língua inglesa enquanto língua franca, também o fast food americano, música popular, adoção das mesmas leis de propriedade intelectual, ou de telecomunicações promovida pelos EUA. Aqui o que globaliza é o vencedor de uma luta pela valorização e apropriação de determinados recursos. Assim, atingia-se a inclusão, a competição e integração noutras culturas. Neste tipo de produção de globalização importa salientar os contributos de Daniele Conversi (2010), que reconhece uma globalização cultural com uma trajetória de destruição global onde quebra seguranças e barreiras tradicionais. Conversi identifica três partes de análise de globalização cultural: a primeira onde salienta os efeitos políticos das alterações socioeconómicas; seguidamente, identifica como a falha de comunicação, isto é, diversos grupos sociais tem cada vez menos oportunidades de se interagir através das suas tradições; e por ultimo, a crescente diáspora na política internacional, ou seja, a criação de redes etnopolíticas impulsionadas pela Internet que podem ser limitadas pelos governos nacionais em caso da violação dos direitos humanos (Conversi, 2010).

A segunda forma é o “globalismo localizado” que é o impacto nas condições locais com as práticas transnacionais. As condições locais são desintegradas, desestruturas e possivelmente, reestruturadas. Esse tipo de globalização implica, pois, a eliminação do comércio de proximidade; arranjar entraves ao comércio livre; desflorestação e destruição de recursos naturais; uso turístico de tesouros históricos; dumping ambiental²⁴ ; conversão da agricultura de sobrevivência pela agricultura de

²² A exemplo temos o livro de Benjamin Barber sobre as tensões do processo de globalização com o título de “Jihad versus Mcworld” ao invés de ser “Mcworld versus Jihad” (Barber e Schulz, 1995).

²³ O localismo globalizado pode ser equiparado à expressão de Fortuna de “globalização passiva” situação em que “algumas cidades se veem incorporadas de modo passivo nos mercados da globalização e são incapazes de fazer reconhecer aqueles recursos (globalizantes próprios) no plano internacional” (Fortuna, 1997, p.16)

²⁴ Dumping ambiental pode ser entendido como a redução do preço de certas mercadorias em razão de inexistência ou existência de menores exigências ambientais para a sua produção. Tal prática se relaciona normalmente com a transferência de indústrias poluentes para os países em desenvolvimento, em geral menos rígidos em relação ao meio ambiente. Diz-se que dumping ambiental decorreria de uma “vantagem comparativa ilícita advinda de degradação ambiental, nos países em desenvolvimento”. Afirma-se que tal redução de custos, em detrimento de proteção do meio ambiente, seria algo equivalente a concessão de subsídios injustos para a exportação (Tomazzete, 2007, p. 16).

exploração e a etnização do local de trabalho²⁵. Tanto o localismo globalizado como o globalismo localizado atuam em simultâneo. No entanto, é importante serem tratados em separado dado que os fatores, agentes, e conflitos que intervêm serem distintos.

Além destes dois tipos de produção da globalização, pode-se também identificar outro, a globalização de resistência dos localismos globalizados e globalismos localizados - ou seja, segundo Boaventura Sousa Santos (2002) podemos referi-lo como cosmopolitismo. Aqui é tratada a organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes vitimizadas pela desigualdade provocada pela anterior forma de produção de globalização tendo como seu benefício a interação transnacional criados pelo sistema mundial em transição. A resistência traduz-se em luta contra a exclusão, a dependência, a desintegração, a despromoção. As atividades cosmopolitas incluem movimentos e organizações de periferia; organizações transnacionais dos direitos humanos; redes mundiais de movimentos feministas; ONG's de militância anticapitalista; redes de movimentos ecológicos e entre outros movimentos.

Por último, o quarto tipo de produção de globalização é segundo Boaventura Sousa Santos (2002), de património comum de humanidade. São lutas transnacionais com o intuito de alcançar a proteção de recursos, entidades, artefactos e ambientes que possam ter níveis necessários à sobrevivência digna da humanidade sendo que a sustentabilidade é obtida ao nível planetário. Podemos referir que pertencem ao património da humanidade, as lutas ambientais nomeadamente a preservação da Amazónia, Antártida e restante biodiversidade ou mesmo questões espaciais. Tanto o cosmopolitismo como o património comum da humanidade desenvolveram-se em larga medida nas últimas décadas. Tem se assistindo às campanhas contra a globalização hegemónica, lideradas, por exemplo, pela Greenpeace²⁶. No entanto, tem sido alvo de resistência por parte dos que seguem com a globalização hegemónica. Existe um conjunto de conflitos, resistências, e lutas em torno da globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica.

²⁵ A etnicização do local do trabalho ocorre quando há uma desvalorização do salário justificado pelo facto dos trabalhadores pertencerem a um determinado grupo étnico, considerado como “inferior” perante os restantes (Sousa Santos, 2002).

²⁶ A Greenpeace é uma organização não-governamental “de campanha independente, que usa o confronto pacífico e criativo para expor os problemas ambientais globais e desenvolver soluções para um futuro verde e pacífico.” Tem como objetivos a proteção pela biodiversidade, prevenir todo o tipo de poluição, acabar com ameaças nucleares e contribuir para a paz (Greenpeace) <https://www.greenpeace.org/international/explore/about/values/>. Consultado a 10 de janeiro de 2020.

1.3. Fórum Social Mundial e os movimentos Antiglobalização

Como vimos na secção anterior, a globalização é produzida mediante a localização onde for praticada. A globalização foi alvo de críticas essencialmente por parte da sociedade civil global contra-hegemónica, ou se quisermos designar por outras palavras pelos movimentos antiglobalização. Como tal, importa salientar o Fórum Social Mundial que consiste nas iniciativas das mais consistentes manifestações. Como refere e define Sousa Santos,

O FSM constitui uma das mais consistentes manifestações de uma sociedade civil global contra-hegemónica e subalterna em vias de surgimento. Na sua definição mais ampla, o FSM é o conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e ONG`s onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal. (Sousa Santos, 2005, p. 23)

Contudo, de acordo como Joseph Stiglitz, a globalização é criticada por países como os EUA e alguns países membros da União Europeia (UE). Inicialmente, as críticas surgiram apenas de países em desenvolvimento pois acreditavam que o sistema é manipulado, sendo que numa fase posterior as críticas seriam oriundas de responsáveis políticos de países desenvolvidos, que consideravam que a globalização seria um fenómeno promotor de injustiça. Este autor traz-nos o debate que poderá existir em volta da possível alteração do modelo económico-político e social dos Estados (Stiglitz, 2017).

Além disto não é menos importante salientar, a problemática levantada por Dani Rodrik (2011). Por um lado, temos os Estados-Nação que se organizam como o próprio nome sugere em campos nacionais. Por outro, temos a integração global, através do fenómeno globalização que se organiza em campo internacional sem pressupostos domésticos. Estes dois modelos são impraticáveis em conjunto. Rodrik (2011) entende que a democracia, o Estado e a globalização são impossíveis de agir em simultâneo. Perante esta problemática existem três opções: primeiramente a “redução” da democracia, rendendo-se ao interesse internacional, com a minimização dos custos de transação e ignorando as diferenças sociais e económicos provinda da globalização económica. Outra possibilidade é a “redução” da globalização com a expectativa da garantia pela legitimidade da democracia no seio das catedrais nacionais; ou a última

opção que seria globalizar a democracia e a perda da soberania. Estas escolhas representam aquilo que Rodrik (2011, p. 43) designa como “The political trilemma of the world Economy”.

II Capítulo. O processo de Internacionalização

Este capítulo é essencialmente sobre um outro conceito importante deste trabalho, a internacionalização.

Este conceito como se poderá ler mais à frente é um processo que surge como resultado da globalização. Primeiramente é abordado a sua importância e o papel deste fenómeno em Portugal com as ideias de Guterres (1998), sobre a nossa posição no mundo. No entanto, a balança comercial portuguesa foi motivo de estudo por Porter (1994), o qual destaca uma possível solução para inverter a situação económica do país, através da aposta em produtos diferenciadores no mercado bem como a sua internacionalização.

Seguidamente, é de enaltecer todos os autores que estão na base para a definição deste conceito. Tal, é difícil pela sua complexidade bem como o contexto temporal em que cada estudo surgiu. Nesta conceitualização, há uma distinção entre a internacionalização económica e a internacionalização comportamental, que serve para, não só, se entender a forma de atuar como compreender o próprio fenómeno em causa. A primeira destaca os contributos de Andersson (2004), Ricardo (1817), Smith (1776), Vernon (1966 e 1971), Hennart (1982), Williamson (1975) e Porter (1998). Já a internacionalização comportamental salienta-se os estudos de Johanson e Wedersheim-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977).

Não menos importante é referir o estudo de Hofstede (1991) nesta matéria que vem trazer a importância da cultura. A sua compreensão e respeito é um princípio básico para o sucesso da internacionalização.

2.1. O papel de Portugal no Mundo

Num mundo agora globalizado, com alterações significativas quer ao nível económico, político, social e cultural, importa agora estudar de que maneira se posiciona Portugal no mundo.

A nível europeu, Portugal contribuiu com um papel fundamental para a afirmação do projeto europeu, mais precisamente após a sua adesão em 1986, sendo que a localização geográfica do país permite ser uma porta de entrada no espaço comunitário. O papel de pertença de Portugal ao projeto comunitário tem sido amplamente debatido, sendo que o país apresenta dos mais altos níveis de concordância com a União Europeia²⁷. O debate em torno do futuro da UE encontra-se centrado numa opção entre alargamento e o aprofundamento institucional (Costa, 2019). No entanto, numa visão mais defensiva, alguns autores apontam para uma estratégia de defesa do interesse nacional, demonstrando algumas reservas em relação ao alargamento da EU (Guterres, 1998).

Até hoje Portugal quis cooperar neste processo desde adesão à moeda única, ao espaço Schengen e entre outras formas de cooperação que venham contribuir para a evolução deste espaço a todos os níveis. Contudo não basta apenas a cooperação regional, é importante reforçar a cooperação inter-regional. A UE tem dificuldade em encontrar parceiros, com semelhante integração política, económica e social e que não sirvam apenas como áreas de espaço de comércio livre. A exemplo disso, temos a América Latina sendo aqui crucial um relacionamento entre Brasil e Portugal. De facto, “Portugal tem hoje, fruto das suas relações internacionais no quadro de Africa, no quadro da América latina, no quadro da Ásia, meios e possibilidades de intervenção política e diplomática” (Guterres, 1998, p. 7).

Tem se exercido um papel de apoiar e fomentar as perspetivas de integração regional dessas áreas e assim, transmitir à Europa a necessidade de um entendimento com esses blocos regionais ser crucial. Neste contexto de pertença a organizações internacionais, importa destacar o funcionamento e a relevância da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio. Portugal tem contribuído para uma batalha decisiva que é a de tentar estabelecer normas de natureza social e ambiental, na libertação das trocas comerciais ao nível mundial. O objetivo é garantir a preservação do modelo social europeu através de um tratamento diferente “quando estão em causa países onde se respeitam direitos democráticos”; a possibilidade de se formarem preços e custos de produção, com direitos de trabalho, políticos e humanos em geral (Guterres, 1998, p. 8). Assim, temos uma regulação da economia mundial através de um fortalecimento e posicionamento da União Europeia; criação de blocos regionais fortes e uma forte ligação desses mesmos blocos com a própria UE; e ação nos

²⁷ Observador. Portugueses são os europeus com uma imagem mais positiva da União Europeia, segundo um inquérito. Disponível em: <https://observador.pt/2021/06/03/portugueses-sao-os-europeus-com-uma-imagem-mais-positiva-da-uniao-europeia-segundo-um-inquerito/>, acesso a 10 de dezembro de 2021.

organismos de natureza mundial com o objetivo de evidenciar a importância de introduzir regras no movimento de libertação de trocas comerciais.

Além disso, Portugal enfatiza a importância da valorização da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) para os processos de massificação a ela associados, nomeadamente, afirmar a língua portuguesa pelo mundo. Embora não se verifique a existência de uma política lusófona (de afirmação da lusofonia), regista-se um trabalho colaborativo entre os países pertencentes da CPLP para a afirmação da língua portuguesa num contexto mais global. Neste domínio, Portugal tem uma estratégia que visa “articular, organizar, criar condições para evitar uma massificação em torno de uma economia dominante”, ou seja, pretende-se um “equilíbrio do Mundo” (Guterres, 1998, p. 15).

2.2. A internacionalização portuguesa

Apesar das estratégias delineadas, o mundo sofreu alterações significativas nas últimas duas décadas, nomeadamente em virtude do surgimento e afirmação de novos atores na cena política, nomeadamente a China, a Índia, o Brasil e a Rússia, sendo que estes países assumiram um papel relevante na economia internacional. A alteração do poder económico e da influência política do mundo ocidental, apesar de ainda ser dominante, levou ao decréscimo da importância relativa da UE na cena internacional. As razões que estão na ordem desse decréscimo são sobretudo internos como o contínuo envelhecimento da população, a perda de competitividade e a crise das finanças públicas de muitos dos Estados-membros, que paradoxalmente, temos o crescimento muito rápido das economias emergentes da Ásia e do hemisfério sul.

Portugal insere-se assim numa região que perdeu importância global e pelas suas características próprias e da sua vulnerabilidade própria sentiu e sente alguns constrangimentos (Leite, 2010).



Gráfico 1. Dívida externa líquida em Portugal.

Fonte: PORDATA, 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/D%C3%ADvida+externa+l%C3%ADquida-2949>. Consultado a 25 de outubro de 2021.

Desta forma, Portugal entrou na pior crise das últimas décadas, resultado da baixa de produtividade face à concorrência das economias de alargamento do Oriente e sul da Ásia. Consequentemente e segundo os dados do Gráfico 1, a economia portuguesa aumentou a dívida externa, num cenário de poupança baixa que levou ao endividamento das famílias.

As famílias encontravam-se fortemente endividadas como se constata pela análise do Gráfico 2, essencialmente devido ao padrão de elevado consumo e da aquisição de bens e serviços a crédito. Também as empresas apresentam baixos níveis de autonomia financeira e sucessivamente recorrem a endividamentos.

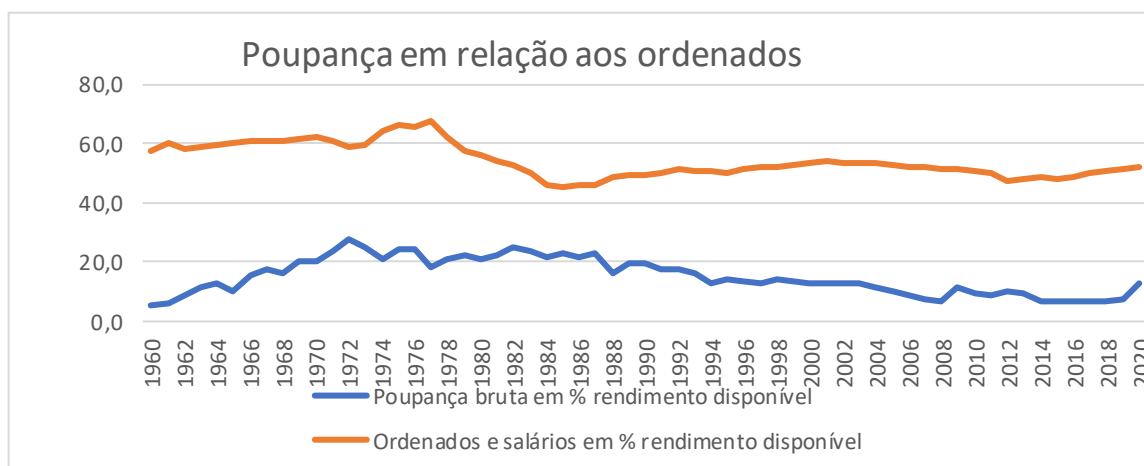


Gráfico 2. Poupança em relação aos ordenados/salários das famílias portuguesas.

Fonte: PORDATA, 2020. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%C3%A7a+e+ordenados+sal%C3%A1rios+no+total+do+rendimento+dispon%C3%ADvel+dos+particulares+\(percentagem\)-710](https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%C3%A7a+e+ordenados+sal%C3%A1rios+no+total+do+rendimento+dispon%C3%ADvel+dos+particulares+(percentagem)-710). Consultado a 25 de outubro de 2020.

Assim, esta situação é resultado da falta de competitividade da economia portuguesa, da fragilidade do sector de bens transacionáveis e paralelamente de um consumo interno que aumentou de forma desproporcional. Simultaneamente entre 1995 e 2001 houve uma evolução salarial que superou a produtividade do trabalho, já por sua natureza baixa. Esta dupla tendência resultou no aumento dos custos unitários de trabalho e na redução da competitividade.

Por outro lado, e tendo em conta, a concorrência na cena internacional Portugal manteve setores onde as empresas pouco se diferenciavam dos seus produtos

contribuindo assim para o agravamento da competitividade do tecido empresarial. Tudo isto resultou no crescente défice da balança das mercadorias sendo as exportações superiores às importações. De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, da Base de Dados de Portugal, a balança comercial apresenta-se negativa desde os finais do século XX até ao ano de 2012. Em 1996, existia um saldo negativo de (-6685) milhões de euros, mantendo-se sempre negativa, atingindo assim o pior valor das últimas duas décadas em 2008, com um saldo negativo de (-16564,4).

Em 2012 Portugal atinge o primeiro valor positivo com 3 milhões de euros. Desde essa data até 2019 tem-se mantido sempre positiva, como se pode comprovar pelos dados do Gráfico3, segundo os dados consultados na plataforma PORDATA. Estes valores negativos, e segundo estas fontes, são resultado de uma economia onde as importações são superiores às exportações. Com a perda de competitividade externa, há um endividamento acelerado do país, que colocava em causa a sustentabilidade económica de Portugal.

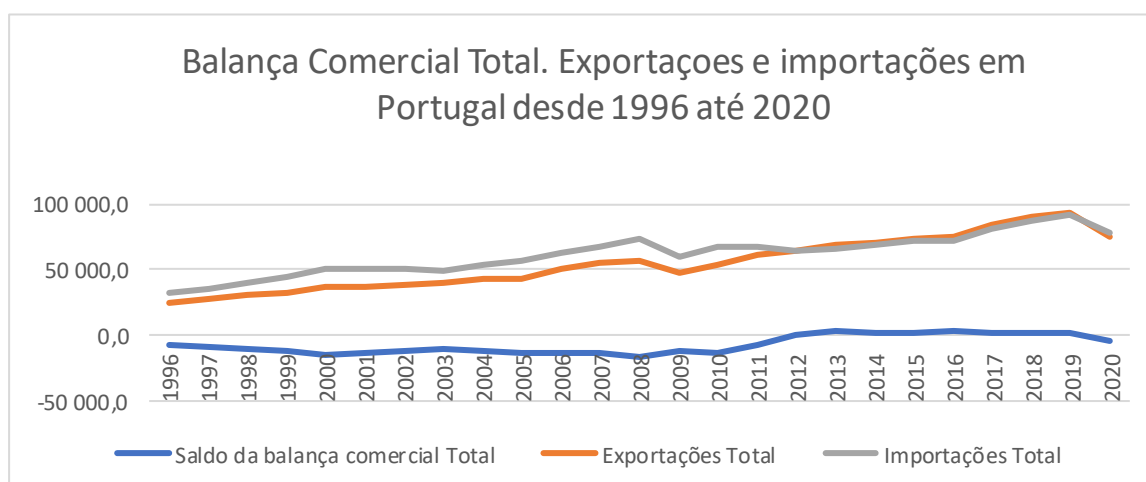


Gráfico 3. Balança Comercial Total. Exportações e importações em Portugal desde 1996 até 2020. Fonte: PORDATA, 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%c3%a7a+comercial-2594> Consultado em 25 de outubro de 2020 .

A absorção de metade do rendimento nacional pela despesa pública em consolidação de um mau funcionamento dos agentes económicos com um serviço público de fraca qualidade, que contribui para uma forte desigualdade. Contudo, o aumento destes défices não apenas resultou pela falta de competitividade, traduzindo um aumento de exportações em detrimento das importações (como vimos no gráfico anterior) como também pelo aumento, entre 2002 e 2008, do défice da balança

energética²⁸. Este défice deve-se sobretudo à degradação da balança de bens energéticos no caso português devido à forte dependência da economia portuguesa face às importações de combustíveis fósseis nomeadamente petróleo e gás natural bem como a subida dos preços destes combustíveis que mais tarde com a quebra de procura com a crise mundial de 2004-2008, os preços baixaram. De acordo com o gráfico 4, Portugal é um dos países da UE com maior dependência energética sendo que a subida dos preços do petróleo acarretou efeitos negativos ao equilíbrio externo.

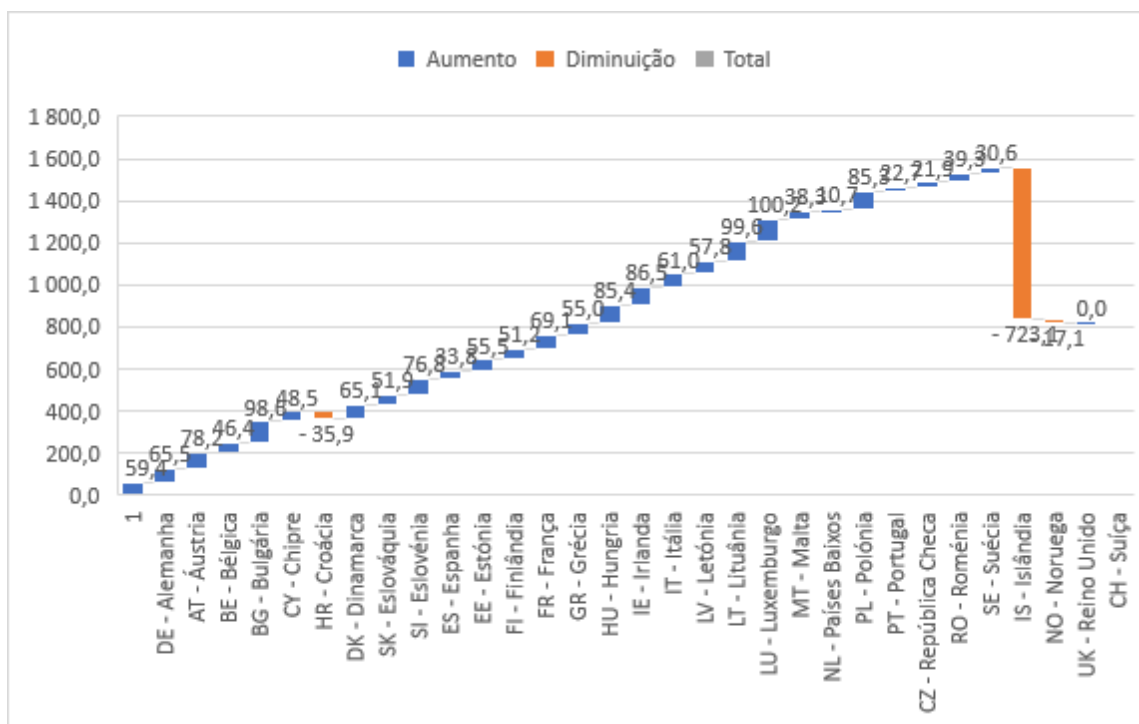


Gráfico 4. Dependência de importação energética dos países da EU entre 2000 e 2019.

Fonte: PORDATA Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela> consultado a 25 de outubro de 2021.

Além desta dependência energética também podemos referir a alteração dos setores que tradicionalmente eram considerados mais importantes e que ao longo das últimas décadas foram dando lugar a outros setores e que se refletiram nas exportações. Setores como o têxtil e o calçado perderam importância e deram lugar de maior relevância setores como o plástico, minérios, química e bens alimentares (PORDATA, 2020). Embora estes setores colocassem Portugal como corrente direta das novas competências, as exportações tiveram um dinamismo assinalável, sendo que nos anos de crise internacional de 2007-2008 refletiu-se de uma forma muito negativa.

²⁸ Balança energética é um estudo estatístico com o objetivo de recolher informação sobre os consumos energéticos. É um mapa onde se confirma quais são as energias usadas bem como o respetivo consumo associado.

2.3. A competitividade em Portugal

Portugal apresenta um conjunto de fragilidades relativas ao seu crescimento económico. Por um lado, apresenta um nível baixo de qualificações no que diz respeito à sua força de trabalho, ausência de uma política estrutural de inovação, uma elevada carga fiscal, bem como a ausência de mecanismos de apoio ao crédito de empresas e algumas debilidades no funcionamento de serviços ao público (Banco de Portugal, 2014).

Por esta razão, M. Porter (1994) apresentou um estudo sobre a necessidade do aumento da competitividade em Portugal para desenvolver a sua economia. Primeiramente, este estudo, intitulado “Construir as vantagens competitivas de Portugal”, enaltece o fenómeno da globalização como um meio para as empresas atingirem o mercado internacional de forma mais facilitada. Porter (1994) refere que para se atingir um maior nível de competitividade, é crucial aumentar a produtividade através da aplicação de novas tecnologias, nas mais variadas indústrias do país, mas também na aposta em setores onde Portugal tem mais competências na produção de bens com maior valor.

Este aumento de produtividade iria permitir que o país ganhasse uma vantagem competitiva em relação às economias baseadas em baixos salários. Outro fator relevante seria a aposta em clusters²⁹, ou seja, apostar em indústrias que produzem o mesmo e estabelecem um relacionamento para atingir um nível mais elevado de eficácia, aumentando a respetiva competitividade num cenário internacional. Adicionalmente, Porter (1998) considera que se deveria ter em atenção os mercados internacionais e as exportações, sendo que o aumento das exportações é decisivo na afirmação do país em termos económicos e na criação de uma vantagem competitiva. Outro fator importante de se referir é a identificação de outras fontes, ou seja, identificar os países que competem com o nosso ao nível das indústrias e das quantidades. Porter considerou também que Portugal teria um sucesso significativo se apostasse em importantes clusters, nomeadamente, os produtos florestais, bebidas e alimentação, metais, petróleo, transportes, imobiliário, vestuário e turismo (Porter, 1994).

Além disto, importa sublinhar a importância da qualificação dos recursos humanos, sobretudo na requalificação de técnicas de marketing e sucessivos

²⁹ O conceito cluster foi popularizado também por Porter, que se refere a empresas que se interligam com outras empresas com as mesmas semelhanças e que operam no mesmo local comercial. Pode-se dizer que, é uma cooperação entre empresas cujo objetivo é tornarem-se mais eficientes para o mercado comercial, e assim atingirem maiores níveis de competitividade (Porter, 1994, 1998).

distribuidores, pois só assim se conseguem escoar os produtos nos mercados externos de forma eficiente. Em suma, a criação da vantagem competitiva é um meio para internacionalizar produtos portugueses.

2.3.1. A importância da internacionalização em Portugal

A importância de se alcançar uma vantagem competitiva é um meio para se obter um saldo positivo da balança comercial, o aumento das exportações é imperativo para o crescimento económico e como tal o processo de internacionalização é o modelo necessário para se atingir essa meta.

Segundo, o Portal Diplomático, “a internacionalização tem sido um desígnio estratégico nacional prosseguido pelo MNE há muito e conceitualizado há aproximadamente duas décadas na expressão “diplomacia económica” (Portal Diplomático, 2020)³⁰. O Estado Português com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e com a AICEP Portugal³¹, definiu como estratégia a internacionalização, apoiando as empresas nacionais e o investimento direto estrangeiro (IDE)³² em Portugal.

Como a burocracia era um obstáculo à atração de IDE, após 2005 o Governo criou regimes excecionais designados por PIN e PIN+, que eram vias para a criação das condições para a realização de grandes investimentos nacionais e estrangeiros.

Além disso, recentemente, o Governo português criou o Programa “Internacionalizar 2030”, onde incluiu prioridades para a internacionalização da economia, nomeadamente integrando um conjunto de medidas que permitissem responder aos desafios gerados pela atual pandemia. O referido programa enfatiza a marca de Portugal, apoiada pela AICEP e pelo Turismo de Portugal, de modo a contribuir para aumentar a qualificação das pequenas e médias empresas, e sucessiva formação dos recursos humanos em negócios estrangeiros, com o objetivo de alargar o

³⁰ Portal Diplomático, 2020. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/internacionalizacao-da-economia> Consultado a 26 de outubro de 2021.

³¹ A AICEP Portugal é uma Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal focada para o desenvolvimento de negócios mais competitivos e contribuiu para a internacionalização, aumento das exportações e investimento das empresas portuguesas.

³² O crescimento de IDE sobretudo em países desenvolvidos é uma consequência direta da globalização e da interação de economias. A atração do IDE resulta pela noção de que esta terá feitos positivos. A criação de emprego provinda de instalação das empresas multinacionais e sucessivamente erradicar barreiras tradicionais à instalação das mesmas. Por outro lado, estas empresas contribuíram para aumentar o grau de exigência na administração pública, além de boas políticas à economia onde se instalam e novas técnicas de gestão. Contudo, a razão principal é de que as economias tentam captar através do IDE novas tecnologias de produção, marketing e canais de distribuição (Leite, 2010).

sector de exportação (República Portuguesa, “Programa Internacionalizar 2030, 23 de julho, 2020)³³.

Não menos importante é de salientar o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora³⁴, aprovado pela resolução do Conselho de Ministros a 23 de julho de 2020. Neste projeto ambiciona-se valorizar as comunidades portuguesas que residam no estrangeiro, como ponto estratégico, para através destes atrair o investimento e internacionalização da economia. Além disso, procura-se promover a coesão territorial que o governo considera fulcral como ferramenta para potenciar o crescimento económico e a afirmação do País. Seguindo esta lógica, este programa reforça e apoia o regresso dos portugueses no estrangeiro ao território nacional, visando captar talentos e perspetivas de potenciar a economia nacional. Apoia o investimento da Diáspora em Portugal, como tenta fixar recursos humanos e empresas nos territórios do interior para reduzir as assimetrias litoral/interior, bem como reaproveita os recursos que existam no interior do país (República Portuguesa, Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora, aprovação de 24 de julho de 2020)³⁵.

2.4. Internacionalização económica, política, social e cultural

As estratégias de internacionalização são utilizadas pelas demais empresas não só para reforçar a sua posição competitiva como assegurar a sua sobrevivência (Sousa, 1997) e o seu crescimento (Welford e Prescott, 1994). A definição de internacionalização é bastante complexa e feita por diversos autores. Para Freire (1997) a internacionalização de uma empresa consiste na extensão das suas estratégias de produtos de mercado de integração vertical para outros países com o objetivo da replicação total ou parcial da cadeia operacional.

³³ República Portuguesa, Aprovação de 23 de julho de 2020. “Programa Internacional 2030” Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=programa-internacionalizar-2030-visa-aumentar-a-importancia-das-exportacoes>. Consultado em 18 de agosto de 2020.

³⁴O termo diáspora engloba entre si ideias de origem, de destino, de movimento e de identidade com consequências políticas, culturais e económicas para os Estados. O conceito agrega múltiplas visões, não existindo um consenso generalizado sobre a respetiva abrangência. No fundo este conceito tem como principais traços definidores a: “dispersão por duas ou mais localizações; a orientação permanente, ainda que simbólica, no sentido de lugar originário; e a manutenção prolongada de uma fronteira de grupo, ao qual se pertencem voluntariamente” (Mendes e Coutinho, 2014, p. 147).

³⁵ República Portuguesa, Aprovação de 24 de julho de 2020. “Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora” Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=aprovacao-do-programa-nacional-de-apoio-ao-investimento-da-diaspora>. Consultado a 18 de agosto de 2020.

Piercy (1981) e Turnbull (1985) consideram a internacionalização como os movimentos feitos por empresas para fora do país de origem. Tal definição é complementada por Welch e Loustarinnen (1988), a internacionalização é considerada por estes autores como um processo de alargamento nas operações internacionais. Ao longo do tempo o comércio internacional tem sido objeto de várias construções teóricas. Podemos distinguir em três secções a evolução do quadro teórico da internacionalização: as teorias clássicas do comércio, as teorias da imperfeição dos mercados e os modelos de internacionalização das empresas, podendo esta visão ser estruturada em dois grupos: as abordagens económicas e as abordagens comportamentais.

- **A abordagem económica da internacionalização**

Segundo as perspetivas económicas, a internacionalização é o resultado de uma análise dos custos, salários, custos de mão-de-obra, taxas ligadas à organização, entre outros fatores. Nesta ótica a entrada no mercado depende do rendimento e da acessibilidade a recursos mais económicos que se pode retirar da organização num dado mercado internacional (Andersson, 2004).

Para Buckley e Strange (2011) esta teoria surge por intermédio do estudo da imperfeição dos mercados, situação que se verifica quando uma organização não consegue internamente ser eficiente face ao mercado em que está envolvida. Portanto, as organizações internacionalizam-se passando do processo de exportações para algo mais complexo, assegurando que os seus recursos e os conhecimentos sejam da sua propriedade exclusiva (Buckley e Strange 2011). Assim, de acordo com esta teoria, as organizações passam a ter múltiplas vantagens, tais como: o aumento do poder no mercado, influência de preços, redução de incerteza, aumento do controlo das operações, minimização dos encargos fiscais e manutenção de propriedade.

Assim, as teorias do comércio internacional abordaram a visão dos países que produzem bens e serviços necessários para o consumo interno e que ainda exportavam o excedente, atingindo assim uma vantagem económica de outros países. Era importante para países que tivessem vantagem em relação a outros que exportassem os bens excedentes e os países que não tivessem essa vantagem teriam de importar (Ricardo, 1817; Smith, 1776). Em oposição ao mercantilismo, Smith com a sua teoria da vantagem absoluta, acreditava que os países divergem na produção de bens sendo que alguns tem maior capacidade na produção de um determinado produto quando o faz de forma mais eficiente que outro país. Assim, Smith propõe que um determinado país se

especializa na fabricação de produtos onde possa ter essa vantagem absoluta. Além disso, esta teoria é contra todo o tipo de barreiras de livre comércio. Contudo, um país ineficiente em termos absolutos não pondera participar no comércio internacional.

- **Teoria da vantagem comparativa**

Ricardo (1817) veio discutir a teoria absoluta de Smith no mercado em que acreditava que mesmo um país que não fosse eficiente na produção de bens também deveria participar no comércio internacional. Como forma de explicar tal teoria, Ricardo faz uma comparação entre países, recorrendo à teoria do valor do trabalho. As trocas comerciais poder-se-ão realizar se for proporcional ao tempo de trabalho gasto na sua produção, isto é, quanto maior for a produtividade menor será o custo relativo do artigo. O país pode ser ineficiente, mas se num dado bem obtiver menos custos de produção pode e deve participar no comércio porque pode ser vantajoso.

- **A teoria do ciclo de vida do produto**

Esta teoria realça a importância da inovação tecnológica, o tamanho e estrutura do mercado e o impacto que se faz no comércio internacional. Segundo Vernon (1966 e 1971) explicou a teoria do “ciclo do produto” deve ser entendida como o processo de evolução do ciclo de vida do produto uma vez que o processo de internacionalização se desenvolverá através de várias etapas, sendo as deslocações das empresas feitas em função da estandardização do produto em causa. A teoria explica que com o aparecimento de um novo produto no mercado local começa a aumentar o fluxo de exportações para outros países. Passado algum tempo, com o aumento da procura desse produto, há a criação de outras fábricas desse produto em países estrangeiros, levando a que as exportações diminuam e até mesmo se extingam. Posteriormente, modifica-se a estratégia de diferenciação para uma que englobe os custos de produção e aqui passamos a ter fábricas desse mesmo artigo em países em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é mais barata, resultando assim as chamadas exportações invertidas. Acontece que os países desenvolvidos se alimentam das exportações dos países em desenvolvimento e as importações dos países desenvolvidos convertem-se em exportações.

Na fase de introdução do produto no mercado são procurados mercados com rendimentos mais elevados por pessoas, em economias mais desenvolvidas. Nesta fase é importante a reação do produto do mercado ao invés de se dar importância ao custo da produção. Com o sucesso do produto no mercado surge a segunda fase, a fase da maturação onde a empresa passa a considerar o mercado externo. O abastecimento do

produto por ser feito através das exportações ou mesmo licenciamento. Através de uma comparação entre os custos de produção com os custos locais que se chegará à escolha da melhor opção. Depois, com o aumento da procura, inicia-se a fase da padronização do bem, a produção passa a requerer mais mão-de-obra barata e a possibilidade de implantação da empresa em países não-desenvolvidos. O resultado é a produção do país de origem diminuir e a empresa inicial começa a desenvolver outro produto.

- **Teoria do comércio internacional**

Uma outra teoria é a teoria do comércio internacional por Krugman (1979) com ideias provindas de Ricardo. Esta teoria ressalva que as diferenças na fabricação dos produtos são imperativas para o fluxo de comércio. As empresas que exploram as economias de escala poderão produzir artigos com menos custo e resultarão em exportadores. Esta teoria realça também a importância de inovação tendo em conta que as indústrias de inovação são a base das economias de escala. Este tipo de economias não só geram uma posição superior no campo dos custos como são barreiras para a possível entrada de rivais. Além disso, esta teoria defende a intervenção do Estado no mercado com o intuito da criação de grupos nacionais para obter economias de escala e outro tipo de dimensões para tornar o país num “exportador líquido”.

- **A teoria da vantagem competitiva**

A vantagem competitiva de uma organização consiste em criar uma posição sustentável no mercado e daí enfrentar esse mesmo mercado como também reaver o capital investido (Porter, 1998). Essa ação passa por três estratégias: a estratégia de liderança de custos, diferenciação e foco. Na primeira o objetivo passa por produzir uma relação à sua concorrência. A diferenciação é tal como o nome indica, a criação de um produto que se distingue dos demais oferecidos pela concorrência. Por último, a estratégia do foco é seleção por um determinado produto, segmentos onde o cliente possa ter maior interesse.

Esta teoria acabou por se tornar bastante complexa por não conseguir explicar de que maneira operava o mercado internacional.

- **Teoria da internalização**

Para Hennart (1982) e Williamson (1975) as vantagens da internalização das empresas têm duas bases, o conhecimento (know-how) e o património imaterial (goodwill) que levam a integração horizontal, ou seja, à evolução do negócio para novos

mercados, ou para a integração vertical, caso a empresa não consiga atingir mercados externos, ou seja, uma agregação da cadeia de valor.

Buckley e Casson (1976;1985) aplicaram o conceito de internalização às empresas multinacionais, tendo como base a ideia de Coase (1937). A principal ideia desta teoria é a de que as empresas integram (internalizam) um conjunto de transações ao nível interno que o mercado realiza de forma ineficiente, ou seja, as empresas aproveitam as oportunidades obtidas através de mercados imperfeitos. Além disso, as empresas optam pelo IDE quando se pode obter benefícios superiores aos que poderiam obter caso pelas relações comerciais externas. A internalização é feita através da integração vertical com a entrada de novas operações e atividades. Já quando o processo de internalização é feito no exterior estamos perante o processo de internacionalização, onde resultam multinacionais. A decisão deste novo processo de internalização tem como objetivo primordial a redução dos custos.

A teoria da internalização assenta em dois axiomas: a empresa internalizará as suas operações enquanto os custos de transação forem superiores ao que as da sua integração organizativa e o outro axioma é de que a empresa evolui internalizando mercados enquanto os custos de internalização compensarem.

Esta teoria sofreu algumas críticas na medida em que existe pontos fracos nomeadamente, na limitação da sua aplicação e por ter uma avaliação de internacionalização de forma estática.

- **A teoria de custos de transação**

A teoria de custos de transação está em parte relacionada com a teoria de internalização. Esta teoria analisa os problemas das relações contratuais entre organizações e os mercados tendo em conta estruturas de governação e decisão (Watjatrakul, 2005).

As transações são compostas por três dimensões: a especificidade dos ativos, a incerteza e a frequência. A primeira está relacionada com a sua localização geográfica, recursos humanos e também o conhecimento. Desta forma, quanto maior a especificidade desses ativos maior vão ser as transações, e mais incentivo haverá no investimento direto estrangeiro (IDE).

A incerteza pode ser tanto de origem comportamental como de origem ambiental. Já a dimensão de frequência é o nível de recorrência de transação por parte da organização.

- **O paradigma eclético ou OLI**

Criada por Dunning (1998, 2000), o paradigma eclético é uma construção simples que explica as causas da expansão internacional argumentando que a extensão geográfica e o elemento da produção estrangeira são fatores determinantes. Podem ser três os beneficiários:

O- “Owership” vantagens específicas para a propriedade explica que quanto maior forem as vantagens competitivas da empresa maiores serão as capacidades de resposta da empresa na produção internacional. Por isso é imperativa a aquisição de bens tangíveis (máquinas, tecnologia) e bens não tangíveis (marca, imagem);

L- “location” vantagem de localização em determinadas zonas de interesse, zonas essas onde a mão-de-obra possa ser mais barata, a legislação seja mais facilitada, e se verifiquem matérias-primas a baixo custo, ou seja, as condições de atratividade de um país são determinantes para a sua escolha como plataforma de negócios das empresas.

I- “Internalization” vantagens de internalização. A decisão de operar interna ou externamente do local de origem, sendo por isso, uma decisão já baseada nos custos de transação. Assim quanto maiores forem os benefícios da internalização além-fronteiras, maior será o interesse em apostar na produção internacional.

A partir do momento que se identifica e avalia as vantagens em operar numa determina região em matéria de internacionalização, com o paradigma de OLI, podemos determinar as formas de penetração mais adequadas.

O paradigma eclético é utilizado para compreender o funcionamento das multinacionais. Contudo e com o mundo globalizado, a criação de alianças tornou-se importante. Dunning (1998), mais tarde, considerou importante o relacionamento com outras empresas.

A abordagem comportamental da internacionalização

A abordagem comportamental e as teorias de internacionalização que nela se adequam tem um carater mais pragmático em comparação com as teorias económicas já referidas. O modelo de internacionalização de Uppsala e o modelo de inovação são os modelos mais tradicionais desta teoria, também designados por “estágios” ou “etapas”

porque admitem um conjunto de comportamentos incrementais no seu processo de internacionalização.

- **Modelo de Uppsala**

O modelo de Uppsala, ou “o modelo de etapas” foi desenvolvido e aprofundado por Johansone Wedersheim-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977), sendo que no primeiro contributo verifica-se que a internacionalização é considerada um longo processo de aprendizagem organizacional. O modelo acaba por ser uma referência para a internacionalização das empresas, embora não estivesse isento de críticas pela ausência da informação relativa aos riscos e à forma como se deve processar a entrada das empresas num mercado estrangeiro (Ahokays, 1998 e Forgren, 2002). Este modelo é usado por muitos autores pelo seu foco limitado no conhecimento de processo de internacionalização. A experiência seria então uma mais-valia para a determinação da empresa pois só assim conseguir-se-ia o conhecimento.

O modelo segue quatro fases distintas: o primeiro remete para as atividades de exportação não regulares, ou seja, as organizações entrariam noutra mercado por intermédio de exportações porque não tem à partida informações ou até mesmo recursos. O segundo passo seria a exportação por via de agentes independentes, isto é, estabelecer uma cooperação com um agente local do país estrangeiro. No terceiro passo proceder-se-ia ao estabelecimento de uma subsidiária de venda do país em questão. Nesta etapa a empresa já teria conseguido mais recursos, mais informação e conhecimento do mercado no qual operava. Por último, o quarto passo seria o estabelecimento de unidades no estrangeiro, ou seja, a construção das suas empresas.

Esta teoria veio mostrar, mais tarde, algumas limitações (Johanson e Wedersheim-Paul, 1975), quando se observa o processo concreto de entrada das empresas no processo de internacionalização. Estes dois autores constataram que as empresas, numa fase inicial, desenvolvem-se no mercado doméstico e só depois das decisões incrementais é que parte para a internacionalização. Existem dois principais obstáculos no rumo à internacionalização que são a falta de conhecimento e falta de recursos.

- **A teoria das redes ou networks**

As limitações demonstradas pelo método de Uppsala vieram a ser motivo para o surgimento da teoria de redes. Essas redes são o resultado dos relacionamentos estabelecidos entre as organizações. É um conjunto de relações comerciais ligadas por

segmentos específicos como: clientes, cliente dos clientes, concorrentes, agentes e consultores (Johanson e Vahlne, 1977).

A teoria visa, portanto, analisar e compreender os sistemas industriais para obter uma determinada posição no mercado. Para que tal fosse possível, esta teoria apresenta três variáveis. Em primeiro lugar, deve procurar atores no mercado internacional, ou seja, deve-se procurar novos parceiros para potenciar a sua extensão internacional. Em segundo lugar, deve procurar atividades, isto é, usar a confiança e o reforço estabelecido para penetrar no mercado. Por último, em terceiro lugar, deve procurar recursos. Ao entrar no mercado deve procurar a máxima rentabilização possível, recolhendo o máximo possível de recursos. Os recursos podem ser tangíveis, como materiais, equipamentos, edifícios, recursos humanos, recursos financeiros ou recursos intangíveis, como imagem ou marca. Esta teoria não é mais do que uma extensão da teoria de Uppsala, muito ligada aos estudos de pequenas e médias empresas. A afirmação deste tipo de organizações seria através da aquisição de recursos e o conseqüente aumento do relacionamento representa a sua sobrevivência e a sua afirmação (Johanson e Mattson, 1988).

- **A questão cultural**

A internacionalização não é apenas um conjunto de estratégias económicas e políticas. A cultura no processo de internacionalização é um grande passo para atingir outras culturas diferentes da nossa. Para Hofstede (1991) a cultura é o “software da mente”, ou seja, uma programação mental que é feita num ambiente social onde a pessoa cresce e aí adquire as suas experiências. Essa programação que considera coletiva é, segundo este autor, a distinção de membros de um grupo de outros grupos (Hofstede, 1991).

Devido à globalização e conseqüente emergência de multinacionais (onde temos uma variedade cultural enorme dado que as organizações são locais de contacto interculturais), Hofstede realizou um estudo, através de um questionário em vários países, onde procurou investigar as diferenças culturais existentes naqueles países para verificar a importância da cultura nacional na forma como se administra uma empresa. Assim, as interações interculturais desempenharam um papel importante onde entram em jogo as culturas nacionais, mas também as culturas organizacionais³⁶. Hofstede

³⁶ Cultura organizacional ou cultura corporativa é conforme as ideias de Hofstede uma diferenciação de muitos aspetos da cultura (Hofstede, 1991). Esta definição foi posteriormente difundida por Schein (2004) que entendia por cultura organizacional como conjuntos de pressupostos que determinado grupo inventou,

concluiu que as formas como as sociedades podem ser identificadas e assim, distinguidas pode ser feita através de quatro dimensões: a resistência de poder; coletivismo versus individualismo; feminilidade versus masculinidade e aversão à incerteza (Hofstede, 1991).

A distância de poder ou também distância hierárquica, pode ser definida como a medida de grau de aceitação, por aqueles que possuem menos poder nas instituições e organizações de um determinado país, em que há diferenças na repartição do poder. Este índice informa qual é o tipo de dependência num dado país. Em países onde haja um índice baixo, significa que a dependência entre os subordinados e a chefia é limitada, existe uma interdependência entre ambos. Quando se verifica um índice elevado, significa que há dependência (quem tem menos poder deve depender de quem tem mais poder).

O coletivismo versus individualismo remete-nos para uma dimensão de oposição. Por um lado, o coletivismo onde prevalece o interesse de grupo sobre o indivíduo. Este grupo protege os seus interesses e espera dos seus membros a sua lealdade. Já no individualismo prevalecem os interesses do indivíduo acima dos grupos. O coletivismo é uma medida onde os membros podem intervir na vida dos indivíduos, ou melhor, da aceitação da interferência do grupo na decisão da vida dos indivíduos. A exemplo temos países onde um negócio é feito nas empresas como o caso da Suécia (individualismo) e outros países onde os negócios são feitos entre pessoas, que se conhecem, existe um intermediário, que conhece ambas as partes e assim partir para a negociação como é o caso da Arábia Saudita (coletivismo).

Quanto à terceira dimensão relativa à feminilidade e masculinidade é a repartição dos papéis segundo o sexo. As diferenças biológicas são as mesmas em todo o mundo, no entanto, os papéis sociais são apenas parcialmente determinados pelos constrangimentos biológicos. Cada sociedade identifica muitos comportamentos como os mais adequados a cada sexo. Nesta dimensão o termo “masculino” e “feminino” farão referência ao papel social a determinar segundo a cultura do país. Segundo Hofstede (1991) a feminilidade é uma medida do quanto as tarefas e características femininas são compartilhadas com os homens na sociedade. Assim, uma sociedade é masculina onde os papéis são diferenciados, onde os homens devem ser fortes ao contrário das mulheres que devem ter um papel fraco. Nas sociedades feministas, os papéis sociais dos sexos se contrapõem e tanto os homens como as mulheres devem ser modestos.

desenvolveu e descobriu através do contacto entre si e com os seus problemas de adaptação externa e integração interna, que resultaram de forma eficaz a ponto de serem transmitidos aos novos membros como a forma correta de perceber, agir, pensar e sentir em relação a esses problemas (Schein, 2004).

Já a última dimensão, a aversão da incerteza remete-nos para a gestão eu todos sentimos quando não sabemos o que irá acontecer. Para tal cada sociedade desenvolve mecanismos para aliviar a ansiedade e eles são: a tecnologia, regras, leis e a religião. Através da tecnologia podemos evitar incertezas causadas pela natureza; com regras e leis evita-se incertezas de outros e com a religião atinge-se um meio necessário para entrar em contacto com as forças transcendentais que podem controlar o futuro pessoal do Homem.

A incerteza e as formas como ultrapassá-la são segundo Hofstede (1991) uma herança cultural de uma dada sociedade, transmitida e reforçada pelas instituições que dela fazem parte, como a família, a escola e o Estado.

De forma sucinta, quando pretendemos realizar um negócio internacional devemos de ter em conta os diferentes comportamentos sociais e apreender a comunicação intercultural. Ao conhecer uma dada cultura é importante conhecer os seus hábitos, o significado de algumas atitudes, de modo a evitar certos erros. O negociador deve saber respeitar e aceitar a cultura com quem está a negociar tal como refere Keegan (2002):

Quando não compreendemos as crenças e os valores de um determinado sistema cultural e de uma sociedade, as coisas que observamos e as experiências por que passamos podem parecer 'bizarras'. Se queremos ser eficazes em outras culturas, devemos tentar entender suas crenças, seus motivos e seus valores. Isso requer uma atitude aberta, que nos permita transcender os limites perceptivos que herdamos de nossa própria cultura. (Keegan, 2002)

Para além disso, os produtos devem ser adaptados tendo em conta a cultura onde a empresa irá operar. O contexto ambiental define quanto o produto deve ser alterado tendo em consideração aspetos económicos, políticos, tecnológicos, sociais e culturais.

Existe, portanto, uma aprendizagem sobre a comunicação intercultural. A identificação da tomada de consciência em que reconhecemos culturas diferentes e a aquisição do conhecimento para nos entendermos da melhor maneira com essa mesma cultura. A cultura é um conjunto de elementos do nosso dia-a-dia. Numa negociação, deve-se ter em conta a língua falada e linguagem escrita, sendo que em situações do mesmo idioma podemos ter diferentes significados e uma língua particular pode ter diferentes formatos regionais.

Também devemos considerar a importância da comunicação não-verbal. Às vezes as pessoas usam a linguagem corporal não-verbal utilizando por isso outro tipo de comunicações como gestos, posturas e orientações. Por exemplo, mostrar o polegar

é na cultura rural do Bangladesh um sinal negativo. Já na sociedade ocidental é um sinal positivo.

Numa negociação devemos de ter em conta todos os comportamentos e gestos que se adequam à sociedade de onde estamos ou pretendemos obter um negócio. A religião é também outro ponto a ter em consideração dado ao seu poderoso impacto sobre o comportamento do consumidor.

Um comerciante deve sempre reter valores culturais que sejam desejáveis à sua negociação com intenção de obter os melhores resultados. Deve preservar as crenças; orientar ou avaliar comportamentos e aprender uma cultura (aculturação).

Tipologia dos modos de entrada

Os modos de entrada num dado país por parte de uma organização podem ser feitos de várias formas. Uma delas é o licenciamento que é um contrato, feito por duas ou mais partes, sendo que os recursos de propriedade podem ser utilizados por um ou mais parceiros, os designados licenciados, de acordo com um período estipulado nesse mesmo contrato.

Outro dos modelos é o recurso ao franchising, considerado uma relação contratual bastante semelhante ao licenciamento, contudo, o franchising não limita o negócio podendo o franqueado fazê-lo à sua maneira pois paga pela unidade fornecida. De igual modo, assiste-se ao recurso a *joint-venture*, considerada uma forma de organizações acederem a mercados internacionais, com o objetivo de aceder a novas tecnologias ou habilidades ou até mesmo recursos. Numa *joint-venture*, uma empresa estrangeira oferece capital e outros recursos de forma a obter um produto diferente e único no mercado.

Por sua vez, as alianças estratégicas representam uma colaboração entre organizações mesmo sendo estes rivais no mercado. É semelhante à *joint-venture*, contudo, nas alianças estratégicas cada organização mantém-se independente.

Os contratos de gestão dizem respeito a um acordo entre um investidor que logo após a criação do ser equipamento, confia-a a uma empresa independente para rentabilizar rapidamente o investimento. O último modelo diz respeito ao investimento direto no estrangeiro, sendo efetuado com o objetivo de se obter interesse prolongado numa entidade residente num país (investidor direto) com outra entidade que resida

numa economia diferente à desse investidor (empresa de investimento direto). O investimento direto envolve uma relação prolongada entre duas entidades e os respetivos capitais. Um investidor direto estrangeiro pode envolver um indivíduo, uma sociedade, uma empresa, ou grupos de empresas incorporadas ou não, que tem uma empresa de investimento direto, ou seja, uma subsidiária, uma associada ou filial que opera num país diferente. Esta operação pressupõe que o investidor direto em questão detenha grande parte da gestão e do controle da empresa.

Capítulo III. A internacionalização do Interior

As assimetrias com que Portugal se depara não constitui uma particularidade nacional, sendo algo visível no contexto europeu. A UE apresenta dados de desigualdade quer ao nível social como económico, que são um forte constrangimento para o seu desenvolvimento. Por um lado, tem regiões com elevado crescimento populacional e uma estrutura etária jovem que elevam à prosperidade económica ao que por vezes se designa de “banana azul” de Brunet (2002).



Figura1. A “banana Azul” de Brunet. Retirado de (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017). Fonte: Brunet, 2002

Por outro lado, destacam-se 103 regiões que não acompanham esta zona, envelhecidas e com baixos valores para o crescimento populacional. Tais zonas são

periféricas e localizam-se no sudoeste da UE, nomeadamente o Interior de Portugal, algumas de Espanha, Grécia e também Alemanha (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

Assim, através desta realidade da União Europeia pode-se referir que também a nível económico temos uma UE a duas velocidades. Paralelamente, assistimos ao envelhecimento transversal da população em todo o território europeu. A Península Ibérica, essencialmente Portugal, está inserido no núcleo onde o índice de dependência de idosos é maior. Se associarmos estes valores com o baixo índice de fertilidade e o crescimento negativo da população, Portugal enfrenta desafios na sustentabilidade geracional (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

Tendo em conta o relatório “The 2015 Ageing Report Economic and Budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)”, elaborado pela Comissão Europeia (2015)³⁷, é possível promover a reflexão dos resultados e estudos feitos sobre o cenário de inverno demográfico no continente europeu. Segundo este relatório é previsível que o indicador de dependência de idosos aumente de 27,8% para 50,1% num período aproximadamente de 50 anos, em que a Europa deixa de ter 4 trabalhadores ativos para apenas 2 por cada idoso.

3.1. Litoral vs Interior

Portugal é, assim, um país assimétrico. Durante décadas essas mesmas dicotomias eram designadas como litoral/interior, norte/sul ou urbano/rural.

De acordo com o Programa para a Coesão Territorial, em 1986, e com adesão à UE, adicionalmente com ajuda dos fundos comunitários, houve um investimento que pretendia alcançar a redução dessas assimetrias. Ao longo das décadas, o país perdeu a matriz rural, alterando a base económica, social, cultural e territorial.

Portugal é hoje um país fortemente assimétrico. Ao longo de décadas, as assimetrias regionais eram explicadas pela geografia e refletidas nas dicotomias litoral/interior, norte/sul e urbano/rural. Em 1986, com a adesão à UE (então CEE) e com a distribuição de fundos comunitários, houve um esforço de investimento na redução destas assimetrias. Por um lado, pelo encurtamento de

³⁷Comissão Europeia (2015). “The 2015 Ageing Report Economic and Budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)” Disponível em: https://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2015/pdf/ee3_en.pdf. Consultado a 20 de outubro de 2021.

distâncias, com a construção e melhoria das vias de comunicação, por outro, pela redistribuição de fundos na revitalização da economia e dos serviços públicos, bem como numa aposta na modernização do tecido empresarial. Ao longo de décadas, o país, foi perdendo a sua matriz predominantemente rural, e esta profunda modificação de base social, económica e cultural tem reflexo na organização espacial do território nacional. (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017)

Com a Estratégia “Europa 2020”, foram definidos objetivos e iniciativas no âmbito de todas as políticas de desenvolvimento do país. Tais objetivos estão interligados com o “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” definido na Estratégia Europa 2020. As políticas aqui adotadas pertencem, claramente, às políticas de coesão territorial enquanto promotor do desenvolvimento regional e a sua valorização. Por esta razão o Programa do XXI Governo encarou a coesão territorial e a afirmação do interior como objetivos prioritários. A 14 de janeiro de 2016, foi criada a Unidade de Missão para a Valorização do Interior com o intuito de criar um Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT), para aprofundar estudos sobre a realidade do território português bem como a realização de um diagnóstico da situação do país, em especial o interior. De acordo com este programa o objetivo é “corrigir os desequilíbrios, as diferenças, as disparidades e as assimetrias continuadas entre o litoral mais povoado, mais jovem, mais rico, e mais acessível (serviços, equipamentos e infraestruturas) e o interior envelhecido e com menos oportunidades” (Programa Nacional para Coesão Territorial, 2017, p. 35).

Pode-se referir que o interior se insere num “círculo vicioso”.



Figura 2. Condicionantes dos territórios do Interior. Fonte: Programa Nacional para a Coesão Territorial. 2017. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-implementacao-acompanhamento-e-monitorizacao-pdf.aspx>. Consultado em 2 de outubro de 2020.

De acordo com a figura 2, regista-se, por um lado, ao nível demográfico, o envelhecimento da população e a falta de reposição geracional, sendo que se verifica, igualmente, a ausência de oferta de emprego, falta de empreendedorismo, défice de infraestruturas, o que leva a que haja uma redução da atividade económica, conduzindo a algumas consequências que agravam as assimetrias regionais com o reforço das mobilidades (migração interna e externa). Toda esta realidade contribuiu para alterar as configurações territoriais (Programa Nacional para Coesão Territorial, 2017, p. 35). Consequentemente, com a perda de capital humano, há igualmente um abandono territorial. Esse abandono acarreta consigo a diminuição da ocupação agrícola, perda ambiental e das identidades culturais.

Inversamente, os territórios do interior são dotados de características únicas, de vocação e recursos endógenos que se designam um desafio para reverter este “círculo vicioso”, sendo por isso importante o reconhecimento destas especificidades.

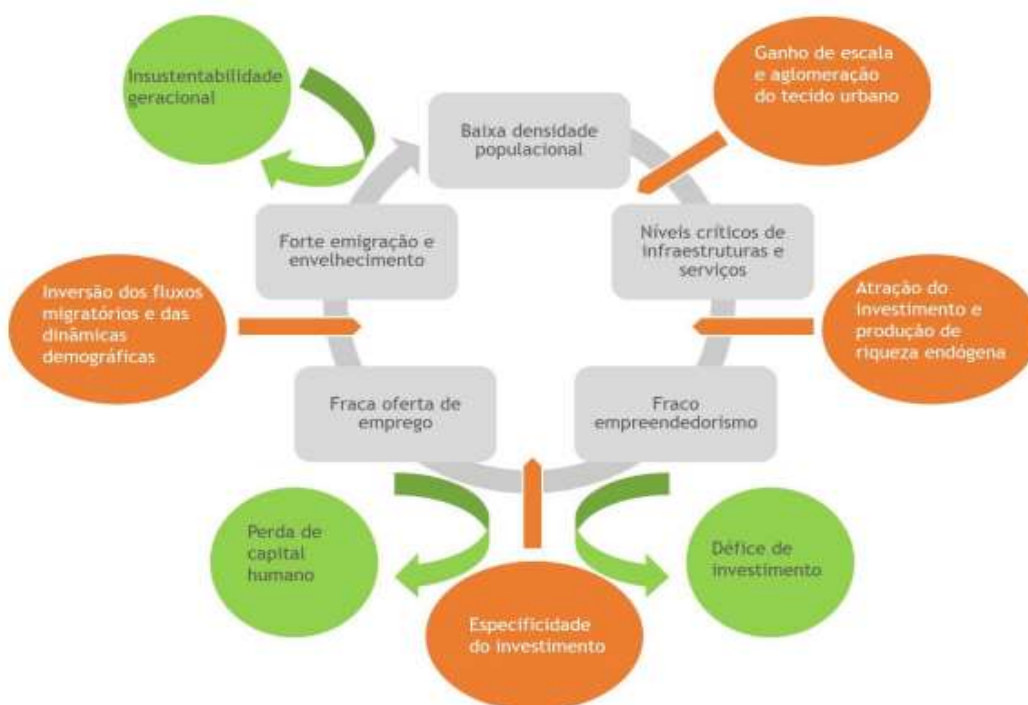


Figura 3. “Quebra do círculo vicioso”. Fonte: Programa Nacional para a Coesão Territorial. 2017. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-implementacao-acompanhamento-e-monitorizacao-pdf.aspx>. Consultado em 2 de outubro de 2020.

Tendo como base a figura 3, inverter este círculo vicioso passa por converter as tendências demográficas e investimento, nomeadamente fixar e qualificar a população, apostar na inovação, desenvolvimento e investimento na produção dos recursos endógenos são a base para atingir um desenvolvimento territorial coesivo.

A necessidade da reconversão desse mesmo ciclo quer a nível europeu, quer a nível nacional é imperativo na afirmação do país. Nesta lógica, a criação do Programa “Portugal 2020” detalha um conjunto de soluções para inverter o “círculo vicioso” no qual o território português se encontra. Assim, o crescimento é baseado no conhecimento e inovação do capital humano e na utilização de tecnologias, o que permitirá o aumento da competitividade e internacionalização. Tudo isto, contribuiria para o aumento do emprego e combate à pobreza e resultará num crescimento verde pelo bom uso de recursos humanos quer pelos materiais.

3.2. A evolução da População e estrutura demográfica

Tendo em conta ao que já foi referido anteriormente, importa salientar os dados da população e estrutura demográfica em Portugal. Inverter a perda de capital humano e o envelhecimento populacional é um dos maiores desafios para as políticas de coesão territorial, económica e social. Entre 1960 e 2020 a população portuguesa tem vindo a aumentar.

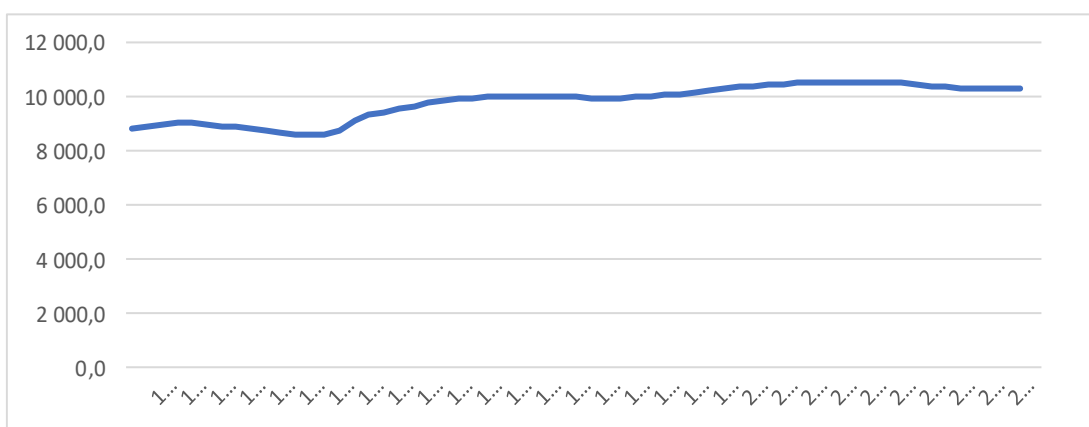


Gráfico 5. “População Total em Portugal entre 1960 e 2020”. FONTE: PORDATA. “População Total Residente em Portugal entre 1960 e 2020”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente++m%C3%A9dia+anual+total+e+por+sexo-6> Consultado em 20 de outubro de 2021.

No entanto, esta evolução não se reflete no território do interior. De entre os territórios do interior, apenas, Évora, Fafe, Lousã, Vila Nova da Barquinha, Vila Real e Vila Verde obtiveram um registo de aumento da população. Já Idanha-a-Nova, Miranda do Douro, Montalegre, Oleiros, Ourique, Pampilhosa da Serra, Penamacor e Vinhais registaram as maiores perdas como se pode verificar no gráfico baseado com os fatores do INE.

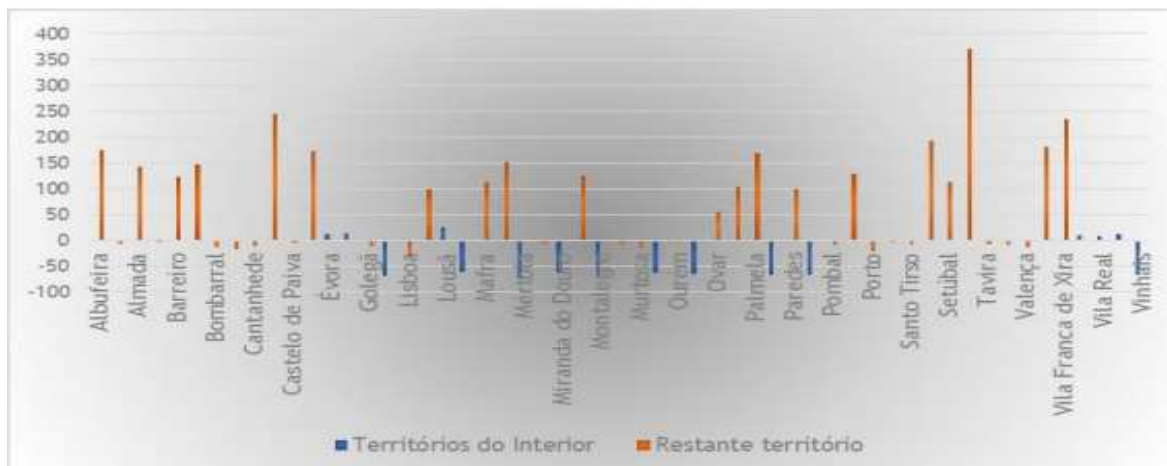


Gráfico 6. “Destaque dos concelhos com as principais variações – maiores perdas e maiores ganhos”. Fonte: INE. Disponível em: https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic&menuBOUI=13707095&contexto=pi&selTab=tab0. Consultado a 10 de janeiro de 2022.

Simultaneamente, destacam-se as “cidades-globais portuguesas” que registam os maiores valores da população, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, ou também designados por concelhos “satélites” (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

De entre a variante de ganhos e perdas de população é de destacar o Índice de Dependência de Idosos. Portugal está a envelhecer, e paralelamente, está a perder jovens que emigram, sendo de salientar, igualmente, um êxodo rural que afasta pessoas do interior do país. Há uma forte redução da população jovem no norte e um acentuar da população envelhecida no norte e centro. Tais valores são indicadores da dificuldade da renovação geracional do território nacional.

De acordo com o gráfico 7, a média dos territórios do interior ultrapassa a média nacional. Em 2015, para o Índice de Envelhecimento a média nacional é de 150 e no interior é de 255; para o Índice de Dependência de Idosos a média nacional é de 32 e no interior é de 46 e para o Índice de Longevidade a média nacional é de 49 e no interior de 58. São valores que cumulativamente deixam territórios todos eles do interior com estes valores inferiores.

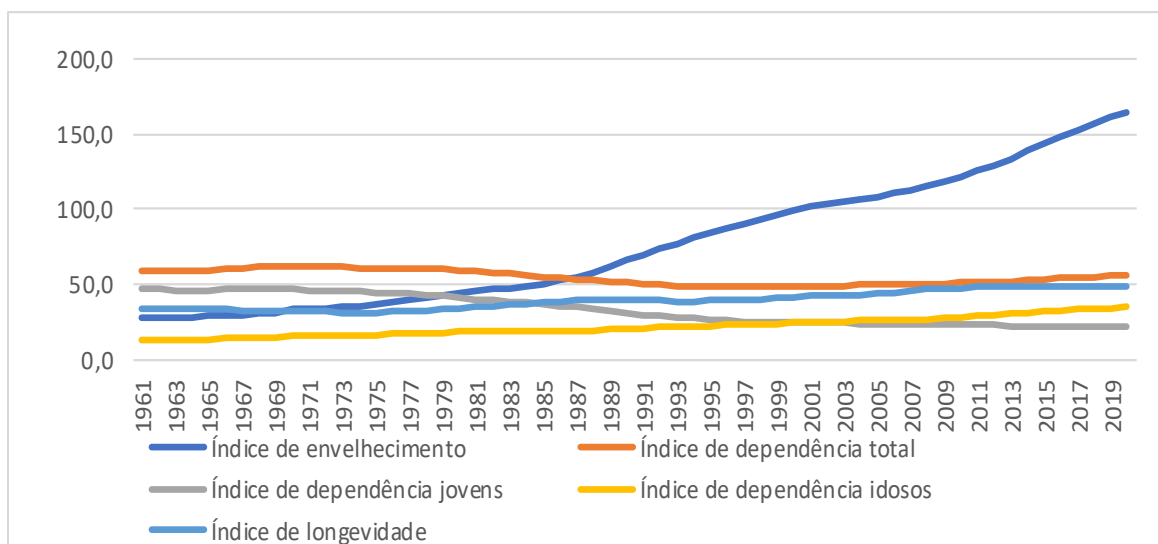


Gráfico 7. Indicadores de envelhecimento.

Fonte: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526> Consultado em 20 de outubro de 2021

Em Portugal como na Europa, as migrações internas foram as principais razões para a configuração demográfica do território atual. As regiões que tem problemas no despovoamento tem saldos migratórios negativos, e as outras regiões com crescimento populacional, tem todas saldos positivos.

Um outro conetor que podemos referir é o Índice de Fertilidade Sintético que é a única garantia de sustentabilidade geracional, quando tem valores superiores ou iguais a 2,1 filhos por casal. Contudo, em Portugal nenhum concelho consegue ultrapassar este valor sendo o valor superior de 1,8. Este cenário é sobretudo inferior ainda nos territórios do interior com concelhos com valores mais baixos entre 0,4 a 0,8 como os concelhos de Aguiar da Beira, Alijó, Almeida, Boticas, Fornos de Algodres, Gavião, Mação, Marvão, Melgaço, Mondim de Bastos, Oleiros, Pedrogão Grande, Penamacor, Ponte da Barca, Proença-a-Nova, Santa Marta de Penaguião, Trancoso, Sardoal, Sernancelhe, Tabuaço, Vieira do Minho, Vila Flor e Vila Nova de Paiva

(PORDATA, 2021).

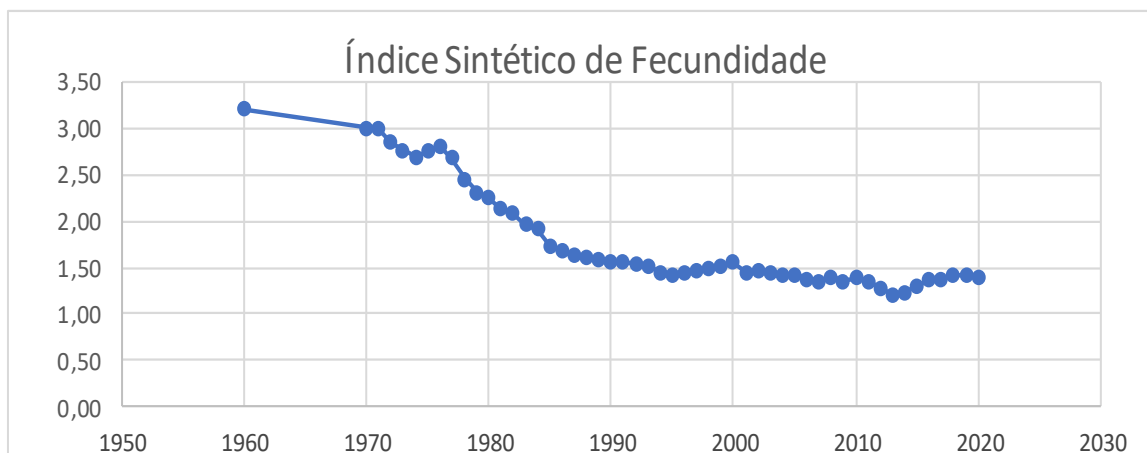


Gráfico 8. Índice Sintético de Fertilidade. FONTE: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+%c3%84ndice+sint%c3%a9tico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodu%c3%a7%c3%a3o-416>. Consultado em 20 de outubro de 2021

Outro ponto que condiciona o desenvolvimento equilibrado do interior são também os baixos níveis de escolaridade da população ativa do interior. Combater o abandono escolar é uma das metas de Portugal 2020. Segundo os dados do INE, o abandono escolar já não ultrapassa os 5%, mas assume valores máximos em 4 concelhos do Interior (Aljustrel, Freixo de Espada a Cinta, Gavião, e Idanha-a-Nova). Na taxa de alfabetismo existem cerca de 3 a 4% da população analfabeta com cerca de 13 concelhos quase todos eles exceto Espinho.

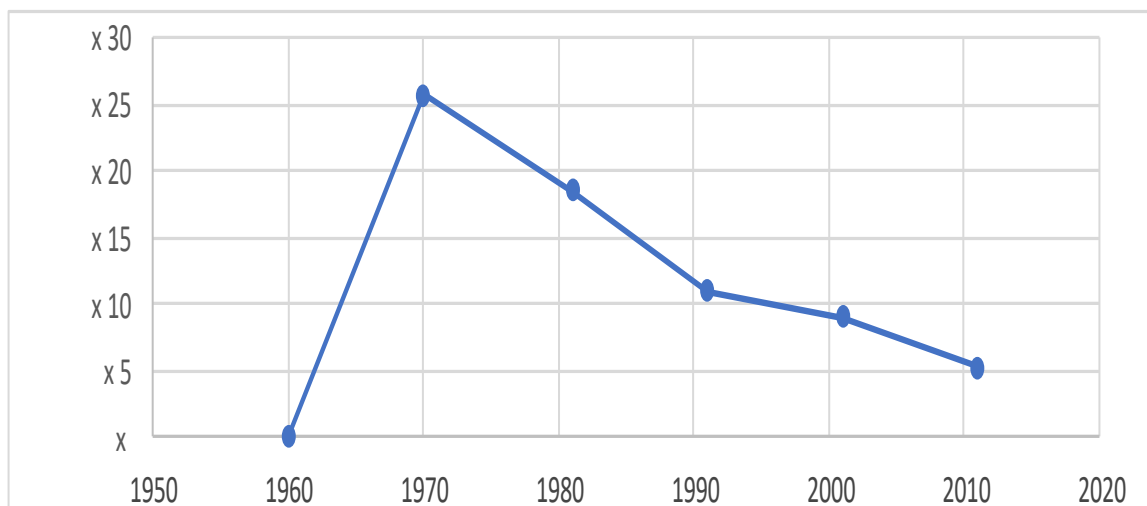


Gráfico 9. Taxa de analfabetismo.

FONTE: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517> consultado em 10 de novembro de 2021

Quanto à percentagem de população que frequentou o ensino superior é claramente muito superior no litoral.

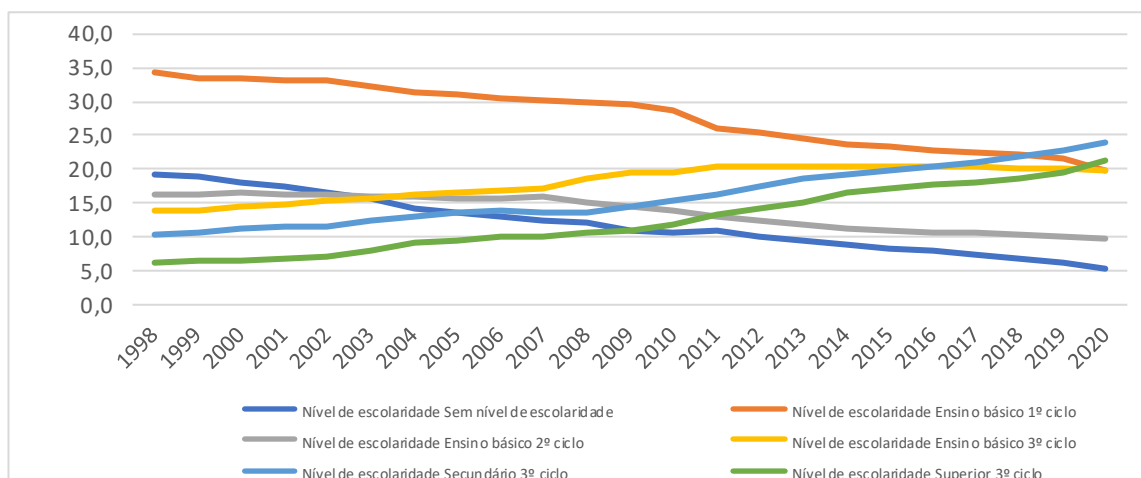


Gráfico 10. “População residente com 15 ou mais anos por escolaridade”. FONTE: PORDATA Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-884](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-884). Consultado a 10 de novembro de 2021.

Assim, recorrendo à metodologia desenvolvida por Foss e Juvkam (2003) e pela ESPON (2005)³⁸ consegue-se perceber as prospeções demográficas. Mediante os resultados obtidos os territórios serão classificados como, “muito forte despovoamento”, “forte despovoamento”, “despovoado” e “não-despovoamento”. Dos 39 concelhos que enfrentam problemas de “muito forte despovoamento” todos eles pertencem ao interior e 65 foram classificados com “forte despovoamento”. O litoral na sua grande parte apresenta valores de “não-despovoamento”.

3.3. Dinâmicas Socioeconómicas

O desenvolvimento demográfico e o desenvolvimento socioeconómico estão inegavelmente relacionados. As boas condições da economia, juntamente com as condições sociais impulsionaram de forma positiva as tendências demográficas regionais. A exemplo disso temos as regiões que a nível económica são mais atrativos

³⁸ ESPON (2005). “Project 1.1.4 - The spatial effects of demographic trends and migration, Final Report” Disponível em: <https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/fr-1.1.4-full.pdf>. Consultado a 10 novembro de 2021,

são também as que registam maior concentração de pessoas. Em Portugal, existem severas diferenças na distribuição e produção de riqueza.

Por um lado, temos um poder de compra concentrado nas áreas metropolitanas e algumas capitais de distrito da zona litoral. No interior, a tendência é inversamente oposta. Os territórios do interior enquadram-se nas três classes mais baixas no poder de compra. Apenas o concelho de Évora regista valores acima da média como se constata pela visualização da figura.

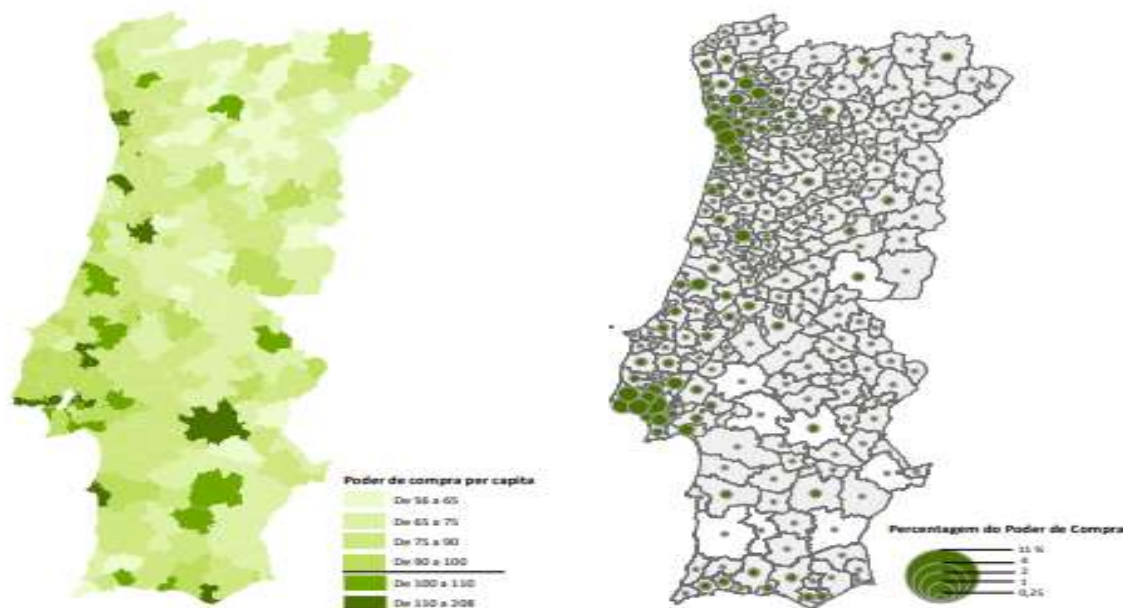


Figura 4. Poder de Compra per capita e percentagem de compra.

Fonte: INE. Retirado do Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017

Estes indicadores refletem quais as disponibilidades dos recursos financeiros das famílias e indicam os níveis de bem-estar material e a equidade social. Os recursos financeiros, por sua vez, são inerentes ao recurso do trabalho e o seu rendimento. Relativamente ao rendimento, podemos referir que a média do rendimento mensal de um trabalhador é cerca de 831€ contudo cerca de 40% dos municípios nacionais encontram-se abaixo desta média e localizam-se igualmente no Interior. Só 5 concelhos possuem rendimentos superiores no valor de 1500 € mensais (Alcochete, Castro verde, Lisboa, Oeiras e Sines) e 2 concelhos com valores inferiores a 700€ (Celorico da Beira e Lousada). Além disso, são novamente os concelhos do Interior, essencialmente norte e centro que tem taxas de emprego mais baixas (Gavião, Pampilhosa da Serra, Idanha-a-Nova, Vinhais). Da totalidade dos municípios continentais, apenas 54 tem uma taxa de

emprego superior a 50%, e apenas um deles pertence ao interior, Évora (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

A totalidade da população empregada em Portugal, com fracas qualificações, ou ensino básico, representa 54% da população empregada. Sendo que um total de 37 municípios dos quais 28 pertencem aos territórios do Interior. Apenas 7 tem uma percentagem da população empregada pouco qualificada mais inferior, de 25 e 34% (Alcochete, Cascais, Coimbra, Entroncamento, Oeiras e Porto) percentagem mais baixa do país (ibidem).

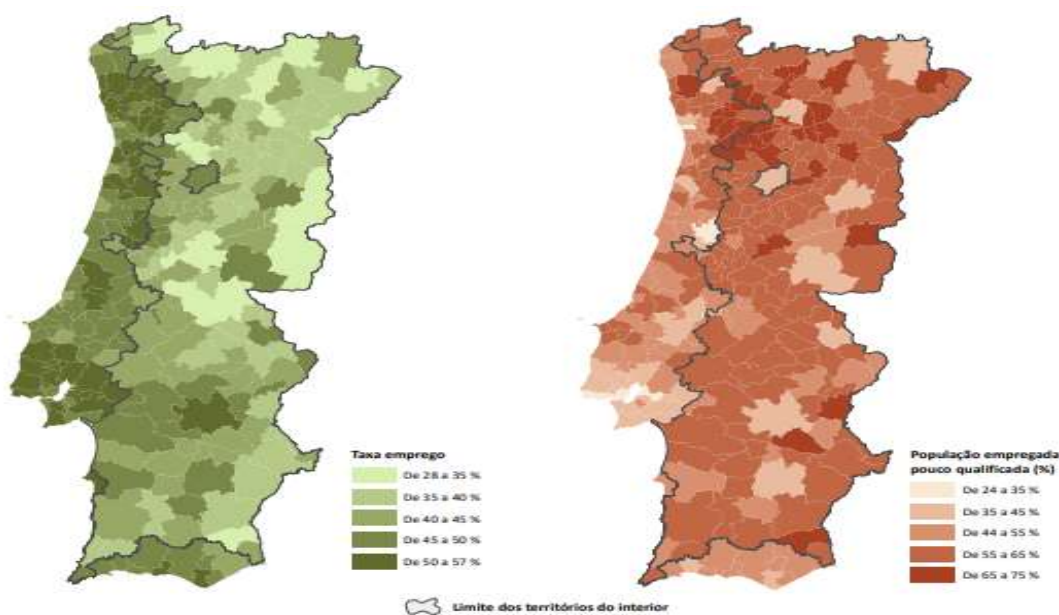


Figura 5. População Empregada e por classificações.

Fonte: PORDATA. Retirado do Programa Nacional para a Coesão Territorial

Paralelamente podemos referir-nos a outra variante, a Taxa de Desemprego. Portugal atingiu valores “negros” do desemprego em 2013, com 16,2%, já em 2011, foi de 12,7% segundo os valores da PORDATA.

Já na Europa, Portugal posiciona-se no quarto lugar com maior taxa de desempregos. A taxa de desemprego de longa duração tem vindo igualmente a aumentar.

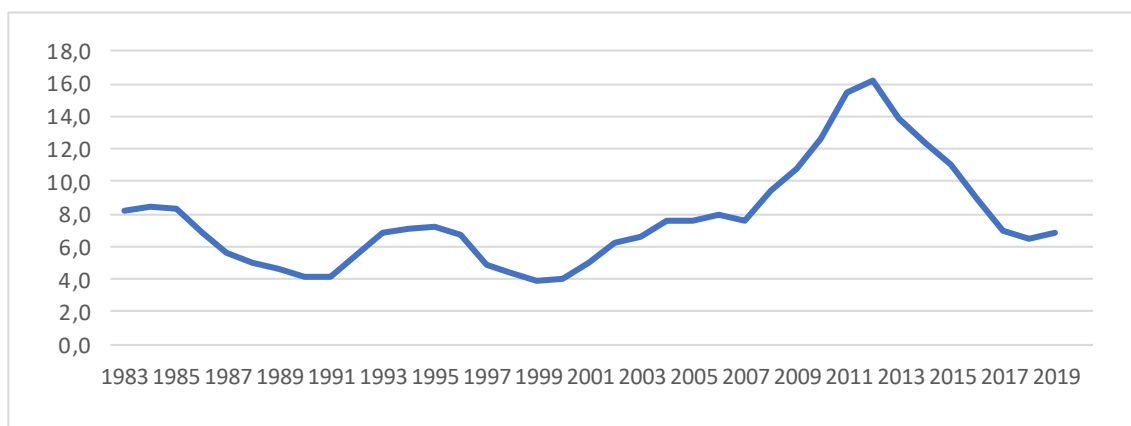


Gráfico. 10 Taxa de desemprego total em %.

Fonte: PORDATA. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)
Consultado em 10 de novembro de 2020

O país apresenta um índice elevado de desemprego de longa duração, e desemprego qualificado, desemprego jovem, e desemprego de género. Contrariamente, ser qualificado não é sinónimo de maior probabilidade de emprego. Portugal triplicou o número de licenciados em menos de 20 anos (Eurostat, 2016). Com a crise de 2008, a Taxa de emprego de recém-licenciados, caiu. Esta tendência até 2015, fez com que Portugal perdesse 10 pontos percentuais nesta taxa (ibidem).

A transição para idade adulta, com um processo escolar mais longo, incluindo os estudos superiores e consequentemente a entrada no mercado muito tardia não é uma realidade para todos os jovens portugueses. Cerca de 40% dos jovens dão início ao mercado de trabalho, na faixa etária entre os 15 aos 17 anos, sem qualquer tipo de qualificações, e cerca de metade dos jovens entre os 17 aos 24 anos tem trabalho para subsistirem. A taxa de desemprego jovem tem se revelado muito elevada sendo o dobro das restantes idades a somar ao declínio da população jovem.

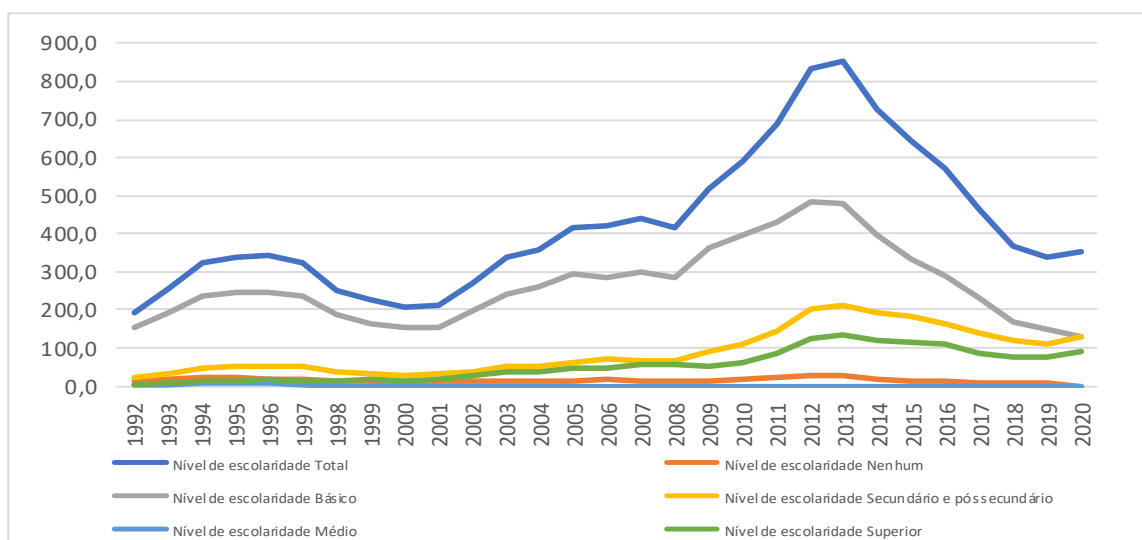


Gráfico 11. População desempregada total e por nível de escolaridade. Fonte: PORDATA: Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+-53>. Consultado em 10 de novembro de 2021.

Mesmo a distribuição das diferentes proporções de desemprego assume vários padrões ao nível nacional. O total de desempregados qualificados é a nível nacional cerca de 17% do total dos desempregados. Dos 278 concelhos, 73 estão abaixo da média e destes 42 são novamente concelhos do interior. Braga, Cinfães, Leiria e Odiveelas são os que tem maior taxa de população desempregada a nível nacional. Já Armamar, Freixo de Espada à Cinta, Marvão, Mourão, Oleiros, Penedono, Sabugal, São João da Pesqueira e Trancoso são os concelhos que tem maior número de desempregados jovens. O interior tem 117 municípios com maior taxa de desemprego, dos 174 concelhos acima da média nacional.

Quanto aos dados da população inativa que corresponde ao conjunto de indivíduos que não são considerados economicamente ativos, como por exemplo estudantes, reformados e domésticas. A taxa de inatividade é, portanto, o cálculo em percentagem da população inativa entre a população total.

Portugal tem uma taxa de inatividade de cerca de 36,7% verificando-se maior no Norte, centro e Alentejo interiores. Unicamente 59 concelhos estão acima da média, sendo que 57 tem mais de 50% da população inativa. Destes 17 concelhos tem a taxa mais elevada rodando os 56 e 63% são eles Alcoutim, Almeida, Carrazeda de Ancieães, Gavião, Idanha-a-Nova, Mação, Melgaço, Montalegre, Oeiras, Pampilhosa da Serra, Penamacor, Sabugal, Valpaços, Vila Velha do Ródão, Vimioso e Vinhais.

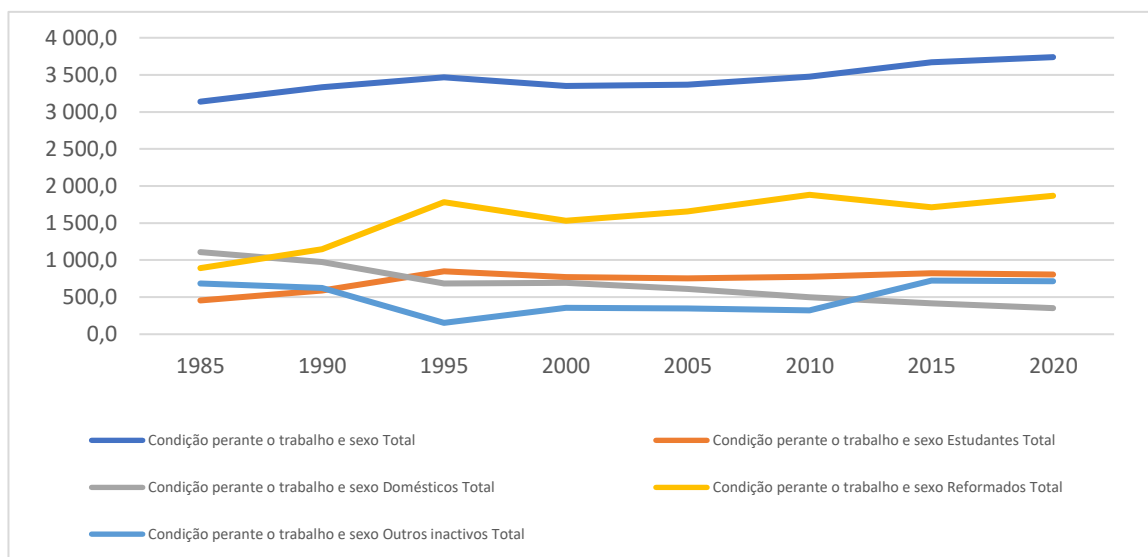


Gráfico 12. Taxa de inatividade com 15 a mais anos por condição perante o trabalho.

Fonte: PORDATA: Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3a7%c3%a3o+inactiva+com+15+e+mais+anos+total+e+por+condi%3a7%c3%a3o+perante+o+trabalho+e+sexo-784>. Consultado em 10 de novembro 2021.

Embora a população inativa esteja diretamente relacionada com estudantes, existe uma relação desta população com determinados tipos de subsídios, como por exemplo o Subsídio de Reinserção Social (RSI), o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e as Pensões da Segurança Social (PSS). Mediante o gráfico as áreas de maior incidência da população inativa são também onde existe maior percentagem da população beneficiariam de pensões (PSS e PCGA). A média de pensionistas a nível nacional é de 32,1% e 203 concelhos superam a média dos quais 157 no Interior. Já os maiores beneficiários das prestações de (RMG e RSI) encontram-se no Vale do Douro e Ave e Interior Alentejano.

Não obstante da população inativa bem como os custos sociais e económicos que se interligam, importa salientar a atividade enquanto indicador de competitividade, desenvolvimento e atratividade das regiões. Portugal tem sofrido o processo de terciarização. Assim, se em 1960 tínhamos 50% da população empregada no setor primário, em 2010 esta percentagem de população passa a ser apenas 3%, sendo que o setor terciário passa a ganhar 40% da população total.

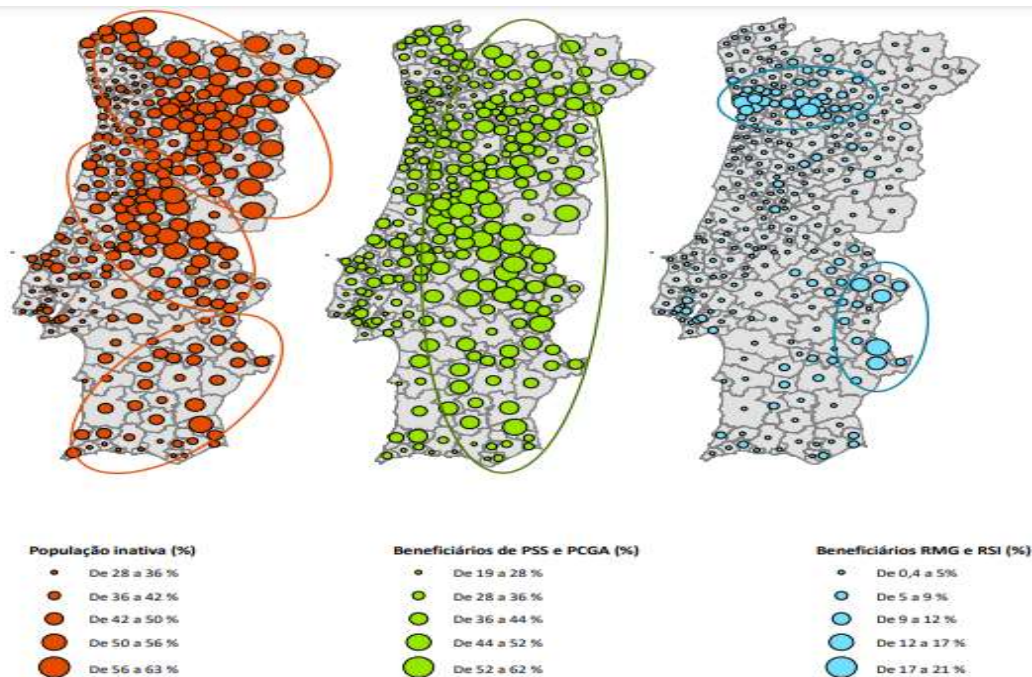


Figura 6. População inativa. Beneficiários PSS, PCGA e beneficiários RMG e RSI.

Fonte: Retido do Programa Nacional da Coesão Territorial (2017).

De entre o volume de negócios, pode-se afirmar que todos os concelhos do interior têm um valor abaixo da média, sendo que apenas 19 concelhos a nível nacional apresentam um volume superior à média nacional. Lisboa e Oeiras “Destacam-se do padrão nacional com volumes de negócios na ordem dos 20000 M€ e 80000 M€, respetivamente”, sendo a média nacional de 1130 M€ (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

A agricultura, a caça, a produção animal, floresta e a pesca são áreas que representam apenas 1,7% do volume de negócios ao nível nacional. Aqui, 14 concelhos do Interior conseguem superar esta média com cerca de 25%. Já o turismo tem a nível nacional cerca de 2,7%, sendo aqui os concelhos do Algarve registam dados superiores à média nacional, com cerca de 25%. No interior quanto a este setor destacam-se

concelhos como o Marvão, Manteigas, Terras do Bouro, Grândola e Aljezur com valores de 10% (ibidem).

Por fim, quanto à taxa de sobrevivência das empresas após dois anos da sua criação, verifica-se que o Norte têm maior taxa de sobrevivência que o sul. É no território do interior onde se encontram os concelhos com taxa de superiores são eles, Arronches, Vila Velha do Ródão, Sernancelhe e Trancoso. Já aqueles que tem menor taxa são de 14: Almada, Alter do Chão, Amadora, Barrancos, Borba, Campo Maior, Gavião, Mangualde, Moita, Marvão, Odivelas, Paredes de Coura, Rio Maior e Seixal.

3.4. Dinâmica Territorial

O desenvolvimento, a competitividade e a coesão da dinâmica territorial são dinâmicas interdependentes das anteriores (demográficas e socioeconómicas). O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) indica dois objetivos para o desenvolvimento urbano de forma a ser mais policêntrico e compacto, e por outro, promover o desenvolvimento de territórios com baixa densidade. Tudo isto com vias de obter um desenvolvimento mais equilibrado (Comissão Europeia, 2004)³⁹.

Já em 1999, a “orientação” para se obter uma coesão territorial europeia era feita através de bases como, e segundo a Comissão Europeia, através de uma base pelo desenvolvimento policêntrico do sistema urbano, acesso a infraestruturas, respetivos equipamentos, o conhecimento e o desenvolvimento e uma gestão adequada do património natural e cultural (Comissão Europeia, 1999)⁴⁰.

Quanto à configuração urbana e a ocupação do território pode-se referir que as regiões costeiras foram desde sempre um local de concentração populacional toda a Europa. Por todo o mundo, cerca de 60% das grandes cidades encontram-se na região litoral. Na Europa a densidade populacional média é muito superior do que os valores do interior (Baztan, 2015). Também em Portugal os dados não diferem, cerca de 60% da população reside na faixa costeira.

⁴⁰ Comissão Europeia, 1999. “European Commission (1999), ESDP European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/sum_en.pdf. Consultado em 10 de novembro de 2021.

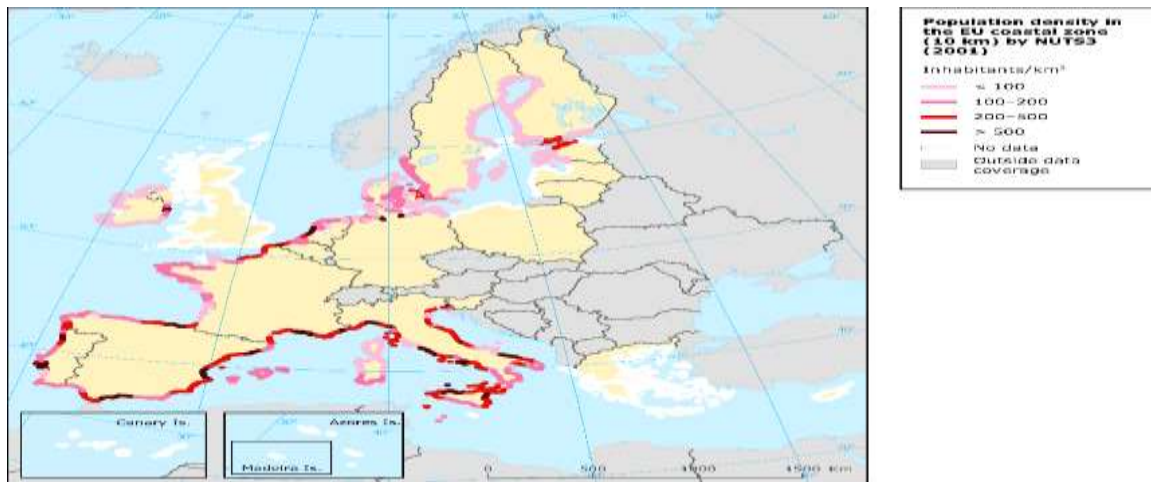


Figura 7. Densidade Populacional Europeia.

Fonte: EEA, 2001. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/figures/population-density-in-the-european-coastal-zone-0-10-km-in-2001> atualizado em 2012. Consultado a 10 de novembro de 2021.

Esta situação é verificada desde os anos 1990, sendo que se regista em Portugal dois tipos de processos decorrentes da migração interna: a concentração urbana que podemos designar de urbanização e/ou suburbanização e opostamente a desconcentração urbana, a periurbanização. Esta última tende a prevalecer nas cidades médias do interior (Roca e Pimentel, 2003).

A UE tem um padrão de aglomeração urbana muito particular. Cerca de 5 mil cidades são de pequena e média dimensão e quase mil são grandes metrópoles que são o grande centro da atividade económica, financeira, social e cultural. Já em comparação com o resto do mundo, a UE tem cerca de 7% da população a viver em cidades com mais de 5 milhões de habitantes (OCDE, 2007).

Tais valores remete-nos para a qualidade de vida das populações que no caso dos cidadãos nunca vivem afastados das zonas rurais e as que residem nestas últimas zonas, não tem dificuldades em aceder a serviços que existam nas cidades.

Já em Portugal, apenas duas cidades, Lisboa e Porto concentram população com valores superiores a 500 mil habitantes, sendo que a área metropolitana de Lisboa tem cerca de (2,8 milhões) e Porto cerca de (1,8 milhões), ou seja, um total 45% do total da população residente do continente. É visível o desequilíbrio na ocupação do território, pois temos uma grande concentração da população residente essencialmente no litoral e algumas capitais do distrito do interior com Castelo Branco. Já as áreas montanhosas do norte e interior, é onde vive cerca de um terço da população, zonas rurais que marcam território com o espaço transfronteiriço. Aqui salienta-se a baixa densidade populacional (densidade populacional inferior a 8 hab/km²) por toda a zona do interior transfronteiriço norte e Alentejo interior. Na Europa, apenas 2,6 milhões de

pessoas vivem em regiões de baixa taxa populacional. Em todo o interior, apenas as capitais de distrito e algumas pequenas cidades de média dimensão é que não se enquadram em espaços rurais. Assim com a fraca densidade, as questões periféricas e a forte dependência económica no setor primário, predominam nestas regiões e são uma barreira ao seu desenvolvimento. Uma estrutura policêntrica, nas pequenas e médias cidades do território poderá contribuir para o maior equilíbrio do desenvolvimento e do seu crescimento (Programa Nacional para Coesão Territorial, 2017).

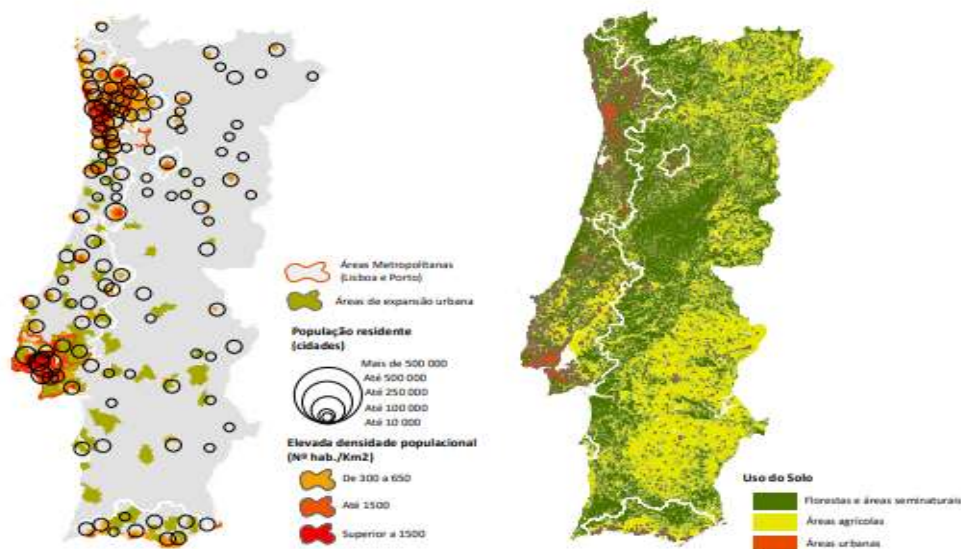


Figura 8. Densidade populacional por atividade e uso do solo.

Fonte: INE. Retirado do Programa Nacional para a Coesão Territorial (2017).

Quanto às áreas metropolitanas também aqui existem ameaças, nomeadamente a possibilidade de expansão urbana e os seus impactos associados. Pode-se ainda classificar de uma forma tripartida o território nacional, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas (TIPAU, 2009) como as áreas predominantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR). Através desta classificação podemos definir já desde 2009, o país pela população residente. Assim, nas áreas metropolitanas a população residente em APU é cerca de 75%. Já no interior, cerca de 50% da população vive em áreas predominantemente rurais. As cidades de pequena e média dimensão desempenham um papel importante ao distribuir e centralizar serviços e acaba por contribuir o despovoamento do interior nas áreas rurais.

O policentrismo é um objetivo fulcral nas políticas da Europa e contribuiu para a contenção da expansão urbana para se obter um desenvolvimento regional mais equilibrado. A rede urbana é conforme já foi referido, denominada pelas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Entre Porto e Braga e em larga medida nas zonas costeiras litoral, a densidade populacional é mais elevada. Inversamente, temos um interior e sul despovoado.

Tais núcleos urbanos de maior densidade caracterizam-se por ter e ser maiores no conjunto de funções e serviços fundamentais às populações que residem nos lugares de menor dimensão. Tais características são possíveis pela sua estrutura, sendo necessários canais fundamentais para as deslocações aos centros polarizadores de serviços. As cidades de maior dimensão são também as que prestam serviços mais especializados nomeadamente hospitais centrais e Ensino Superior. Já as cidades médias designadas como satélites das cidades maiores, oferecem serviços menos especializados, como o Ensino Secundário e centros de saúde. As pequenas cidades têm um conjunto de estruturas administrativas de proximidade local e bem-estar das populações, nomeadamente Junta de Freguesias e campos desportivos (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2017).

Por outro lado, são as cidades de pequena e média dimensão que não dispõem de forma reduzida na diversidade funcional. De entre o conjunto de serviços e equipamentos podemos referir 4: serviços de saúde (hospitais centrais, especializados e centros de saúde), serviços de conhecimento (universidades e politécnicos), serviços de educação e formação (ensino público e privado e pré-escolar) e serviços de cultura (jardins botânicos, zoológicos e recintos culturais). As áreas com uma funcionalidade mais elevada são as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Entre os concelhos totais do país, 14 tem elevada funcionalidade, 43 alta, 17 média e 204 baixa. Sendo destes 80% dos territórios do interior com baixa funcionalidade (151) e apenas 7 com densidade alta nomeadamente Castelo-Branco, Covilhã, Guarda, Évora, Fundão, Fafe e Vila Real, e 7 com diversidade média como Bragança, Beja, Odemira, Chaves, Seia, Tondela e Vila Real (Ibidem). O acesso à saúde e educação devem ser pilares fulcrais numa sociedade desenvolvida e com elevados níveis de qualidade de vida. Contudo, nos últimos anos até 2011, assiste-se a perda destes serviços em Portugal. Nos últimos anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino dos quais 1027 foram no interior. Quantos às unidades de saúde perdeu 117 unidades das quais 50 nos territórios do interior.

Ainda sobre o território pode-se referir o estudo feito pelo INE em 2004, que através dele construir um sistema hierárquico funcional que quantifica a marginalidade dos territórios portugueses e delimita os centros urbanos (INE, 2004).

Tal estudo concluiu que as áreas metropolitanas Lisboa e Porto, ultrapassam os limites administrativos das áreas metropolitanas e que em simultâneo verifica também que tais valores podem ser próximos apenas dos valores dos capitais de distrito do restante território, sendo que há um reduzido número de acesso aos bens e serviços por parte dos territórios do interior.

Quanto à questão transfronteiriça e como mais à frente iremos abordar, pode-se afirmar que todos os territórios interiores são mais próximos de Espanha em detrimento do litoral. Aliás, de acordo com o Programa para a Coesão territorial, podemos afirmar mesmo que a distância que muitas cidades do interior estão de Espanha é muito inferior que a cidades do litoral de Portugal. Ou seja, em viagens com veículo ligeiro, tendo em conta a distancia e os custos de portagens, é mais barato ir cidades espanholas ou vice-versa. A exemplo, e de acordo com as informações deste programa mencionada, numa viagem entre o litoral, Figueira da foz ou Torres novas até o Interior, e numa viagem entre Vilar Formoso, Guarda, até Covilhã, as viagens tem um custo de 14,9 euros e 16,75, respetivamente, ambas feitas pelas autoestradas.

Não obstante é de referir a qualidade de informação que existe pelo território português. No mundo da era digital, as vias de comunicação digital, tecnologia de informação e comunicação são as vias necessárias para obtenção da informação. Através do Índice de Digitalização da Economia e da Sociedade (Comissão Europeia, 2016) salienta que o país está longe de se posicionar na frente do índice, mas mesmo assim ultrapassa a média da UE. Portugal apresenta bons níveis de cobertura de banda larga e de rede rápida em cerca de 90% das residências. Apesar da disponibilidade de internet, os portugueses ainda não aderiram à plena utilização desta tecnologia sobretudo pela falta de competências individuais. Na dimensão “Serviço Público Digital” (avalia a modernização e informatização dos serviços), Portugal classifica-se com a melhor performance no espaço europeu.

No acesso à internet, em 2015, segundo dados do INE e PNCT, são os territórios do interior que menos utilizam este serviço, sobretudo o interior norte (Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017).

3.4. Património Cultural e histórico

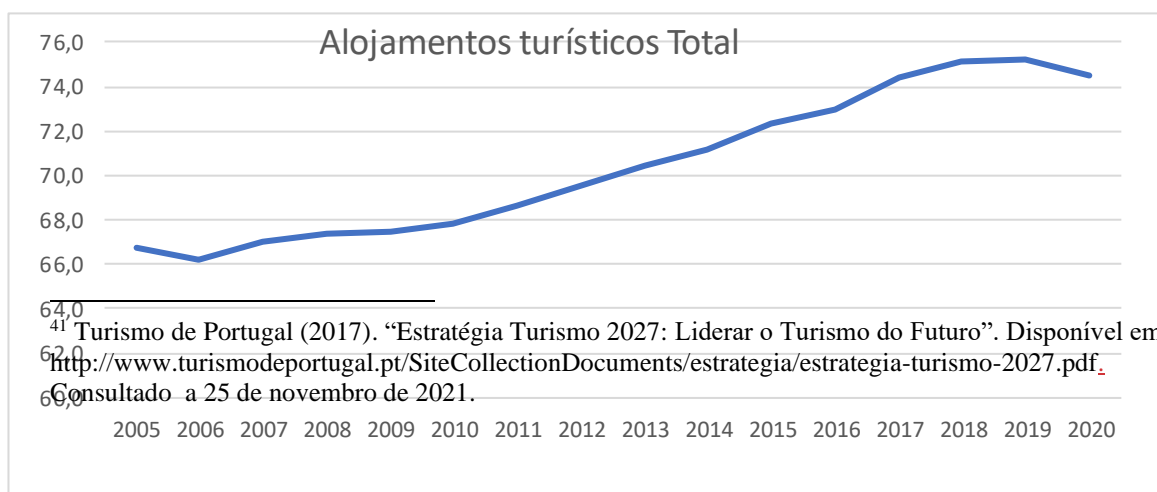
Não menos importante é de salientar a nota do contexto histórico e cultural que caracteriza Portugal. A análise do turismo e a sua importância é uma mais-valia no contexto socioeconómico das regiões do interior. As diferenciações históricas, culturais e paisagísticas tornam estes territórios um conjunto de atração turística, setor fulcral na fonte de receitas económicas e um ponto essencial na afirmação do interior.

Segundo o Atlas do Património de Direção-Geral do Património Cultural, existem vários tipos de património e são eles “com classificação municipal, os imóveis de interesse público, os monumentos nacionais e os sítios de Interesse Público” (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017).

É essencialmente no norte/centro litoral e interior onde se verifica maior quantidade de património cultural classificado. O turismo é considerado como o principal motor económico do país e em 2016, atingiu resultados históricos. Tal pode-se justificar pelos principais indicadores como a disponibilidade de camas, receitas, hóspedes, emprego e exportações, que eleva esta atividade a ser considerada como a maior atividade económica exportadora do país, com um total de 16,7% das exportações (PORDATA, 2021).

Quanto à capacidade de alojamento do turismo, apenas Lisboa e Albufeira tem uma oferta superior a 25000 camas e são também os municípios que apresentam os melhores proveitos económicos. Nos territórios do interior a média ronda 383 camas sendo em média a nível nacional a rondar os 1431 camas, no litoral os valores são uma média de 2821 camas. Os proveitos seguem a mesma tendência. No interior destaca-se o concelho de Vila do Bispo com maior proveito económico do turismo, já Évora e Grândola com valores superiores à média.

Assim, entre os anos de 2005-2015, existe um crescimento da capacidade alojamento e também um crescimento de novas formas de alojamento (Turismo de Portugal, 2017)⁴¹.



⁴¹ Turismo de Portugal (2017). “Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro”. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>. Consultado a 25 de novembro de 2021.

Gráfico 13. “Capacidade dos alojamentos turísticos: total de camas e por tipo de estabelecimento”.
 Fonte: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Capacidade+dos+alojamentos+turisticos+total+e+por+tipo+d+e+estabelecimento-2563> consultado a 15 de novembro de 2021.

Paralelamente, entre esta década as receitas turísticas aumentaram de forma significativa de acordo com o gráfico.

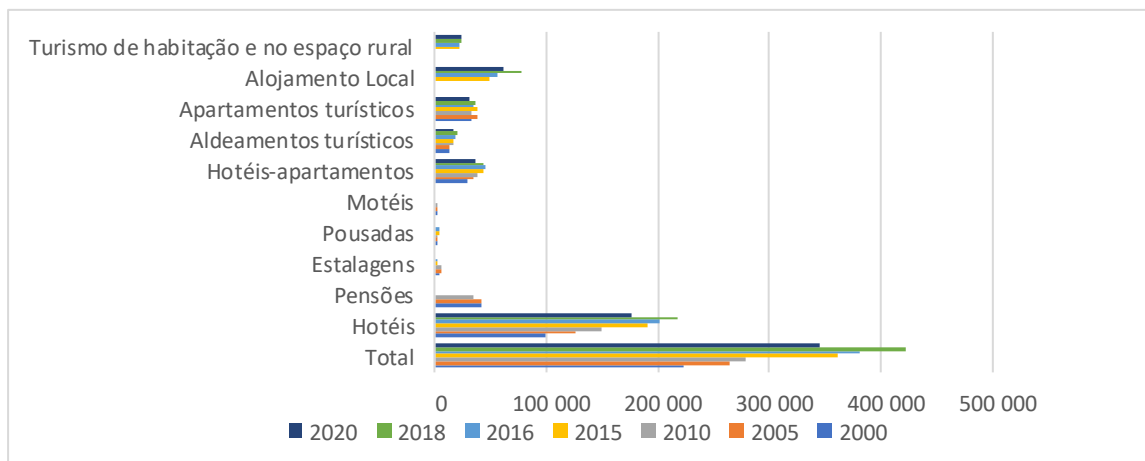


Gráfico 14. Proveitos com dormidas em % dos proveitos totais dos alojamentos turísticos: total e por tipo de estabelecimento.

Fonte: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Proveitos+com+dormidas+em+percentagem+dos+proveitos+total+e+por+tipo+de+estabelecimento-2586>. Consultado a 15 de novembro de 2021.

Estes valores em comparação com outros países concorrentes nomeadamente Malta, Marrocos, Hungria, Croácia, Grécia, Espanha, Itália, França, Egito, colocam Portugal em 2º lugar no crescimento das receitas turísticas (Turismo de Portugal, 2017).

Contudo, e como já referimos, estes valores diferem do litoral para o interior devido às assimetrias existentes, sendo que 90,3% das dormidas do país concentram-se no litoral, tendência que se acentuou nos últimos 10 anos. A nível internacional, Portugal registava, de acordo com a “OMT International Tourism Receipts” a 15ª posição do melhor destino turístico do mundo em 2019 (OMT International Tourism Receipts)⁴². Quanto às receitas turísticas Portugal registou 18,4 mil milhões de euros no mesmo ano, ou seja mais 8,4 pontos percentuais, mantendo a 20ª posição a nível internacional (Ibidem) a Espanha continua a ser o principal mercado de atração turística a Portugal sendo cerca de 6,3 milhões de turistas, num total de 25,5% total)⁴³. Já no Fórum Económico Mundial “Travel and Tourism Competiveness Index 2019”,

⁴² OMT (2019). Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/18/4>. Consultado em 15 de novembro de 2021.

⁴³ República Portuguesa (2020) Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAAAAABAAzNDA2MAYAppLz7AUAAAA%3d>. Consultado em 16 de novembro de 2021.

Portugal coloca-se no Top 12 dos destinos mais competitivos do mundo (Fórum Económico Mundial, 2019)⁴⁴.

Tais resultados, elevam o turismo para em 2016 ter atingido resultados históricos como também demonstrarem a possibilidade e a capacidade de aumentar a receita, a criação de mais emprego e aumentar atividade no seu todo. Desde então é fulcral a promoção de competitividade área e diversificação dos mercados; responder às dificuldades financeiras das empresas turísticas e se possível, dinamizar o investimento; qualificar, capacitar e diversificar a oferta; procurar e gerar novas procuras e atratividades; incentivar a inovação e o empreendedorismo do turismo e qualificar/valorizar as pessoas.

3.5. A Estratégia do Turismo 2027

No seguimento dos resultados obtidos entre 2005-2015, a 27 de setembro de 2017 foi aprovada no conselho de Ministros a Estratégia do Turismo 2027, que é a referência estratégica para o Turismo de Portugal na presente década.

Tal plano tem como principais objetivos,

Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional; assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional; promover uma integração das políticas setoriais; gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo. Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo. (Turismo de Portugal, 2017)

Esta Estratégia foi delineada para tornar Portugal num destino cada vez mais competitivo, com atenção nos desenvolvimentos internacionais e no desenvolvimento tecnológico.

Existem 10 desafios para atingir os objetivos, a saber aprimorar as pessoas com o intuito de criar empregos, qualificar, valorizar, e aumentar os rendimentos dos profissionais de turismo; desfazer as dicotomias territoriais através do alargamento da atividade turística por todo o país, promovendo o turismo como fator decisivo para a coesão territorial; aumentar o crescimento em receitas em consonância com o número de camas/alojamento; obter uma atividade turística anual de maneira a ter um turismo sustentável; promover a mobilidade em todo o território de Portugal para garantir acessibilidades ao destino Portugal; atingir os melhores mercados que se enquadram nos

⁴⁴ Fórum Económico Mundial (2019). Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2019.pdf. Consultado em 15 de novembro de 2021.

desafios de crescer em valor; contribuir para a inovação e empreendedorismo; assegurar a preservação sustentável do património cultural e natural; simplificar a legislação e garantir alguns recursos financeiros indispensáveis para dinamizar o investimento. Tudo isto contribuirá para um turismo mais económico, social, ambiental e territorial (Turismo de Portugal, 2017).

Não menos importante é de salientar que para se atingir tais objetivos, foram delineados ativos estratégicos que visam a sustentabilidade e competitividade. De entre esses ativos estratégicos podemos subdividi-los em 3 tipos: os ativos diferenciadores, ativos qualificadores e ativos emergentes.

Os ativos diferenciadores dizem respeito aos atributos que são a base da oferta turística, ou como o nome indica, o que diferenciar Portugal de outros destinos. Aqui podemos ter recursos endógenos (com elevado potencial e reconhecimento internacional), pode haver recursos não-transacionáveis (que não se podem transferir para outro local) e os recursos geradores de fluxos. Os ativos qualificadores enriquecem a experiência turística e acrescentam valor à procura dos territórios. Quanto aos ativos emergentes são reconhecidos internacionalmente e apresentam elevado potencial, que no futuro possam gerar movimentos de elevado valor.

Esta estratégia é de “pessoas para pessoas” e o ato de receber bem em Portugal não é mero marketing, mas sim cultura, atitude e identidade da população. A constante procura por conhecer o outro faz parte e faz das pessoas o designado ativo único transversal “as pessoas são, assim, um ático único e transversal, com particular importância no turismo- a atividade de pessoas para pessoas” (Turismo de Portugal, 2017, p. 47).

Ainda sobre os ativos diferenciadores podemos referir que deles fazem parte o clima e a luz (em Portugal o clima é temperado com solar e luminosidade por muita duração ao longo do ano), a história, cultura e identidade (Portugal detêm mais 900 anos de história e tem um vasto Património Militar, Cultural e Religioso, com variedade arquitetónica, costumes e tradições), mar (uma orla costeira de excelência com potencialidades reconhecidas para o surf, mundialmente conhecidos), natureza (vasto património natural), e água (rios, lagos com qualidade ambiental, onde existem praias fluviais por todo o país e com elevado potencial turístico com o vale do Douro, Alqueva, Albufeira de Azibo, lagoas da Serra da Estrela e Portas do Ródão) (Turismo de Portugal, 2017, p. 47).

Relativamente aos ativos qualificadores salienta-se a gastronomia e vinhos. A gastronomia tradicional está por todo o território e dispõe de chefes

internacionalmente reconhecidos. Alcançou vários prémios de melhores vinhos no mundo, que nos remete para outra potencialidade de turismo, o enoturismo. Além da gastronomia e vinhos, são também ativos qualificadores, eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios que são a rede vasta de eventos que alcançam diferentes públicos.

Os ativos emergentes são o bem-estar e tudo o que o envolve. Portugal é cada vez mais procurado para se viver com qualidade de vida pela proporção materializada pelo clima, gastronomia, segurança, proximidade, relação preço/qualidade, a qualidade das infraestruturas hospitalares e o reconhecimento do serviço nacional de saúde em boa posição a nível internacional. Tudo isto faz com que haja procura de estudantes e outros cidadãos procuram Portugal para viver.

Embora as cidades de Lisboa e Porto detenham o maior número de camas de alojamento turístico, o país acaba por apresentar um conjunto mais vasto de locais atrativos. Nos últimos anos tem se verificado um aumento de procura por locais do interior do país. Em parte estes turistas são oriundos das grandes cidades, sendo atraídos sobretudo pelo sossego dos locais isolados, a segurança sanitária e o contato com a natureza. Tal afirmação pode-se comprovar com os valores crescentes do turismo para os territórios de baixa densidade em plena pandemia COVID-19, que fez disparar atração de hotéis, estâncias e aldeamentos no interior. Paralelamente, assiste-se ao recorde de investimentos no interior em 2020 (Magazine, 2021).

O norte e centro foram as regiões com maior percentagem de turistas. No Norte salientam-se os receitas do Gerês ao enoturismo do Douro, que vai desde o bem-estar do termalismo à exploração de azeite. No centro que são 27 localidades abrangidas pela rede de aldeias de xisto, 12 destas localidades pertencem à rede de aldeias históricas. Além disso, muitos veem os territórios do interior como um plano de mudança de vida, que muda uma vida de stress da cidade para uma vida mais pacata no interior (Magazine, 2021).

Com base aos dados da Revista National Geographic, em 2019, Portugal foi considerado um dos melhores países para viver e trabalhar. No ranking, posiciona-se no 24º lugar, num total de 75 países em avaliação. Embora adquirir tal posição não seja algo novo. No estudo anual de Export Insider, da Internations, Portugal ocupa o 3º lugar em todo o mundo. Já no ranking feito pelo jornal espanhol, El Mundo, em

Portugal é “possível viver bem com pouco”, este jornal considera mesmo que é um dos melhores países para se passar aos anos de reforma (El Mundo, 2017)⁴⁵.

Ainda relativamente à atração turística de Portugal, estão entre os locais mais atrativos, os locais de Lisboa como Cascais, Sintra e Cabo da Roca; Porto, na zona norte, como Amarante, Braga e Guimarães; Algarve; Arquipélagos de Açores e Madeira; alguns territórios do interior como o Vale do Douro, Serra da Estrela, Piódão, Vila Nova de Foz Côa e no Alentejo, Évora e Monsaraz. Todos eles na revista dos melhores destinos de Portugal (Melhores Destinos, 2021)⁴⁶.

Novamente e de acordo com a revista da National Geographic, existem 6 destinos turísticos depois da época forte do turismo. Primeiro podemos referir Vila Nova de Foz Côa e o rio Douro, ou também como consta no artigo “Dour’ acima” que é um percurso que vai desde Porto, Castelo de Paiva, Peso da Régua, Pinhão, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, e Miranda do Douro. Um outro percurso é o da Costa Alentejana e Vicentina que vai desde Lisboa, Alcácer do Sal-Comporta-Sines-Porto Corvo-Vila Nova de Milfontes- Porto das Barcas-Odeceixe-Praia da Bordeira-Cabo de S. Vicente. O segundo percurso é do Gerês até à Peneda que vai desde Vieira do Minho-Gerês-Terras do Bouro-Campo de Geres- Germil-entre Ambos os Rios- Soajo – Gavieira – Lamas de Mouro – Peneda. O quarto é o percurso do Tejo que vai desde o Marvão – Vila Velha de Ródão – Belver – Almourol – Tomar – Reserva Natural do Paul do Boquilobo – Vila Chã – Castanheira do Ribatejo – Lisboa. O quinto percurso são as aldeias históricas de Portugal que vai desde Piódão – Linhares – Trancoso – Marialva – Castelo Rodrigo – Almeida – Castelo Mendo – Sortelha – Belmonte – Monsanto – Idanha-a-Velha - Castelo Novo. Por último a Estrada nacional nº2 que percorre o país de norte a sul, desde Chaves a Faro. (Ibidem) Repare-se que grande parte destas aldeias e vilas aqui mencionadas pertence aos territórios do interior (National Geographic, 2018).

⁴⁵ El Mundo (2017). “Portugal, consagrado como el Mejor Destino Turístico del Mundo”. Disponível em: <https://www.elmundo.es/viajes/europa/2017/12/13/5a2f9b4822601d4a1a8b45bd.html>. Consultado em 16 de novembro de 2021.

⁴⁶ Melhores Destinos (2021). “30 lugares que você precisa conhecer em Portugal – para além de Porto e Lisboa”. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/lugares-conhecer-portugal.html>. Consultado a 15 de novembro de 2021.

3.6. O interior na centralidade da Península Ibérica

O interior de Portugal é também o conjunto de territórios que fazem fronteira⁴⁷ com Espanha. A fronteira Luso-Espanhola também designada por Raia é a mais estável, antiga e extensa dos países da União Europeia, embora como vimos anteriormente, sejam também eles territórios com um défice de desenvolvimento. A barreira que acarreta consigo a fronteira acaba por gerar dificuldades destes territórios com grandes centros.

Para inverter esta situação são feitos acordos e programas para perspetivar a cooperação transfronteiriça com o objetivo de desenvolver e contribuir para um bom ordenamento do território. Programas esses como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, 2019)⁴⁸.

A cooperação transfronteiriça é resultado do aumento das interações de ambos lados e acabou por abrir oportunidades que influenciam a fronteira para depois alargar e envolver na gestão conjunta das intervenções. Tal influência pode ser justificada pelos movimentos das pessoas e das mercadorias. Este território fronteiriço agrega 74 concelhos, sendo que 31 concelhos da região Norte, 14 do centro, 25 no Alentejo e 4 no Algarve. Apenas 5 não pertencem no interior (Ibidem).

As ligações viárias entre o interior de Portugal com as cidades espanholas constam no gráfico. Se se fizer um estudo comparativo entre os custos de viagens e tempo, custo de viagem entre cidades do interior com cidades espanholas e por sua vez, outra comparação entre cidades do interior e cidades portuguesas é quase igual ou inferior viajar ao interior para cidades espanholas. Por exemplo ir da Guarda a Faro ou até mesmo a Lisboa é mais dispendioso que ir a cidades espanholas como Salamanca, Vigo e Burgos (Programa Nacional para Coesão Nacional, 2017).

⁴⁷ As fronteiras podem ser designadas como “espaços de delimitação política, social e económica, não deixam de ser elementos de conectividade, continuidade e cooperação entre territórios”. (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017).

⁴⁸ Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2019). Disponível em: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_o.pdf. Consultado em 15 de novembro de 2021.

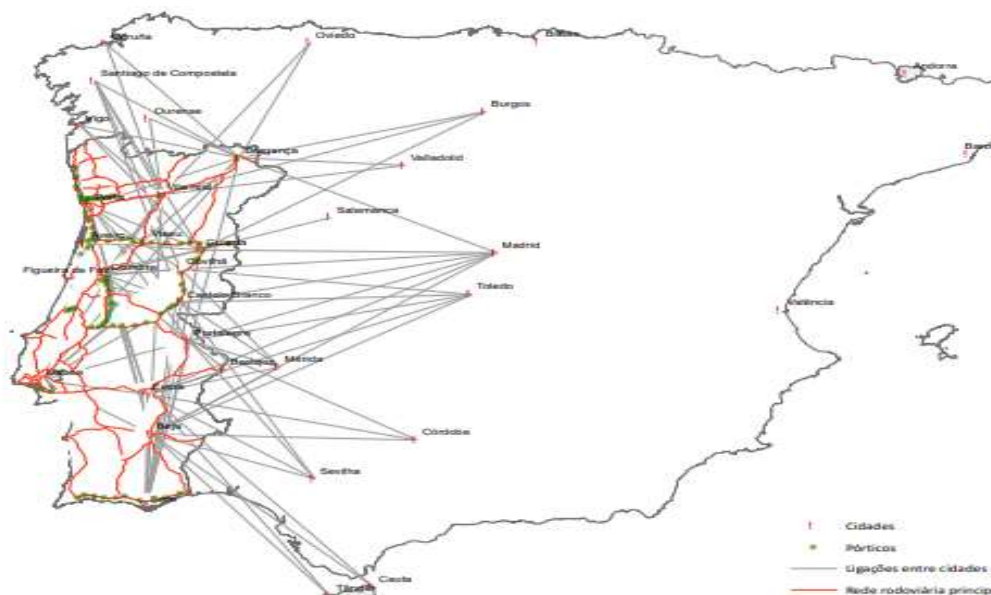


Figura 9. Ligações Viárias entre Portugal e Espanha.

Fonte: Retirada do Programa Nacional da Coesão Nacional (2017).

Além disso estes espaços são elementos de continuidade para o trabalhador transfronteiriço. Em 2004, viviam nas regiões do interior cerca de 390 mil ativos empregados, sendo que destes 92% residiam naquele território. Já os concelhos como Torre de Moncorvo, Mogadouro, Mirando do Douro, e Valpaços tem uma percentagem elevadíssima da população ativa que trabalha em Espanha (cerca de 20 a 30%) (Ibidem).

Assim, tendo em conta estas ligações e a questão de se atingir uma coesão territorial a fim de equilibrar os territórios nacionais e desfazer o despovoamento e a desertificação do interior, salientando-se as suas mais valias que anteriormente foram referidas, o Interior assume importância na afirmação do país (a nível socioeconómico) na Península Ibérica. Segundo a atual Ministro de Coesão Territorial “a fronteira, em vez de ser o interior de Portugal, passe a ser o centro da Península Ibérica. Transformar um território frágil no centro da península” (República Portuguesa, 2020)⁴⁹.

No seguimento de potenciar estas regiões fortemente desafiadas pelas suas condições demográficas, em simultâneo de uma elevada extensão surge a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço. Tal Estratégia é a representação de

⁴⁹ República Portuguesa (2020). “Estratégia de Desenvolvimento Transfronteiriço vai valorizar territórios da Raia”. Editado em outubro. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=estrategia-de-desenvolvimento-transfronteirico-vai-valorizar-territorios-da-raia>. Consultado em 15 de novembro 2021.

cumprimento do compromisso entre Portugal e Espanha, assinado na XXX Cimeira Luso-Espanhola em 2018.

A Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço

é um instrumento que complementa e reforça as ações que, em termos de desafios demográficos e de desenvolvimento territorial, estão a ser implementadas pelos dois países, como a Estratégia para a Coesão Territorial e o Programa Valorização do Interior em Portugal, e a Estratégia Nacional frente ao Desafio Demográfico em Espanha. (República Portuguesa, 2020)⁵⁰

A estratégia aqui mencionada delinea um conjunto de ferramentas para responder de forma orientada e inclusiva, o desenvolvimento territorial, criação de oportunidades quer pessoas, profissionais ou mesmo familiares para aumentar a qualidade de vida das pessoas que residem nestas zonas transfronteiriças. Tal é possível através de uma governação através da cooperação entre todos os níveis de administração, respeitando as condições nacionais e o reforço da colaboração público-privada conforme prevalece no Acordo de Valência de 2003.

Não obstante é de referir que os governos delinearão esta Estratégia estão igualmente a reforçar a vontade de cumprir a Agenda de 2030 e os objetivos propostos para 2030. A coesão territorial assume-se como uma condição essencial para cumprir as metas da ODS e desta estratégia. Ainda sobre esta Estratégia, pode-se referir que assenta em vários eixos de atuação, nomeadamente: a mobilidade as questões de segurança e a diminuição dos seus custos, que tem haver com um ato de harmonizar, ou até mesmo eliminar as barreiras jurídicas e administrativos à mobilidade transfronteiriça bem como aumentar a gestão conjunta de “conurbanizações transfronteiriças”; outro eixo são as infraestruturas e a conectividade territorial, que diz respeito a um programa de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias transfronteiriças para assim melhorar a mobilidade e desenvolver o Plano de conectividade digital que tem por base o desenvolvimento do serviço 5G e melhorar o fornecimento de rede móvel e internet; o terceiro eixo é relativo à gestão de áreas como a educação, saúde, serviços sociais, proteção civil e outro onde a vantagem conjunta se justifique; seguidamente, um outro eixo é quanto à questão de desenvolvimento económico e da inovação territorial pelo que é estabelecido a necessidade de reter, atrair e fixar

⁵⁰ República Portuguesa. (2020) “Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço” Editado em Setembro. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDAzMAcAVJRV7QUAAAA%3D>. Consultado em 15 de novembro de 2021.

pessoas, empresas e novas unidades para estas zonas nomeadamente a promoção de setores económicos (Programa Nacional da Coesão Territorial, 2017).

A internacionalização de bens e serviços; valorização de infraestruturas já existentes e a promoção do turismo transfronteiriço. O último eixo assenta nas prioridades ambientais, energia, centros urbanos e cultura. Pretende-se valorizar centros urbanos e outros valores culturais e o desenvolvimento de proteções com vias a desenvolver projetos culturais ligados ao património cultural tangível e intangível. Quanto à governação com esta estratégia baseia-se em 3 pilares que dá origem a uma multigovernança.

Subjacente às cimeiras bilaterais e assinatura desta estratégia é de realçar a assinatura do Tratado da amizade que é feito desde 1997. Não nos esqueçamos que as ligações de Portugal e Espanha só reataram com o fim das ditaduras que estes estados viveram.

Conclusão

O presente estudo teve como principal objetivo analisar até que ponto a internacionalização poderia ser uma solução para inverter os valores que dividem o país nas suas desigualdades, nomeadamente a questão da igualdade de oportunidades e a concentração de pessoas em determinadas franjas do território. De facto, importa olhar para o fenómeno da internacionalização e da globalização para compreendermos as dinâmicas de desenvolvimento de cada país, sendo que a evolução da humanidade, o esbatimento das fronteiras e a facilidade de circulação condicionaram, de forma decisiva, as políticas públicas seguidas nos últimos anos.

O presente estudo, inserido na área disciplinar das relações internacionais, tem como fio condutor procurar contribuir para a sistematização da literatura em torno de alguns conceitos centrais para a afirmação do interior, nomeadamente a coesão territorial, a internacionalização e a globalização. De facto, os estudos de âmbito descritivo e qualitativo desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento da teoria, bem como para balizar futuros estudos sobre a temática. Dadas as limitações existentes, a opção incidiu sobre este caminho de revisão da literatura, bem como de questionamento de alguns dados relativos à dicotomia entre o interior e o litoral de Portugal.

Ao nível da estrutura, optou-se por realizar um enquadramento teórico e concetual, em que se procurou apresentar os conceitos principais e verificar a sua correlação nesta investigação, com base à leitura existente, a componente concetual referente a cada paradigma, nomeadamente, o fenómeno globalização, internacionalização e coesão territorial. Estes são conceitos centrais que interligam com a questão do crescimento e do desenvolvimento económico.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro incide sobre a problemática da globalização. De facto, o mundo e a sociedade, em que vivemos foram formatados por este fenómeno, tanto a nível económico, político, social e cultura. Sendo um dos conceitos centrais na área das relações internacionais, verifica-se que assume um carater multidisciplinar e multidimensional, acarretando tanto consequências positivas, como negativas. Contrariamente às ideias intergovernamentais dos Estados, em que o principal ator na cena internacional é o Estado, hoje podemos afirmar que as soluções para os problemas que existem devem ser feitos em cooperação com outros atores políticos.

No segundo capítulo, discutimos o fenómeno de internacionalização enquanto uma consequência económica da globalização. Aqui, com recolha de literatura, foi analisado qual o papel de Portugal no mundo. Salienta-se a importância da internacionalização, sobretudo neste capítulo para mostrar que pode ser uma mais-valia na recuperação da dívida externa e no aumento do grau de competitividade do país. Desde o início do século XXI, Portugal vê a sua dívida aumentar ano após ano, sobretudo causada pela falta de competitividade. É certo que a falta de competitividade é resultado sobretudo de o valor de importações serem superiores às exportações, sendo que se regista que a internacionalização das empresas e da economia corresponde a um caminho para procurar inverter esta tendência.

Quanto ao terceiro capítulo é referente à internacionalização do interior (caso português). Nesta secção é abordado não só as dicotomias entre o Litoral e o Interior, como percorremos as principais características sociodemográficas desta região. Como foi referido ao longo deste estudo, a União Europeia tem como um dos seus principais objetivos atingir a coesão territorial e social de toda a união. No entanto, tais objetivos, apesar da implementação de diversos programas financeiros, continuam por definir e parecem não ter retorno e Portugal não deixa de ser exemplo.

Portugal apresenta cada vez mais um conjunto de assimetrias entre as suas regiões, nomeadamente um litoral mais povoado e jovem face ao um interior despovoado e envelhecido. O Programa Nacional para a Coesão Territorial apresenta mesmo um Interior como um círculo vicioso. É imperativo que se apliquem novas práticas de governança que promovam o desenvolvimento territorial, sendo que tal pode ser possível pela exploração do potencial destes territórios mais desfavorecidos de maneira que possa implicar a mobilização de recursos essencialmente humanos, de preferência com origem local que consiga estabelecer um leque de problemas e soluções vivenciados.

O Interior é desfavorecido a vários níveis como vimos no capítulo 3. Pela falta de jovens, pelos baixos níveis de natalidade e altos níveis de mortalidade, como também pelo facto das principais atividades serem predominantemente primárias em comparação com o litoral, onde predomina o setor terciário. Contudo, importa referir que o caminho pode passar por uma valorização de um conjunto de características que o interior apresenta, nomeadamente ao nível da qualidade de vida e do menor custo da habitação. O turismo é considerado o principal motor económico do país e em 2016 registou os melhores valores de sempre. Assim, e de acordo com o nosso objeto de estudo, é possível a internacionalização do interior através da difusão do turismo, dos recursos endógenos que muito marcam o interior pelo seu caráter económico e social. A

internacionalização assume-se não só como uma forma de inverter a dívida externa como também contribuir para a coesão territorial do país que é não só um objetivo dos governos nacionais como a nível europeu.

Atendendo à revisão da literatura respeitante às medidas que têm vindo a ser adotadas é certo que o governo português tem vindo incrementar medidas sobretudo da adesão de Portugal à UE. De forma conclusiva, podemos referir que tais medidas não têm sido suficientes, uma vez que se regista uma perda progressiva de população nos territórios do interior.

O despovoamento e a desertificação foram também visíveis ao longo desta investigação em Espanha sobretudo toda a zona transfronteiriça com Portugal. Também a restante Europa tem valores superiores de densidade populacional sobretudo nas zonas costeiras em detrimento das outras zonas do interior.

A coesão territorial é um problema de toda a União Europeia que tende a piorar ano apos ano e por isso, põe em causa um dos principais objetivos da união bem como a sua afirmação na cena internacional.

De entre um amplo conhecimento do tema ao nível de recolha da literatura já existente podemos referir futuros temas de estudo de análise.

Se, como vimos, o Interior é o território de Portugal mais despovoado, desfavorecido e predominantemente muito voltado ao setor primário, qual será o futuro da agricultura em Portugal, mediante os recursos humanos que já existem? Esta hipótese surge muito pela figura 8, localizada no capítulo 3, em que grande parte das áreas agrícolas se localizam no Interior e atendendo a que grande parte da população é envelhecida, qual irá ser o futuro da agricultura em Portugal.

Um dos caminhos para futuras investigações prende-se com a necessidade (e oportunidade) de realizar um estudo comparativo entre realidades do interior com realidades do litoral, mas também o desenvolvimento de estudos de caso, que incidam sobre territórios fortemente afetados pela problemática do despovoamento e da desertificação. Neste contexto, importa explorar todos os fatores sociais e económicos que de alguma maneira podem fazer a diferença.

Haverá um caminho para o interior? Qual a linha temporal para agir de modo a evitar um acentuar das diferenças entre o litoral e o interior. A ação deve privilegiar o local ou incidir sobre uma ação macro, europeia de concentração de recursos? Com o presente estudo pretendemos abrir caminho para futuras investigações que possam socorrer-se destas questões e contribuir para o aprofundamento da literatura sobre as

vivências do interior, num mundo cada vez mais globalizado e com a multiplicidade de centros de decisão.

Referências Bibliográficas

Adda, J. (1997). *A Mundialização da Economia*. 1ª ed. Lisboa: Génese, Terramar.

Almeida, M. (2018). *O poder do papel local no combate ao despovoamento em Portugal*. In XVI Colóquio Ibérico de Geografia. (pp. 1413-1421). Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17309/1/Artigo%20IGOT%20Maria%20Ant%c3%b3nia%20Pires%20de%20Almeida.pdf> . Consultado a 20 de novembro de 2021.

Almeida, M. (2018). *Combater o despovoamento em Portugal: Políticas do governo local e central em tempos de crise*. Revista Portuguesa de Ciências Sociais, V. 17, n.3, setembro 2018, pp. 289-309(21). Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/intellect/pjss/2018/00000017/00000003/art00003>. Consultado em janeiro de 2021.

Almeida, M. (2021). *Despovoamento e desigualdades territoriais: evolução histórica e responsabilidade do poder local*. (Conferência) ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/despovoamento-e-desigualdades-territoriais-evolucao-historica-e-responsabilidade-do-poder-local/83200>. Consultado em janeiro de 2022.

Andersson, S. (2004). *Internationalization in different industrial contexts*. Journal of Business Venturing. Vol.19. No.6 pp. 851-87. Disponível em: DOI: [10.1016/j.jbusvent.2003.10.002](https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2003.10.002) Consultado a Novembro de 2021

Appadurai, A. (1997). *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Balão, S. (2014). Globalização. In Mendes, N., Coutinho, F. (Orgs), *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.

Barber, B e Schulz, A. (1995). *Jihad vs McWorld: How Globalism and Tribalism are Reshaping the World*. Ballantine Books.

Baztan, J., Chouinard, O., Jorgensen, B., Tett, P., Vanderlinden, J-P., e Vasseur, L. (2015). *Coastal zones - Solutions for the 21 st century*. 1ª Ed. Elsevier.

Becker, D e Skylar, R. (1987). *Why Postimperialism?* IN. Becker, D., et al. *Postimperialism. International Capitalism and development in the Late Twentieth Century*. Boulder: Lynner Rienner Publishers.

Bierman, F. e Pattberg, P. (2012). *Global environmental governance reconsidered*. Cambridge: The MIT Press.

Boas, M., Marchand, M. H. e Shaw, T. M. (2005). *The Political Economy of Regions and Regionalisms*. Londres: Palgrave Macmillan.

Börzel, A.T. e Risse, T. (2016). *The Handbook of comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press.

Bruno, D., Sorando, R., Álvarez-Farizo, B., Castellano, C., Céspedes, V., Gallardo, B., Jiménez, J., Lopez, V., López-Flores, R., Fernández, D., Navarro, E., Picazo, F., Sevilha-Callejo, M., Tormo, J., Vidal-Macua, J., Nicolau, J. e Comín, F. (2021). *Depopulation impacts on ecosystem services in Mediterranean rural areas. Ecosystem Services*. Elsevier. v. 52. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2212041621001273?token=513B8035DDC56E21E8F2EDA42C03EDB72DD467922342B7BADF4EF1851F10C9911BB52F29621837ECAD3455C1DA1A5A5B&originRegion=eu-west-1&originCreation=20220125001048> Consultado em janeiro de 2022.

Brunet, R. (2002). *Lignes de force de l'espace Européen*. Mappemonde. V.66.

Buckley, P. e Casson, M. (1976). *The future of the multinational enterprise*. London: Holmes and Meier.

Buckley, P. e Casson, M. (1985). *The economic analysis of the multinational enterprise: Reading versus Japan?*. Hitotsubashi Journal of Economics, Vol. 26 nº. 2, pp. 117-24.

Buckley, P. Strange, R. (2011). *The Governance of the multinational Enterprise: Insights from Internalization Theory*. Journal of Management Studies. Vol. 48 No.2.

Buzan, B. e Weaver, O. (2003). *Regions and powers, the structure of international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Cambridge: Blackwell.

Campos, L. e Canvezes, S. (2007). *Introdução à Globalização*. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTPIN. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Consultado em 4 de março de 2020.

Chase-Dunn, C. (1991). *Global Formation: Structures of the World Economy*. Cambridge: Polity Press.

Coase, R. (1937). *The nature of the firm*. Economic. New Series, Vol. 4, No. 16., November, pp. 386-405.

Comissão Europeia (1999). *ESDP European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/sum_en.pdf Consultado em 10 de novembro de 2021.

Comissão Europeia (2004). *Uma nova parceria para a coesão convergência competitividade cooperação: o Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeia.

Comissão Europeia (2015). *The 2015 Ageing Report Economic and Budgetary projections for the 28 EU Member States (2013-2060)*. Bruxelas. *European Economy 3* Disponível em: https://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2015/pdf/ee3_en.pdf. Consultado a 20 de outubro de 2021.

Comissão Europeia. (2016). *Índice de Economia e Sociedade Digital*. Bruxelas: União Europeia

Comissão sobre Governança Global. (1996) *Nossa comunidade global: relatório da comissão sobre governança global*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Conversi, D. (2010). *The Limits of Cultural Globalisation?*. Journal of Critical Globalisation Studies. V.3

Correia, P.P. (2010). *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Coimbra: Almedina. V.1

Comissão das Comunidades Europeias. (2008). *Comunicação da Comissão ao conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu- O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia Tirar Partido da Diversidade Territorial*. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/archive/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf Consultado a 2 de outubro de 2020.

Costa, B.F. (2019). *Quo Vadis Europa. A encruzilhada europeia – entre o ideário romântico e o pragmatismo político*. Lisboa: Sílabo.

Deutsch, K.W., Burrell, S.A., Robert, R.A., Lee, M., Lichterman, M., Lindgren, R. E., Loewenheim, F.L, e · Wagenen, R. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization*. New Jersey: Princeton University Press.

Dunning, J. (2000). *The eclectic paradigma as an envelope for economic and business theories of MNE activity*. *International Business Review*, pp. 163-190.

El Mundo (2017, 13 de Dezembro). *Portugal, consagrado como el Mejor Destino Turístico del Mundo*. Disponível em: <https://www.elmundo.es/viajes/europa/2017/12/13/5a2f9b4822601d4a1a8b45bd.html>. Consultado em 16 de novembro de 2021.

ESPOON (2005). *Project 1.1.4 - The spatial effects of demographic trends and migration, Final Report*. Disponível em: <https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/fr-1.1.4-full.pdf>. Consultado a 10 de novembro de 2021.

Fórum Económico Mundial (2019). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019 Travel and Tourism at a Tipping Poin*. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2019.pdf. Consultado em 15 de novembro de 2021.

Fortuna, C. (1997) “*Cidade, cultura e globalização*”. Lisboa: Celta Editora.

Foss, O. e Juvkam, D. (2005). *Patterns of demographic ageing and related aspects in the Nordic peripheries*. Norderegio Report. Stockolm. V.2

Franco, J. E. e Caetano, J. R. (2020). *Globalização como problema*. Temas de estudos globais Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <file:///C:/Users/rafaela/Downloads/Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20como%20Problema.%20Temas%20de%20Estudos%20Globais.pdf>. Consultado em janeiro de 2022.

Freire, A. (1997). *Estratégia. Sucesso em Portugal*. Lisboa: Verbo.

Froebel, F., Heinrichs, J. e Kreye, O. (1980). *The New International Division of Labor*. Cambridge: Cambridge University Press

Fukuyama, F. (1992). *The end of the history*. Hamish Hamilton.

Fukuyama, F. (1995). *Reflections on the End of History, Five Years Later. History and Theory*. Vol. 34, No. 2. pp. 27-43. Publicado por: Wiley. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2505433?origin=crossref&seq=1#metadata_info_tab_contents. Consultado em 20 de janeiro de 2022.

Guterres, A. (1998). *Portugal e o Mundo*. Discurso de Sua Excelência o primeiro-ministro, proferido no Instituto da Defesa Nacional. Curso de Defesa Nacional. Nº 87. pp. 7-22.

Haas, E.B. (1968). *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces 1950-1957*. Stanford: Stanford University Press.

Haesbaert, R. (2010). *Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*. Antares. Nº3, p. 5. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4330801/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Consultado em 9 de agosto de 2020.

Harvey, D. (1989) *The Condition of Post Modernity: an enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Brasil Blackwell.

Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., e Perraton, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge, Polity Press.

Hennart, J. (1982). *A theory of multinational enterprise*. Ann Arbor. University of Michigan Press, United States of America.

Hettne, B., Inotai, A, e Sunkel, O. (1999). *Globalism and the New Regionalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Hettne, B. e Soderbaunn, F. (2002). *Theorising the rise of regionness*. In *Global Political Economy: Theories and Cases*. London: Routledge.

Hirst, P. e Thompson, G. (1998). *Globalização em questão. A economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. 2ªed. Petrólis: Vozes.

Hofstede, G. (1991). *Culture and Organizations: Software of the mind*. New York: McGraw-Hill.

Hurrell, A. (1995). *Explaining the resurgence of regionalism in world politics*. *Review of International Studies*. Vol.21/No.4. pp 331 – 358.

INE (2004). *Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional: Complexidade dos sistemas urbanos opõe-se ao resto do país com lógicas de organização territorial mais simples, estruturadas em torno das capitais de distrito*. Destaque de 14 de abril

Jessop, B. (1995). *The Future of The National State: Erosion or Reorganization? General Refletions on the West European Case*. Comunicação

apresentada na 2ª conferência da Theory, Culture and Society, “Culture and Identity: City, Nation, World”. Berlim.

Johanson, J. e Wiedershiem-Paul, F. (1975). *The internationalization of the firm: four Swedish cases*. *Journal of Management studies*, Vol.2 No.3, pp. 305-322.

Johanson, J. e Vahlne, J-E. (1977). *The internationalization processo of the firm: a model of Knowlegde development and increasing foreign markets commitments*. *Journal of International Business*, Vol.8, No.1. pp. 23-32.

Johanson, J. e Mattsson L-G. (1988). *Internationalization in industrial systems: a network approach*. In: Hood, N. and Vahlne, J., Eds., *Strategies in Global Competition*, Croom Helm, New York.

Johnson, K. M. e Lichter. D. T. (2018). *Rural Depopulation: Growth and Decline Processes over the Past Century*. *Rural sociology*. V.84 1ªEd. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ruso.12266> Consultado em janeiro de 2021.

Kant, I. (1795). *A Paz Perpétua de Kant*. Um Projeto Filosófico. Lusofia: press.

Katzenstein, R. O. (2005). *A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium*. Ithaca. NY: Cornell University Press.

Keegan, W. (2002). *Global Marketing Management*. Prentice Hall.

Keohane e Nye. (1973). *Poder e interdependência*. *Survival*. V.15(4). pp.158–165. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396337308441409>. Consultado a

Krugman, P. (1979). *Increasing returns, monopolistic competition and international Trade*. *Journal of International Economics*. V.9. pp. 469–79.

Lake, D. A. e Morgan, P. M. (1997). *Regional Orders: Building Security in a New World*. University Park, PA: Penn State University Press

Leite, A. (2010). *A internacionalização da Economia portuguesa*. *Relações Internacionais*. pp. 119-132.

Levitt, T. (1983). *The Globalization of Markets*. *Harvard Business Review*. pp. 92-93.

Magazine (2021, 27 de julho). *O interior é o novo paraíso para relaxar e investir*. Disponível em: <https://www.noticiasmagazine.pt/2021/o-interior-e-o-novo-paraíso-para-relaxar-e-investir/historias/264880/> Consultado em 10 de novembro de 2021.

Martins, F. M. C. (2013). *As estratégias de internacionalização, as suas motivações e determinantes- o caso do grupo pestana*. (dissertação de mestrado em gestão empresarial). Instituto Politécnico de Coimbra. Instituto superior de contabilidade e administração de Coimbra. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14553/1/Francisco Martins.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14553/1/Francisco%20Martins.pdf)
Consultado a 10 de Novembro de 2021

Matias, E. (2005). *A humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra.

Melhores Destinos (2021, 20 de junho). *30 lugares que você precisa conhecer em Portugal – para além de Porto e Lisboa*. Melhores destinos. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/lugares-conhecer-portugal.html>. Consultado a 15 de novembro de 2021.

Mitrany, D. (1994). *A Working Peace System*. in: Nelsen, B.F., Stubb, A. C-G, *The European Union – Readings on Theory and Practice of European Integration*. Lynne Rienner: London.

Moita, L. (2017). *A paradiplomacia de uma cidade: a internacionalização de Lisboa nas últimas quatro décadas*. In Moita, L. (coord), *A Internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade*. Lisboa: Observare/UAL. pp. 109-145.

Moita, L., Amorim, F., Quintas, C., Brito, B., Curto, H., Morais, C., Mortágua, M.J., Mira, M. R. e Santos, S, J. (2017). *A internacionalização de Lisboa: paradiplomacia de uma cidade*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa e Observare. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/3006>. Consultado em janeiro de 2022.

Moravcsik, A. (1998). *The Choice for Europe. Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht*. Cornell University Press.

Murphy, C. (1994). *International Organization and Industrial Change*. Oxford: Polity Press.

National Geographic (2018, 20 de setembro). *Viagens em Portugal para Depois do Verão*. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/viagem-e-aventuras/2018/09/viagens-em-portugal-para-depois-do-verao>. Consultado a 15 de novembro 2021.

National Geographic (2019, 5 de novembro). *Portugal É Um dos Melhores Países Para Viver e Trabalhar*. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/viagem-e->

[aventuras/2019/11/portugal-e-um-dos-melhores-paises-para-viver-e-trabalhar](https://observador.pt/2019/11/portugal-e-um-dos-melhores-paises-para-viver-e-trabalhar).

Consultado a 16 de novembro de 2021.

Observador. (2021, 3 de junho). Portugueses são os europeus com uma imagem mais positiva da União Europeia, segundo um inquérito. Disponível em: <https://observador.pt/2021/06/03/portugueses-sao-os-europeus-com-uma-imagem-mais-positiva-da-uniao-europeia-segundo-um-inquerito/>. Consultado 10 de dezembro de 2021.

OCDE (2007). *Competitive Cities in the Global Economy*. OCDE: Territorial Reviews.

OMT (2019). *World Tourism Barometer and Statistical Annex*. V. 17. Ed. 1-4 Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/18/4> Consultado em 15 de novembro de 2021.

Ortiz, R. (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo:Basiliense 1ªed.

Piercy, N. (1981). *Company internationalization: active and reactive exporting*. European Journal of Marketing. vol. 15, nº.3, pp. 24-40.

Pierson, P. (1996, 1 de abril). *The path to European Integration: a historical institutionalist analysis*. SAGE Journals. Comparative political studies vol.29. 2ªed. pp. 123-163 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414096029002001> Consultado a novembro de 2021

Pereira, A. M. e Andraz, J.G. (2009). Investimento Público e Assimetrias Regionais. In. Lains, P. (2009) Sem Fronteiras: Os Novos Horizontes da Economia Portuguesa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. 1ªed. pp. 229-264.

PORDATA. (2020). “Dívida Externa de Portugal. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/D%C3%ADvida+externa+l%C3%ADquida-2949>. Consultado a 25 de outubro de 2021.

PORDATA. (2020). Poupança em relação aos ordenados/salários das famílias portuguesas. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%c3%a7a+e+ordenados+sal%c3%a1rios+no+total+do+rendimento+dispon%c3%advel+dos+particulares+\(percentagem\)-710](https://www.pordata.pt/Portugal/Poupan%c3%a7a+e+ordenados+sal%c3%a1rios+no+total+do+rendimento+dispon%c3%advel+dos+particulares+(percentagem)-710). Consultado a 25 de outubro de 2021.

PORDATA. (2020). Balança Comercial Total. Exportações e importações em Portugal desde 1996 até 2020”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%c3%a7a+comercial-2594>. Consultado em 25 de outubro de 2021.

PORDATA. (2020). Dependência de importação energética dos países da EU entre 2000 e 2019. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Consultado a 25 de outubro de 2021.

PORDATA. (2020). Importações de serviços: total e por tipo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Importa%3%a7%3%b5es+de+servi%3%a7os+total+e+por+tipo-2351>. Consultado em 25 de outubro de 2021.

PORDATA. (2021). Censos 2021. “População residente”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452>. Consultado em janeiro de 2022.

PORDATA. (2021). População Total Residente em Portugal entre 1960 e 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%3%a7%3%a3o+residente++m%3%a9dia+anual+total+e+por+sexo-6>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

Portal Diplomático. (2020). *A Internacionalização da economia*. República Portuguesa. Lisboa. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/internacionalizacao-da-economia>. Consultado a 26 de Outubro de 2021.

Porter, M. (1994). Construir as vantagens competitivas de Portugal. Lisboa: Fórum para a Competitividade. Monitor Company

Porter, M. (1998). *Competitive Advantage. Creating and sustaining superior performance*. New York: The free press

Programa Para a Coesão Territorial. (2017). Implementação, acompanhamento e motorização. República Portuguesa. Lisboa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-implementacao-acompanhamento-e-monitorizacao-pdf.aspx>. Consultado a 2 de Outubro de 2020.

República Portuguesa. (2021) *Plano de recuperação e resiliência. Recuperar Portugal, Construindo o Futuro*. Ministério do Planeamento. Lisboa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDQzMgYAAqIWYyAUAAAA%3d> Consultado a janeiro de 2022

República portuguesa. (2020). *Programa Internacionalizar 2030*. Lisboa Disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=programa-internacionalizar-2030-visa-aumentar-a-importancia-das-exportacoes>. Consultado em 18 de agosto de 2020.

República portuguesa (2020). *Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora*. Lisboa Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=aprovacao-do-programa-nacional-de-apoio-ao-investimento-da-diaspora>. Consultado a 18 de agosto de 2020.

República Portuguesa. (2020). *Nota à comunicação social*. Lisboa Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA2MAYAppLz7AUAAAA%3d>. Consultado em 16 de novembro de 2021.

Reis, O. (2007). *As três gerações do regionalismo político. 1º Encontro Nacional da ABRI Integração Regional* p.5 Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR6_Oswaldo_Dehon_Reis.pdf. Consultado em 9 de agosto 2020.

Ribau, C. Moreira, A. e Raposo, M. (2015). *Internationalisation of the firm theories: a schematic synthesis*. International Journal of Business and Globalisation. ResearchGate. Vol. 15. 4ªed. pp.528-554.

Ricardo, D. (1817). Principles of political economy. In Saffra, P. (1951). *The works and correspondence of David Ricardo*. Londres:Cambridge University Press. V.1. 3ªed.

Ritzer, G. (1995). *The Macdonaldization of Society*. Thousand Oaks: Pine Forge. Londres.

Robertson, R. e Khondker, H. (1998, 1 de março). *Discourses of Globalization: Preliminary Considerations*. International Sociology. SAGE journals. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026858098013001004> consultado em novembro de 2021

Roca, M. e Pimentel, D. (2003). *Causas prováveis das migrações internas em Portugal na década de noventa*. GeoInova- Revista do departamento de geografia e do planeamento regional. Lisboa. V.8

Rodrik, D. (2011). *The Globalization Paradox-Democracy and the future of the world economy*. W.W. Norton & Company.

Rosenau, J. N. (2000). *Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial*. In: Rosenau, J. N. e Czempiel, E. *Governança sem governo: ordem e*

transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. pp. 15-16

Sassen, S. (1994). *The Global City: New York, London e Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Schein, E. (2001). *Guia de sobrevivência da cultura corporativa*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Smith, A. (1776). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Editado por Edwin Cannan. Chicago: University of Chicago Press.

Smith, A. D. (1990, 1 de junho). *Towards a Global Culture?*. Teory, culture and Society. SAGE Journals. Londres. Ed. 2-3. V. 7. pp-171-191 Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026327690007002011> consultado a novembro de 2021

Smith, M.E. (2004). *Europe's Foreign and Security Policy: The Institutionalisation of Cooperation*. Cambrige: Cambrige University Press.

Soderbaum, F. e Shaw, T.M. (2003). *Theories of new regionalism*. Palgrave Reader. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Soderbaum, F. e Van Langenhove, L. (2006). *The EU as a Global Player: The Politics of Interregionalism*. Routledge: Taylor and Francis Group.

Sousa, F. (1997, julho/setembro). Portugal 1997 – *A internacionalização em dez tópicos*. Economia & Prospectiva, vol. 1 n.º 2. pp. 9-16.

Sousa Santos, B. (2002). *A Globalização e as ciências Sociais*. São Paulo-Cortez. 2ªed.

Sousa Santos, B. (2005, Outubro). *A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Lisboa. N.º. 72, pp. 7-44.

Stiglitz, J. (2017, 5 de dezembro). *The Globalization of Our Discontent*. Project Syndicate. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/globalization-of-discontent-by-joseph-e--stiglitz-2017-12?barrier=accesspay> Consultado a 4 de março de 2020.

Tilly, C. (1995). *Globalization Threatens Labor's Rights*. *International Labor and Working-Class History*. Cambrige: Cambrige University Press.. N.º.47. pp.1-23. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27672207> consultado a outubro de 2021

TIPAU. (2009). INE. Disponível em:
http://datacentro.cedrc.pt/Uploads%5CDocs/RC_Nota_Metod_TIPAU.pdf.
Consultado em 10 de novembro de 2021

Tomazzere, M. (2007). *O conceito de Dumping para a regulação multilateral do comércio internacional*. Brasília. PRISMAS. Vol.4. N.º.1. pp. 194-214.

Torgal, L. R. (2021). *Como se conta a história em tempo de “globalização” a propósito da História Global de Portugal*. Revista de História das Ideias. Vol. 39. 2º Ed. pp.421-450.

Turismo de Portugal (2017, setembro). *Estratégia Turismo 2027. Liderar o Turismo do Futuro*. República Portuguesa. Lisboa. Disponível em:
<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>. Consultado em 25 de novembro de 2021.

Turnbull, P. (1985, outubro). *Internationalisation of the firm: a stages process or not?*. Artigo apresentado na conferência- Export Expansion and Market Entry Modes, Dalhousie University, Halifax.

União Europeia (2009, 1 de dezembro). *Tratado de Lisboa. Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia*. *Jornal Oficial da União Europeia*.

Vernon, R. (1966, maio). *International investment and international trade in the product cycle*. The Quarterly Journal of Economics. Vol. 80. n.º. 2. pp. 190-207. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1880689> Consultado a novembro de 2021

Vernon, R. (1971). *Sovereignty at bay: The multinational spread of U. S. enterprises*. New York: Basic Books. V.11

Warleigh, A. (2002). *Influence and Interest in the European Union: the new politics of persuasion and advocacy*. London: Europa Publications.

Watjatrakul. B. (2005, dezembro). *Determinants of IS sourcing decisions: A comparative study of transaction cost theory versus the resource-based view*. The Journal of Strategic Information Systems. V.14. pp.389-415 Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.jsis.2005.05.001> Consultado a Outubro de 2021

Watson, J. (1985). *The Third ‘new’ International Division of Labor*. In Walton Welch, L. e Luostarinen, R. (1988). *Internationalization: evolution of a concept*. Journal of General Management, vol. 14, n.º. 2, pp. 34-55.

Welford, R. e Prescott, K. (1994). *European business – An issue-based approach*. London: Financial Times Management. 2º ed.

Williamson, O. E. (1975). *Markets and hierarchies: Analysis and antitrust implications*. New York, Free Press.